

UFRRJ
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E
SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**O Memorial 9 de Novembro: perpetuação das lutas de classe de Volta
Redonda (RJ)**

Karoline Santana Guimarães

**Março
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE**

O Memorial 9 de Novembro: perpetuação das lutas de classe de Volta Redonda (RJ)

KAROLINE SANTANA GUIMARÃES

*Sob a Orientação do Professor
Fábio Pereira Cerdara*

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**, no Curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, Área de Concentração em Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ
Março de 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S963m Santana Guimarães, Karoline, 1996-
O Memorial 9 de Novembro: perpetuação da memória política da cidade de Volta Redonda (RJ) / Karoline Santana Guimarães. - Nova Iguaçu, 2024.
154 f.

Orientador: Fábio Pereira Cerdara.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE , 2024.

1. memória. 2. patrimônio. 3. política.
4. lugares de memória. 5. cidade. I.
Pereira Cerdara, Fábio , 1973-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ARTES



TERMO N° 205/2024 - DeptAR (12.28.01.00.00.00.81)

Nº do Protocolo: 23083.016891/2024-24

Seropédica-RJ, 28 de março de 2024.

Karoline Santana Guimarães

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Dissertação *defendida e aprovada* pela Comissão Examinadora em 28/03/2024.

Nova Iguaçu - RJ, março de 2024.

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 29/03/2024 13:00)
CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAU (12.28.01.00.00.00.43)
Matrícula: ###205##

(Assinado digitalmente em 28/03/2024 21:18)
FABIO PEREIRA CERDERA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptAR (12.28.01.00.00.00.81)
Matrícula: ###578##

(Assinado digitalmente em 29/03/2024 17:44)
INÉS EL-JAICK ANDRADE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###,###,737-##

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à cidade de Volta Redonda,
onde o céu cinzento, da cor do aço, abriga muito
amor e esperança.
Por todas as pessoas e coisas incríveis que tive o
prazer de encontrar por lá.*

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão à minha mãe, cujo apoio inabalável e encorajamento foram fundamentais em todas as decisões que tomei. Aos membros da minha família, que encheram minha jornada com momentos preciosos de alegria e descontração. Aos colegas do curso de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade, por compartilharmos tantos momentos significativos juntos. Agradeço especialmente as amigas Elinete Antunes e Juceli Silva pelos bate-papos, trocas maravilhosas e todo afeto. Vocês foram imprescindíveis nesse percurso.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, sem os quais este trabalho não teria sido possível: Sua dedicação e todas as trocas até aqui, foram inestimáveis e me sinto privilegiada por tê-los ao meu lado durante essa jornada.

Quero expressar minha sincera gratidão ao meu orientador, Fábio Pereira Cerdara, pela sua solicitude, liberdade, confiança e orientações esclarecedoras ao longo deste trabalho. Também gostaria de agradecer aos professores Inês El-Jaick Andrade e Claudio Antônio Santos Lima Carlos pelas observações e críticas relevantes durante o exame de qualificação. Suas contribuições foram inestimáveis para o aprimoramento deste trabalho; Ao Programa de Bolsas da Capes pelo apoio financeiro e pela oportunidade de realizar meus estudos e pesquisas.

Quero agradecer também aos amigos Eryck Sarkis, Barbara Ribeiro, Lucas Bonilha, Júlia Ferraz, Thayná Crispim, Beatriz Barreto, Tiffany Amanda, Gabriel Lucchesi, os Irmãos Netto, Maria Clara, Ariane Kazume, Thales, Venturinha, Vitor e Amanda (e muitos outros) e ao meu namorado Túlio Freitas, por não me abandonarem e me proporcionarem os refrescos e as graças de momentos maravilhosos. Vocês moram em meu coração.

Desejo expressar minha sincera gratidão à Diretora de Informações do IPPU/VR, Juliene de Paula, pelo acesso irrestrito ao acervo da autarquia, e à equipe da seção de arquivo da Câmara de Vereadores de Volta Redonda. Da mesma forma, sou grata à equipe do Jornal Aqui, principalmente a Luiz Vieira pela gentileza de fornecer informações do processo de vistoria do Memorial 9 de novembro.

Por fim, expresso meu agradecimento a todos aqueles que dedicam seus esforços à preservação e compartilhamento da história de Volta Redonda. Suas contribuições são inestimáveis e fundamentais para a compreensão e valorização do patrimônio histórico da

região. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

GUIMARÃES, Karoline Santana. **O Memorial 9 de Novembro: perpetuação da memória política da cidade de Volta Redonda (RJ).** 2024. 154p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

O presente estudo tem como temática a relação entre o patrimônio material cultural e a construção e perpetuação da memória política da cidade de Volta Redonda, utilizando como objeto de análise o Memorial 9 de novembro, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Monumentos de rememoração são construídos nas cidades por representantes do poder público, que conferem a esses o caráter oficial e, assim, legitimam determinadas narrativas. A problematização que circunda essas representações – mais especificamente o memorial em pauta – é o questionamento acerca de quem legitima o patrimônio e como o município apresenta e representa sua história política, destacando a Greve de 1988 na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o movimento sindical. A metodologia utilizada nesta pesquisa é baseada em uma abordagem bibliográfica e documental, que envolve a revisão e análise de uma ampla gama de materiais relevantes, como livros, artigos acadêmicos, documentos e publicações especializadas. Essa revisão bibliográfica permite a obtenção de informações abrangentes e embasamento teórico para o estudo. Durante a pesquisa de campo, foram realizados registros fotográficos, os quais desempenham um papel importante na documentação visual dos elementos de interesse relacionados ao patrimônio cultural estudado. Autores como Paul Ricouer (2007), Pierre Nora (1993) e Françoise Choay (2000) foram consultados e contribuíram teoricamente para a pesquisa. A pesquisa objetiva refletir sobre a relação da cidade de Volta Redonda com a sua memória operária sindicalista através do patrimônio cultural e os embates que o cerca. Assim, abordamos o direito à memória e sua relação com o reconhecimento de patrimônios não vinculados à classe social dominante. Isso justifica a necessidade contemporânea de discutir as conexões políticas, estéticas e de memória envolvidas na preservação e na destruição de patrimônios culturais. A rigor, a pesquisa visa compreender a amplitude e a diversidade das relações estabelecidas entre a memória, a cidade e o patrimônio, e como elas estão relacionadas ao processo de afirmação e reconhecimento da identidade social de determinados grupos através da memória pela perspectiva das manifestações culturais. Consideramos aqui, a relação entre o passado e o presente e como o presente pode se corporificar em determinados lugares e/ou objetos à memória monumental, abarrotados de significações, graças às vivências carregadas de mudanças espaciais e sociais, elencadas aos discursos intrínsecos e quase silenciosos sobre poder. Deste modo, a análise do Memorial 9 de novembro possibilita uma reflexão mais aprofundada sobre a narrativa de construção dos patrimônios e a maneira como eles são apresentados e preservados, sobretudo no que se refere à luta dos trabalhadores da região do Sul Fluminense.

Palavras-chave: Cidade. Memória. Patrimônio.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Karoline Santana. **The Memorial 9 de novembro: Perpetuation of the Political Memory of the City of Volta Redonda (RJ).** 2024. 154p. Dissertation (Master in Heritage, Culture and Society). Multidisciplinary Institute, Postgraduate Program in Heritage, Culture and Society (PPGPACS), Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2024.

The present study explores the relationship between material cultural heritage and the construction and perpetuation of the political memory of the city of Volta Redonda, focusing on the analysis of the Memorial 9 de Novembro designed by architect Oscar Niemeyer. Remembrance monuments are constructed in cities by representatives of the public authorities, endowing them with an official character and thereby legitimizing specific narratives. The problematics surrounding these representations—specifically the memorial in question—revolve around questioning who legitimizes heritage and how the municipality presents and represents its political history, highlighting the 1988 Strike at the National Steel Company (CSN) and the labor movement. The methodology employed in this research is based on a documentary and bibliographic approach, involving the review and analysis of a wide range of relevant materials such as books, academic articles, and specialized publications. This bibliographic review enables comprehensive information retrieval and theoretical grounding for the study. During field research, photographic records were made, playing an important role in visually documenting elements of interest related to the studied cultural heritage. Authors such as Paul Ricouer (2007), Pierre Nora (1993), and Françoise Choay (2000) were consulted and contributed theoretically to the research. The research aims to reflect on Volta Redonda's connection to its union worker memory through cultural heritage and the conflicts surrounding it. This dissertation addresses the right to memory and its relation to the recognition of heritage not linked to the dominant social class. This justifies the contemporary need to discuss the political, aesthetic, and memory connections involved in the preservation and destruction of cultural heritage. The research aims to understand the breadth and diversity of the relationships established between memory, the city, and heritage, and how they are related to the process of affirmation and recognition of the social identity of certain groups through memory from the perspective of cultural manifestations. Here, we consider the relationship between the past and the present and how the present can embody itself in certain places and/or objects as monumental memory, laden with meanings, thanks to experiences marked by spatial and social changes, intertwined with intrinsic and almost silent discourses on power. Thus, the analysis of the Memorial 9 de Novembro allows for a deeper reflection on the narrative of heritage construction and how they are presented and preserved, especially regarding the struggle of workers in the Southern Fluminense region.

Keywords: City. Memory. Heritage.

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1:** Mapa da localização do Memorial 9 de Novembro, Praça Juarez Antunes, f. 29
- Figura 2:** Inauguração do Memorial 9 de novembro, 1989, f. 30
- Figura 3:** Memorial 9 de Novembro atualmente (frente), 2023, f. 31
- Figura 4:** Memorial 9 de Novembro atualmente (posterior), f. 31
- Figura 5:** Escritório Central. Diário do Vale, 2019, f. 33
- Figura 6:** Monumento Getúlio Vargas, 2023, fs. 34 e 35
- Figura 7:** Hotel Bela Vista, 2015, f. 35
- Figura 8:** Explosão do Memorial 9 de novembro, 1989, f. 40
- Figura 9:** Oscar Niemeyer ao lado dos trabalhadores do MST com a obra criada por ele, Monumento Eldourado Memória, 1996, f. 41
- Figura 10:** Corpos dos trabalhadores rurais mortos pela polícia do Pará em uma sala do Instituto Médico Legal (IML) de Marabá, f. 42
- Figura 11:** Monumento das Castanheiras Mortas, Eldorado dos Carajás, 2016, f. 43
- Figura 12:** Monumento Antônio Tavares, 2019, f. 47
- Imagen 13:** O ex-capitão Dalton e o general Álvaro de Souza Pinheiro, f. 68
- Figura 14:** Parte da Praça Brasil vista de Cima. IPPU – VR, 2022, f. 75
- Figura 15:** Estátua O Arigó, f. 76
- Figura 16:** Estátua Getúlio Vargas, Praça Brasil, f. 77
- Figura 17:** Monumento Tortura Nunca Mais, Recife. Memória e Verdade, 2014, f. 84
- Figura 18:** Capacete e parte da massa encefálica do operário William Freitas Monteiro, morto com um tiro na cabeça, na torre de refrigeração, f. 110
- Imagen 19:** ponto de ônibus em frente à praça Juarez Antunes, f. 120
- Imagen 20:** Imagem *Google Earth* Praça Juarez Antunes, f. 120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP/VR – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda
AI – 5 Ato Institucional nº 5
AMORJ/UFRJ – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
ART – Artigo
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEP – Centro Estadual dos Professores
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMV/VR – Comissão da Verdade de Volta Redonda
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPT – Comissão Pastoral da Terra CUT – Central Única dos Trabalhadores
CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CONAM – Conselho das Associações de Moradores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FUNGEMSS – Fundação General Edmundo Macedo Soares
IADSL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IPHAN – Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPU – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDPDU – Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PM – Polícia Militar RJ – Rio de Janeiro
PSL – Partido Social Liberal
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
URP – Unidade de Referência de Preços
VR – Volta Redonda
UPV – Usina Presidente Vargas

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I: O Patrimônio Cultural e a Cidade.....	21
1.1. A concepção histórica da definição de patrimônio.....	21
1.2. Patrimônio e Arquitetura da Cidade: Uma relação de representação.....	24
1.3. A memória e o patrimônio urbano cultural como fonte de resistência.....	29
1.4. Monumentos e Luta: A violência como traço distintivo das poucas representações da classe trabalhadora nos patrimônios brasileiros.....	39
Capítulo 2. A Cidade e a Memória: Uma relação de mutualidade.....	50
2.1. Memória Coletiva e o Coração da Cidade de Volta Redonda.....	50
2.2. Memória e identidade através da perspectiva coletiva.....	53
2.3. Memória e Esquecimento: A anistia e a memória controlada no processo de reconhecimento de patrimônios de valor político social	59
2.3.1. Memória exercitada: A atuação do patrimônio na formação do discurso identitário social	60
2.3.2. O Uso e abuso da memória	64
2.3.3. A anistia como esquecimento ordenado: O Memorial 9 de novembro e a política da memória traumática.....	66
Capítulo 3. Formas espaciais: Os Monumentos e seu entorno.....	70
3.1. A formação do conceito e valores dos monumentos.....	70
3.1.1. Trajetória dos monumentos em Volta Redonda.....	74
3.2. Monumentos-catástrofes: significado cultural e narrativas.....	79
3.3. Os monumentos-catástrofes e a constituição da memória coletiva.....	82
Capítulo 4. O Memorial 9 de novembro: A relação da Cidade-Usina com a memória de seus trabalhadores.....	87
4.1. A constituição do espaço urbano da Cidade do Aço: Volta Redonda dos anos 1940 e anos 1960.....	87
4.2. As Raízes do Trabalho em Volta Redonda: A Influência do Americanismo e Fordismo na Trajetória da CSN	91
4.2.1 A formação da classe trabalhadora: A movimentação operária nos anos 1946 a 1989.....	96
4.3. Greve de 1988 e O Memorial 9 de novembro: Um lugar de memória dos trabalhadores.....	107
4.4. A representação da história política volta-redondense: O Memorial 9 de novembro como patrimônio não tombado.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	129
ANEXOS.....	135
ANEXO A – Fotografia 1. Construção da CSN.....	135
ANEXO B – Fotografia 2. Cerimônia de instalação da CSN no Município de Volta Redonda, 1955.....	136
ANEXO C – Fotografia 3. Início da Greve Geral dos Trabalhadores da CSN, 1988.....	137
ANEXO D – Fotografia 4. Líder sindicalista Juarez Antunes, 1988.....	138
ANEXO E – Fotografia 11. William, Walmir e Barroso, 1988.....	139
ANEXO F – Fotografia 12. Velório dos trabalhadores mortos na greve de 88.....	140
ANEXO G – Desenho 1. Projeto por Oscar Niemeyer para construção do Memorial em homenagem aos três trabalhadores mortos na greve.....	141
ANEXO H – Fotografia 7. Movimentação operária e civil na inauguração do Memorial 9 de novembro.....	142
ANEXO I – Fotografia 8. Chegada da tropa do exército nas mediações da CSN, imagem da Tv Rio Sul novembro de 88.....	143
ANEXO J – Fotografia 9. Manchete do Jornal do Vale sobre a reinauguração do Memorial 9 de novembro em 1989.....	144
ANEXO K – Fotografias 10 e 11. Ato de reinauguração do monumento em homenagem aos trabalhadores assassinados na greve da CSN (1988).....	145
ANEXO L – Fotografia 12. Jorgina Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos em Volta Redonda, lava a estátua do Bispo Dom Waldir Calheiros em julho de 2023.....	146
ANEXO M – Fotografia 14. Exposição do Artista Leandro e Silva, 2023.....	147
ANEXO N – Fotografia 15. Estátua Bispo D. Waldir Calheiros.....	148
ANEXO O – Fotografia 16. Aniversário da Greve de 1988.....	149
ANEXO P – Fotografia 17. Memorial 9 de novembro, final de 2023.....	150
ANEXO Q – DOCUMENTO DE VISTORIA DO MEMORIAL 9 DE NOVEMBRO 2022.....	151
ANEXO R - Recorte do processo N° 5009006-93.2022.4.02.5104.....	153

INTRODUÇÃO

A origem do tema desta dissertação tem início durante a graduação em Licenciatura em Artes, a partir de minhas inquietações acerca da cidade natal do meu namorado, Volta Redonda (RJ). Túlio Freitas, nascido no ano de 1996, neto de ex-funcionários da CSN, cujo avô faleceu em um acidente de trabalho dentro da usina, quando me apresentou a cidade fez questão de me mostrar o Memorial. Mesmo antes disso, boa parte das pessoas com quem cruzei ao longo da vida, vizinhos e amigos de faculdade, sendo natural do sul fluminense, já teve algum parente funcionário da CSN.

A primeira lembrança ao conhecer a cidade foi encontrar o Memorial 9 novembro e me sentir engolida pela história e pela imagem potente de um monumento que já esteve em seus melhores dias, mas que ainda assim, carregava uma imponência gritante. Desde então, não existiu uma única vez em que eu tenha ido à cidade sem visitar o Memorial.

Ouvir as histórias incríveis de Dona Eyvonne – avó de Túlio, viúva de Getúlio e mãe de Beto e outros quatro filhos – me despertaram ainda mais curiosidade sobre a cidade. Ex-funcionária da CSN, que em seus maravilhosos 98 anos de existência, compartilha com todos as suas lembranças sobre o surgimento da cidade-usina, a chegada do telefone fixo na cidade, o dia a dia de trabalho na metalúrgica, entre outras coisas que me fazem olhar para essa cidade como uma mãe que abriga tantas pessoas que partiram em “voo” de sua cidade natal – como Dona Eyvonne, que é natural de Cruzeiro (SP) – em busca do sonho de uma vida com mais oportunidades. Esses Arigós, que partiram em bando e fizeram de Volta Redonda um ninho, nos lembram que apesar de parecer fácil romantizar o passado, devemos manter em nossos pensamentos que muitos dos avanços da cidade são advindos da luta coletiva desses que a construíram.

Durantes esses seis anos em que frequento de forma assídua a cidade – adotei Volta Redonda como uma segunda casa, já que sou natural de São Gonçalo e resido na Costa Verde do Rio de Janeiro –, vi muitas mudanças acontecerem, sejam urbanísticas e políticas ou até mesmo as mobilizações operárias e os embates entre população e metalúrgica – embates que inclusive vem ganhando força midiática por partes dos veículos nacionais de comunicação nos últimos meses por questões ambientais.

Todos esses entrelaçamentos de vivências pessoais na cidade de Volta Redonda com estudos que desenvolvi durante a graduação nas áreas de Artes, Patrimônio e Educação, somados a todo o aprendizado adquirido durante esses dois anos na pós-graduação, nos

viabilizaram à análise de um período de grande relevância na construção da história da cidade. O assunto primordialmente abordado nesta dissertação é o “Memorial 9 de novembro” e a redescoberta deste patrimônio cultural regional enquanto espaço de memória e resistência para Volta Redonda.

Erguido em memória aos três trabalhadores assassinados na greve ocorrida na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988, durante a entrada do exército nos setores da usina ocupados pelos grevistas. O memorial representa valores e visões de mundos sociais distintos, apresentados em diferentes perspectivas e representações artísticas que homenageiam de forma geral os trabalhadores metalúrgicos. Ao erigir patrimônios públicos de exaltação à imagem do trabalhador – muitas vezes construídos a partir de uma imagem romantizada – as entidades públicas nos mostram a diferença entre o que deve ser lembrado e prestigiado e o que deve ser esquecido e ocultado, oficializando uma narrativa sobre a história de um determinado grupo social. As representações artísticas presentes no cotidiano dos habitantes de Volta Redonda – especialmente as de maior exposição – são uma forte influência na construção de narrativas. Os patrimônios públicos são objetos que apresentam elementos da história e da memória do lugar, materializados na forma de monumentos, murais, esculturas e outras representações, criando assim, potenciais elementos culturais que fomentam a noção de identidade e memória coletiva.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é compreender a relação da cidade com a população e os operários através do Monumento enquanto patrimônio público – este, ainda não tombado –, e analisar a sua construção e apresentação discursiva enquanto local de resistência sindical. A identidade coletiva é composta por memórias e símbolos – a exemplo dos patrimônios instituídos e designados como representativos dos grupos visibilizados socialmente. Assim, é importante que sejam feitos os seguintes questionamentos: Quais os patrimônios que representam/homenageiam os trabalhadores possuem destaque na cidade? Como o Monumento é apresentado e cuidado? O que o Monumento diz sobre a história local e qual sua importância e contribuição social?

Tais perguntas configuram a problemática desta pesquisa e serão investigadas ao longo do corpo deste trabalho.

A maioria dos estudos sobre a história de Volta Redonda, especialmente aqueles conduzidos por historiadores, concentra-se no período de auge do movimento operário e dos movimentos sociais na "cidade do aço". Nesse contexto, a relevância desta pesquisa reside na priorização de um enfoque diferenciado, centrado em um patrimônio cultural que reflete as profundas transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas. Isso se dá

após um passado caracterizado pela intensa atividade dos movimentos sociais em Volta Redonda. Considerando as poucas ou quase nenhuma pesquisas/textos a respeito do Memorial, o estudo tem como objetivo responder perguntas que ampliem nosso conhecimento a respeito da legitimação e da preservação de monumentos. Por meio de estudos exploratórios que proporcionem maior familiaridade com o problema e o tornem mais explícito, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

A partir da análise deste recorte – desde a fundação da CSN na década de 1940 até a greve sindical na década de 1980 –, a história da cidade e da formação da classe operária de Volta Redonda, com ênfase no Memorial 9 de novembro, este, patrimônio construído e mantido simbolicamente pela Prefeitura de Volta Redonda. Esta pesquisa tem como interesse discutir sobre a história e a memória associadas ao Memorial 9 de novembro. Buscaremos reunir os elementos necessários para uma análise com viés informativo e social deste monumento/documento a ser orientada, em síntese, a partir dos autores e documentos citados abaixo e, particularmente, por estudos sobre a história da cidade de Volta Redonda realizados por autores como Alejandra Estevez (2011), Edgar Bedê (2007), e aspectos relacionados ao patrimônio e à memória coletiva, descritos por Pierre Nora (1993) e José Reginaldo Santos Gonçalves (2009).

Esses autores, juntamente aos demais utilizados ao longo dessa pesquisa, mais os outros documentos e estudos sobre a história de Volta Redonda, oferecem uma base sólida para analisar o Memorial 9 de novembro em seu contexto histórico, social e cultural. Assim, fornecem ferramentas teóricas e evidências empíricas para entender como o memorial se encaixa na narrativa mais ampla da cidade e de sua classe operária.

* * *

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *O Patrimônio Cultural e a Cidade*, buscamos explorar, através de autores como, Pedro Funari (2009), Sandra Pelegrini (2009) e Françoise Choay (2000), a concepção histórica do patrimônio cultural material, como se deu a sua origem, de modo a explicitar que a existência do patrimônio e seu reconhecimento para proteção, é dependente da existência, produção e fomento de cultura. O patrimônio cultural material nada mais é do que a materialização tangível da cultura de um povo em algum lugar e momento de sua história.

Ainda neste capítulo, apresentaremos também outros exemplos da destruição de monumentos erguidos em memória à classe trabalhadora de diferentes estados brasileiros, servindo como base para entendermos um pouco sobre como o nosso país lida com manifestações culturais e patrimônios referentes a uma classe marginalizada e como o patrimônio se torna representativo para esse grupo.

Assim, podemos refletir sobre o patrimônio como objeto de disputas entre grupos distintos, sendo de interesse do Estado e de determinados grupos em preservar tais bens materiais, que em sua maioria evidenciam o poder e o privilégio destes grupos para definir padrões de julgamento para a compreensão e transformação da cultura e de patrimônios que podem ser edificações, imóveis, obras de arte, monumentos etc. Estes, articulados pelas elites, se expressam em monumentos em espaços públicos como tentativa de impor uma única narrativa por meio da paisagem material, tendo como contrapartida manifestações populares que se caracterizam pela contestação de significados de poder estabelecidos pelas elites, comunicando valores, crenças e utopias diferentes, como o Memorial 9 de novembro.

No segundo capítulo, *A Cidade e a Memória: Uma relação de mutualidade*, temos como proposta a investigação de como a memória coletiva afeta a construção de uma identidade vinculada à cidade. Para isso, teremos como base autores como Edgar Bedê (2007), Sandra Veiga (1990) e Isaque Fonseca (1990) que tecem estudos sobre a população de Volta Redonda, no interior do estado do Rio de Janeiro.

Volta Redonda possui, desde a sua história e construção, um enorme apelo político, considerando seu histórico de perseguições trabalhistas e sindicais durante a ditadura militar e pelo fato de que se manteve como zona de Segurança Nacional até 1985, um dos fatores que culminaram na Greve Geral dos Trabalhadores, três anos mais tarde.

Essa forte presença de uma memória política e sindical é evidenciada, dentre tantas formas, na estrutura urbana da cidade, que cresceu seguindo as vias de expansão através da Usina Metalúrgica. É então a partir da articulação das noções de Memória Controlada e seus Usos e Abusos, ideias estabelecidas por Paul Ricoeur (2007), que refletiremos sobre a criação do discurso patrimonial por meio da manipulação narrativa dos monumentos. Sob uma perspectiva coletiva, que é a cidade, compreendida a partir da concepção de sujeito pós-moderno através de autores como Stuart Hall (2007), este capítulo construirá suas bases teóricas. Prosseguiremos tratando a cidade como uma construção realizada pela coletividade e materializadora do pensamento humano e da identidade, estabelecendo uma ponte que visa

alcançar a compreensão sobre as memórias marginalizadas, mas sobreviventes, que cismam em ressurgir.

O terceiro capítulo, intitulado, *Formas Espaciais: Os monumentos e seu entorno*, objetiva apresentar a conceituação a respeito do monumento através de autores como Alois Riegl (2014), a ser abordado enquanto representação material da memória, mediante reflexões que pretendem indagar sobre a sua especificidade na relação com o espaço, propiciando uma investigação sobre as tensões e conflitos existentes nessa interação. É a partir da compreensão dos monumentos como testemunhos, que a formação da cidade pode ser estudada e que o poder público passa a se preocupar com a preservação do patrimônio.

Ainda neste capítulo, passaremos de forma sucinta pelos monumentos localizados no entorno da Praça Juarez Antunes, onde se localiza nosso objeto de estudo, para analisarmos o panorama mais amplo da memória e do espaço urbano e os contrastes entre esses monumentos, buscando o aprofundamento na compreensão das diferentes formas de memorialização, da relação entre os monumentos e o espaço público, e da evolução da memória ao longo do tempo.

Considerando os monumentos como documentos da cultura, é possível chegarmos aos chamados monumentos de catástrofe, ou seja, aqueles produzidos como homenagem às vítimas de uma tragédia e/ou são locais que foram afetados por eventos trágicos, como desastres naturais, guerras ou acidentes. A escolha do conceito de monumentos catástrofes para tratar o Memorial 9 de novembro ao invés de sítios sensíveis, se deu pela sua diferenciação. Apesar de ambos os conceitos tratarem de patrimônios carregados de significado cultural e emocional, os monumentos catástrofes são testemunhos físicos de eventos trágicos – como no caso do Memorial que sofreu um atentado a bomba –, e que preserva a memória de uma catástrofe específica, enquanto um sítio sensível possui uma conexão mais ampla com a cultura, a história e as experiências da comunidade, abrangendo aspectos imateriais e materiais, enquanto os monumentos catástrofes são mais focalizados.

Dito isso, esses monumentos possuem uma importante significação cultural dentro da sociedade, pois difundem narrativas com ampla visibilidade, destacando o sofrimento das vítimas, e são capazes de gerar um apaziguamento do trauma da catástrofe, uma vez que, utilizam representação estética para educar, produzir uma rememoração e/ou fazer uma denúncia social. A construção de monumentos é uma importante forma de perpetuar a

memória coletiva na paisagem urbana. Considerando o monumento um artefato hermenêutico, os monumentos catástrofes são narrativas de parte da história urbana.

No quarto e último capítulo da dissertação, *O Memorial 9 de novembro: A relação da Cidade-Usina com a Memória de seus Trabalhadores*, versará sobre a construção da CSN, o mundo do trabalho no Sul-fluminense e o movimento sindical que culminou na Greve Geral de 1988 e mais tarde, a construção e destruição do Memorial 9 de novembro. Através de uma perspectiva relacional entre esses acontecimentos, veremos que Volta Redonda conta com manifestações coletivas significativas e de grandes impactos para sua história, como a icônica estátua do Operário na Praça Brasil. A cidade, que foi mata selvagem habitada por indígenas, caminho de bandeirantes e exploradores, alvo da catequese dos jesuítas, passou pela época colonial como região de forte produção de café e, com a decadência deste comércio, se tornou local de grandes fazendas agropecuárias. A cidade, antes dominada por fazendas, torna-se industrial e urbana em 1940, ao ser escolhida como a cidade sede da CSN.

Com o crescimento da cidade, acompanhamos também fatores que estimularam a sua transformação cultural, como a economia, o conflito (dimensão política e de classe) e a percepção cultural (uma identidade que surge a partir da identificação mediada por valores e ideias), que fazem parte do processo de formação da classe, assim como considerar a dinâmica espacial, este, fator capaz de tornar melhor a apreensão da interação entre essas dimensões na experiência de um determinado coletivo. Quando falamos em patrimônio histórico, falamos também de uma forma de escrita, pois a cidade conta sua própria história através de sua arquitetura, seus monumentos, sua estrutura, e tudo isso colabora como vestígio e objeto de estudo que leva o pesquisador a tentar compreender as transformações de uma sociedade e a contribuição na formação de sua identidade.

Para tanto, também analisaremos brevemente as políticas públicas de tombamento com foco nas leis municipais da cidade de Volta Redonda, a fim de entender como a cidade apresenta e salvaguarda seus bens culturais. O Memorial que é um dos monumentos mais importantes da história recente da cidade, se encontra há muito tempo abandonado. Inclusive, com o tempo, foi estrategicamente deslocado, fazendo com que seu entorno se tornasse um mero local de passagem tumultuada. Pontos de ônibus, a construção de passarelas e um posto de gasolina acabaram por soterrar a pequena praça. Apesar de ter sido ventilada, no ano passado, mais uma proposta de tombamento pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até o dado momento não temos o resultado da proposta.

Por fim, este capítulo buscará compreender de que forma se constrói um senso sobre o passado, como esse passado e a história são apresentados publicamente por meio dos patrimônios e suas representações, e como essas representações são asseguradas, preservadas e explicitadas. O estudo mais aprofundado do Memorial 9 novembro abordado neste capítulo, memorial este erguido em homenagem a três trabalhadores assassinados pelo exército no município de Volta Redonda e depois derrubado pelo mesmo exército, nos permitirá vislumbrar como uma representação com viés político de esquerda, e como a classe trabalhadora, podem ser esmaecidas enquanto narrativas oficiais, favorecendo representações homogêneas que destacam uma dimensão unilateral, exclusiva e excludente.

Para conduzir nossa pesquisa, utilizamos uma variedade de fontes que abordam o patrimônio, identidade e a cidade de Volta Redonda. Essas fontes incluem livros, dissertações e teses que compõem a bibliografia essencial para o nosso estudo. Além disso, buscamos fontes primárias nos arquivos públicos, como o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ), Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda e o Acervo Técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU/VR). O arquivo do Jornal Aqui de Volta Redonda, que abrange periódicos desde a década de 1970, foi uma fonte crucial para obtermos uma visão abrangente do período analisado. Fontes disponíveis na internet, como a Secretaria do Tesouro Nacional, também contribuíram significativamente para o resultado da dissertação.

Contudo, enfrentamos diversas dificuldades durante o desenvolvimento desta pesquisa. A obtenção de acesso a arquivos ou acervos de entidades patronais de Volta Redonda foi infrutífera, uma vez que muitas delas não responderam às nossas solicitações. Além disso, o jornal Diário do Vale, principal periódico da região, procrastinou nosso acesso ao seu acervo, chegando ao ponto de ignorar nossos apelos. Não obstante, não nos deixamos abater, e, com o apoio de colaboradores dedicados, superamos essas adversidades, alcançando a conclusão deste trabalho mesmo diante dos desafios enfrentados.

Capítulo 1. O Patrimônio Cultural e a Cidade

1.1. A concepção histórica da definição de patrimônio

O conceito de patrimônio carrega inúmeras e variadas relações com os conceitos de identidade e memória, servindo para materializar características coletivas, tornando-se um elemento fundamental na formação da identidade e da memória social/cultural e, a rigor, sendo a concretização da identidade de um grupo/sociedade. Mas afinal, o que é patrimônio cultural e qual a sua origem?

Segundo Donizette Rodrigues (2012), o patrimônio pode ser entendido como um conjunto de bens materiais ou imateriais, que expressa a identidade histórica e artística, bem como as vivências, as práticas e os saberes de um povo, contribuindo para preservar a cultura e a identidade de uma nação, grupo étnico, comunidade religiosa, tribo ou família.

Ele pode se apresentar de muitas formas dentro de um grupo, lugar ou nação, estando relacionado com suas histórias e contextos. Todos os coletivos humanos foram produtores de patrimônios ao longo da história em seu cotidiano, seja na forma como se relacionam e se expressam, seja através da fala, comida, edificação, artes, etc. Contudo, a ideia de patrimônio nem sempre possuiu o mesmo significado e, por um longo tempo, o seu entendimento esteve fortemente limitado aos grupos hegemônicos, como um símbolo e um instrumento de *status* e poder.

De acordo com a historiadora francesa Françoise Choay (2000, p. 11), a palavra “patrimônio” é bastante antiga. Quando surgiu, estava diretamente relacionada à noção de “herança familiar”, mas ao longo do tempo foi requalificada por diversos adjetivos que fizeram dela um conceito sem significado fixo. Com isso, podemos entender que “patrimônio” é uma noção bastante flexível, sendo utilizada em diferentes contextos, e reformulada e reconfigurada com o passar do tempo.

Em um contexto mundial, podemos pensar que há uma espécie de trajetória na noção de “patrimônio”. Funari e Pelegrini (2009) afirmam que a palavra é de origem latina, *patrimonium*, usada entre os antigos romanos para se referir aos bens pertencentes ao patriarca da família. Segundo os pesquisadores, assim, nasce a noção de “patrimônio” como algo privado, relacionado ao direito de propriedade e aos interesses da burguesia, visto que escravos e plebeus dificilmente teriam condições de guardar ou até mesmo possuir bens para passar à sua prole.

Entre os séculos V e XV, durante a Idade Média, por meio da religiosidade – mais especificamente o Cristianismo – foi sendo incorporado ao conceito de patrimônio, o aspecto simbólico e coletivo. A veneração aos santos e as relíquias sagradas fizeram com que objetos e lugares ganhassem um aspecto simbólico em seus rituais coletivos.

Durante o Renascimento, a busca por se distanciar do teocentrismo e do domínio da religião, em adesão ao antropocentrismo, proporcionaram aos intelectuais e grandes pensadores da época inspiração na Antiguidade greco-romana. Esses intelectuais “começaram a se preocupar com a catalogação e coleta de tudo que viesse dos antigos: moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estatuário em mármore e em metal” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 13). Tais práticas originaram os espaços denominados antiquários.

Durante o surgimento dos Estados Nacionais, a noção de “patrimônio” sofre uma profunda transformação. A Revolução Francesa em 1789 e a consolidação dos Estados modernos são apontadas como de grande relevância para a atual compreensão do conceito de “patrimônio”. Conforme Funari e Pelegrini, o Estado Nacional surge “a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 16) em comum. Desta forma, os pilares materiais são imprescindíveis para a construção de uma identidade nacional a grupos tão distintos, que a partir de um determinado momento passavam a fazer parte da mesma nação.

De acordo com o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2009), atualmente, a palavra “patrimônio” está entre as mais usais no nosso cotidiano. O autor apresenta uma série de exemplos da aplicação do termo patrimônio: patrimônios familiares, econômicos, culturais, artísticos, imobiliários, etnográficos, arquitetônicos, ecológicos, intangíveis, genéticos. Gonçalves então complementa, “parece não haver limites para o processo de qualificação dessa palavra” (Gonçalves, 2009, p. 25). O termo “patrimônio” possui tantos significados e interpretações que acaba se generalizando e tornando necessária a observação e reflexão a respeito de seus limites, para um melhor entendimento do contexto em que foi empregado.

O autor segue argumentando que o patrimônio pode ser considerado uma “categoria de pensamento” (Gonçalves, 2009, p. 26), sendo de grande importância para a vida social e mental de qualquer grupo social e, corroborando o próprio estudo dos grupos humanos. Desta maneira, sua relevância não se limita somente às sociedades modernas ocidentais, uma vez que, o patrimônio não possui práticas iguais e nem o mesmo significado para todas as sociedades.

Em uma perspectiva ocidental, o patrimônio possui uma forte ligação com as ações de colecionar, conservar e preservar. Segundo Gonçalves, “A categoria ‘colecionamento’ traduz, de certo modo, o processo de formação de patrimônios” (Gonçalves, 2009, p. 26).

Agrupando objetos de diferentes tipologias, temporalidades, atribuímos um valor externo e, com o tempo, com a transformação de seu valor utilitário, açãoamos o seu “poder simbólico” discutido por Pierre Bourdieu (2000). Ou seja, o objeto perde o seu valor de uso, para o qual foi concebido, e passa a ter um valor de representação na construção de narrativas, sejam elas pessoais ou coletivas.

A partir da perspectiva ocidental de agrupamento/colecionamento de bens para a construção patrimonialista apresentada anteriormente, temos a noção de patrimônio revestida por um propósito de preservar objetos e práticas que justificam uma identidade cultural ou acontecimentos históricos, adquirindo assim a noção uma relevância social.

Dessa forma, com o intuito de sintetizar os diversos aspectos tratados até o momento, podemos utilizar a definição trazida por Rodrigues, que conceitua o patrimônio cultural como:

Conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social (...) é o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, econômica e religiosa, decide preservar como patrimônio coletivo. (Rodrigues, 2012, p. 4)

Dessa maneira, podemos entender o patrimônio com uma amplitude maior, não servindo apenas para nos fazer recordar o passado, mas, provando sua relação inerente com a memória, tornando-se encarregada do processo de reconstrução dos fatos e períodos passados significativos. Uma outra perspectiva importante em relação à delimitação sobre a definição de patrimônio é que um bem pode adotar variadas compreensões diante de uma cultura ou grupo. Assim sendo, a utilização da palavra patrimônio não se limita somente a bens materiais, podendo também se configurar em múltiplos elementos e eventos de natureza intangível.

Alguns dos significados explicitados até aqui referentes ao conceito de patrimônio, como a sua capacidade de transformar valores, de atualização do passado, e sua capacidade de manipular e reconfigurar sentidos, serão considerados mais adiante em relação a nosso objeto de estudo, o Memorial 9 de novembro.

1.2. Patrimônio e Arquitetura da Cidade: Uma relação de representação

É preciso entender que o patrimônio está imbuído dos usos simbólicos que diferentes grupos sociais fazem dele e do valor que lhe atribuem, pois o patrimônio de uma dada sociedade é único e remete à sua cultura, sua identidade e sua memória. A cultura como produto humano está ligada a documentos, edificações, monumentos, coleções, técnicas, espaços, crenças, rituais, instrumentos, costumes, patrimônio, entre outros. Essa noção de cultura no sentido mais amplo do conceito está ligada ao que Manoel Delgado apresenta como:

a ideia mais frequente de cultura – aquela à qual se faz referência quando se fala, por exemplo, de turismo cultural – refere-se mais a um campo difuso, porém supostamente isento, no qual está integrado de maneira pouco clara todo um conjunto de produções, para as quais se tem um consenso ou se atribui um valor especial. (Delgado, 2001, p. 170)

Através de suas ações, os seres humanos transformam uma paisagem natural do mundo em uma paisagem artificial, na qual a interferência humana é evidente. Essa paisagem cultural, construída pelo homem, é onde as cidades e suas formas urbanas se desenvolvem, organizando o modo de vida das pessoas e se inserindo no tempo e no meio físico. Esse espaço é moldado por uma série de dinâmicas que compõem a vida cotidiana, dando-lhe significado e propósito.

O ser humano, por meio de sua práxis¹, transforma a paisagem do mundo natural em um mundo artificial no qual a paisagem transita do natural para o cultural como resultado das intervenções de diferentes ordens. Essa paisagem cultural construída pelo homem é o espaço no qual as cidades, com suas formas urbanas, encaixam-se no tempo e no ambiente físico e organizam os modos de vidas. Este espaço é o resultado de uma dinâmica que define o cotidiano com suas ações e significados.

Com base nas ideias de Henri Lefebvre (1972, p. 18-23), a sociedade urbana é produto da dinâmica pós-industrial e surgiu a partir do século XIV na Europa Ocidental, quando as cidades evoluíram para centros comerciais. Conforme o autor, a segunda fase de constituição do espaço urbano ocorreu a partir dos séculos XVIII e XIX, com a reestruturação das cidades

¹ É a ação prática do homem que em relação dialética com a teoria é por ela iluminada e a ilumina, ou ainda, a teoria não reduz a prática, mas a complementa e também a faz avançar, realizando-se sempre através da ação humana, é, portanto, a “atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano (...) atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário” (Vasquez, 1968, p. 3).

industriais. Nesse cenário, o espaço urbano abrange uma complexa rede de relações que vai além das relações comerciais.

A cidade, enquanto espaço urbano construído culturalmente pelo homem em sociedade, se caracteriza pela produção de símbolos que são definidos por meio de códigos que não se limitam à linguagem formal. “Esses códigos incluem gestos, roupas, comportamentos sociais e pessoais, música, pintura, dança, rituais, cerimônias e edificações” (Cosgrove, 2003, p. 103), conforme salienta Denis Cosgrove. Assim sendo, a cultura tem papel essencial na configuração do espaço urbano, influenciando tanto sua estrutura física quanto seu significado simbólico.

A presença desses signos no espaço urbano e o trabalho de educação relacionado a eles possibilita aos indivíduos o desenvolvimento de uma relação direta entre a sua identidade cultural e a sua condição de membro de um grupo, de uma sociedade. Conforme o entendimento de Kathryn Woodward (2000), a identidade de um grupo social é relacional. Isso quer dizer que um grupo social somente existirá na visão de outra identidade cultural, reconhecido por outra identidade cultural como diferente.

Tal diferença é marcada por símbolos que indicam a predominância de características culturais em detrimento de outras, auxiliando na identificação de uma cultura. A construção de uma identidade cultural, portanto, é tanto social quanto simbólica. Hoje, a atualização e interdisciplinaridade que contribuem para o conceito de memória coletiva, nos leva à reflexão sobre uma forma de escrever a história. Tanto nas cidades como nos centros históricos, a memória faz parte de um processo de rememoração individual e coletiva.

A memória urbanística desempenha o papel de reproduzir as experiências construídas por uma sociedade, isso inclui visão de mundo, influências, cultura, economia, gestão do trabalho, desenvolvimento e outros fatores. Se observarmos a história das grandes civilizações como Grécia, Roma, Egito, teremos uma visão mais apurada da importância da preservação da memória e do patrimônio, nos possibilitando questionar e compreender através das pesquisas realizadas por historiadores as características sociais.

Uma das condições fundamentais para acompanhar e compreender nosso percurso teórico é o entendimento da ideia de Cidade que norteia nosso pensamento. O ponto de partida para tal é o entendimento da Arquitetura como a totalidade da Cidade e seu entorno. Mais precisamente da arquitetura, não se limitando as construções de prédios, mas de todos os patrimônios urbanos materiais que servem de representação da coletividade inseridos na

construção da cidade, como o Memorial 9 de novembro, que, além de monumento resultante das lutas de classe da cidade em que habita, também foi projetado por um dos maiores nomes de nossa arquitetura, Oscar Niemeyer.

Para essa compreensão inicial, buscamos fundamentalmente dois autores: Aldo Rossi (2001) e Giulio Carlo Argan (2005). De acordo com Rossi (2001), argumenta-se que a cidade é uma arquitetura patrimonial, não somente no sentido de sua aparência visual ou de suas construções, mas também como uma construção temporal. Essa perspectiva possibilita uma análise mais ampla da cidade, já que se refere ao “fato último da vida coletiva: a criação do ambiente em que esta vive” (Rossi, 2001, p. 1), destacando seu caráter coletivo e sua inseparabilidade da vida civil e da sociedade em que se desenvolve. Conforme Rossi:

A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos o elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto com ela, formando um todo com ela um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral. (Rossi, 2001, p. 3)

Nesse contexto, Argan (2005, p. 243) afirma que a arquitetura é por excelência representativa, uma vez que todos os edifícios, o traçado das ruas, monumentos e o casario popular representam a sociedade que os construiu, evidenciando suas contradições, desigualdades e malformações.

Através da arquitetura das cidades construídas em diferentes sociedades e culturas ao longo do tempo, é possível observar com clareza o caráter representativo da arquitetura. As particularidades de cada uma dessas sociedades encontram-se explícitas na arquitetura de suas cidades, como o traçado de suas ruas, a tipologia de suas habitações e seus monumentos erguidos.

A cidade pode ser considerada como um registro memorial, construído com materiais como pedra, concreto e asfalto. De acordo com Rossi (2001), ela funciona como um arquivo, uma testemunha da memória coletiva de seus habitantes. Essa ideia é ainda mais evidente nos chamados “fatos urbanos”², elementos que, segundo o autor, resumem a cidade. Esses elementos têm uma forma ou tipo que lhes confere singularidade e, para Rossi, eles materializam valores morais e espirituais que transcendem a matéria. Eles sintetizam a alma

² Os fatos urbanos são eventos ou elementos distintivos que ocorrem no contexto da cidade e têm impacto na memória coletiva dos habitantes. Esses fatos urbanos podem ser momentos históricos significativos, transformações arquitetônicas marcantes, marcos culturais ou sociais, entre outros acontecimentos relevantes. (Rossi, 2001, p.16).

da cidade e são um produto construído pela e para a coletividade através de valores que permanecem ao longo do tempo.

As cidades são locais de depósito e preservação da memória coletiva, muitas vezes manifestada em símbolos locais e monumentos. No entanto, é importante destacar que a memória não se limita apenas a esses aspectos urbanos, mas também permeia toda a cidade. A cidade materializa parte da memória coletiva de seus habitantes, herdando os motivos de sua construção e se tornando memória de si mesma. A relação entre cidade e memória é dialética, com a memória coletiva fornecendo os motivos que a arquitetura da cidade materializa em sua construção no tempo, e a arquitetura da cidade se constituindo como referência na memória coletiva.

As representações sociais, por sua vez, são formas de interpretar a realidade cotidiana de uma sociedade, que podem ter natureza religiosa, profana, mística ou intelectual. É importante notar que as representações sociais não são imutáveis e devem ser analisadas historicamente e culturalmente como ideias, preconceitos e superstições. O conceito de representação evoca uma apresentação de objetos ou eventos através da relação entre o representado e o representante, com a finalidade de retratar ou reapresentar algo. É importante lembrar que o homem se constitui no mundo em que vive e que a história se faz em movimento.

A abordagem das representações sociais, desenvolvida pelo autor Serge Moscovici (1978), destaca que as representações sociais são construídas socialmente e compartilhadas pelos membros de um grupo ou sociedade. Essas representações sociais ajudam a dar significado e sentido à realidade, influenciando as percepções, crenças, atitudes e comportamentos das pessoas.

Além disso, as representações sociais são moldadas historicamente e culturalmente. Isso significa que as ideias, preconceitos e superstições presentes nas representações sociais podem variar de acordo com o contexto histórico e cultural em que surgem. Elas são influenciadas pelos valores, normas, tradições e experiências compartilhadas de uma determinada sociedade.

O conceito de representação também pode ser entendido como uma forma de apresentar ou retratar algo, em que há uma relação entre o representado e o representante. Esse processo de representação pode ocorrer por meio de símbolos, imagens, palavras ou outros meios simbólicos. Por fim, a ideia de que o homem se constitui no mundo em que vive

e que a história se faz em movimento reflete a compreensão de que as representações sociais estão em constante transformação e adaptação, à medida que a sociedade evolui e novas experiências e eventos ocorrem.

De acordo com Moscovici (1978, p. 25), o pensamento individual não pode ser considerado apenas como um fenômeno psíquico, desvinculado da atividade cerebral. Por outro lado, o pensamento social não pode ser simplesmente entendido como a soma dos pensamentos individuais. O autor argumenta que tanto o pensamento individual quanto o social possuem características próprias e influências mútuas, e não podem ser reduzidos um ao outro.

Atualmente, o conceito de representação social é objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento que se dedicam à pesquisa envolvendo a cultura e a sociedade. De acordo com a teoria das representações sociais, “o fenômeno em questão é relacionado aos diferentes tipos de teorias populares, senso comum e saberes cotidianos que chamamos de representações sociais” (Wagner, 1995, p. 150).

As representações sociais não devem ser consideradas imutáveis, pois elas estão sujeitas a mudanças ao longo do tempo e em diferentes contextos culturais. Elas podem incluir ideias, preconceitos e superstições, e é necessário compreendê-las historicamente e em âmbito cultural. O conceito de representação evoca algum tipo de apresentação de objetos ou acontecimentos através da relação entre representado e representante, com a finalidade de retratar ou reapresentar algo. Embora o termo também possa indicar a significação das palavras, a origem e etimologia do conceito remetem a esse tipo de apresentação.

O espaço público de uma cidade é onde ocorre a vida pública com relação direta com a vida política. Esse espaço é o local de fruição da vida em sociedade, onde a vida ganha uma dimensão pública através da comunicação. É onde se estabelecem os princípios e condições em que uma norma é válida e pertinente ao conjunto das pessoas que vivem juntas. Dessa forma, “a unidade social é construída através de uma atividade cotidiana, de um agir comunicacional” (Gomes, 2002, p. 161).

Nessa dimensão cultural, a produção simbólica do espaço urbano e suas dimensões na representação social são fundamentais. Os bens patrimoniais históricos que se encontram concentrados ou dispersos no espaço público das cidades pequenas, médias ou cosmopolitas se configuram e revelam a teia de relações sociais que emergem desses espaços. Eles são

guardiões da memória coletiva e se tornam parte dela, constituindo-se muitas vezes como símbolos locais e monumentos.

É importante destacar, no entanto, que toda a cidade, e não apenas os fatos urbanos, é depositária de memória. A cidade materializa parte da memória coletiva de seus habitantes e também se torna memória de si mesma. Dessa forma, há uma relação dialética entre cidade e memória, em que a memória coletiva fornece os motivos que a arquitetura da cidade materializa em sua construção no tempo, ao mesmo tempo em que a arquitetura da cidade se constitui como referência para a memória coletiva.

O espaço urbano da cidade de Volta Redonda (Figura 1) é um ambiente complexo onde ocorrem atividades que refletem a vida em sociedade, mesmo sendo uma cidade pequena do interior do estado do Rio de Janeiro. É nesse espaço que os indivíduos se inserem na sociedade de maneira singular e diversa, criando e consumindo produtos culturais e materiais.

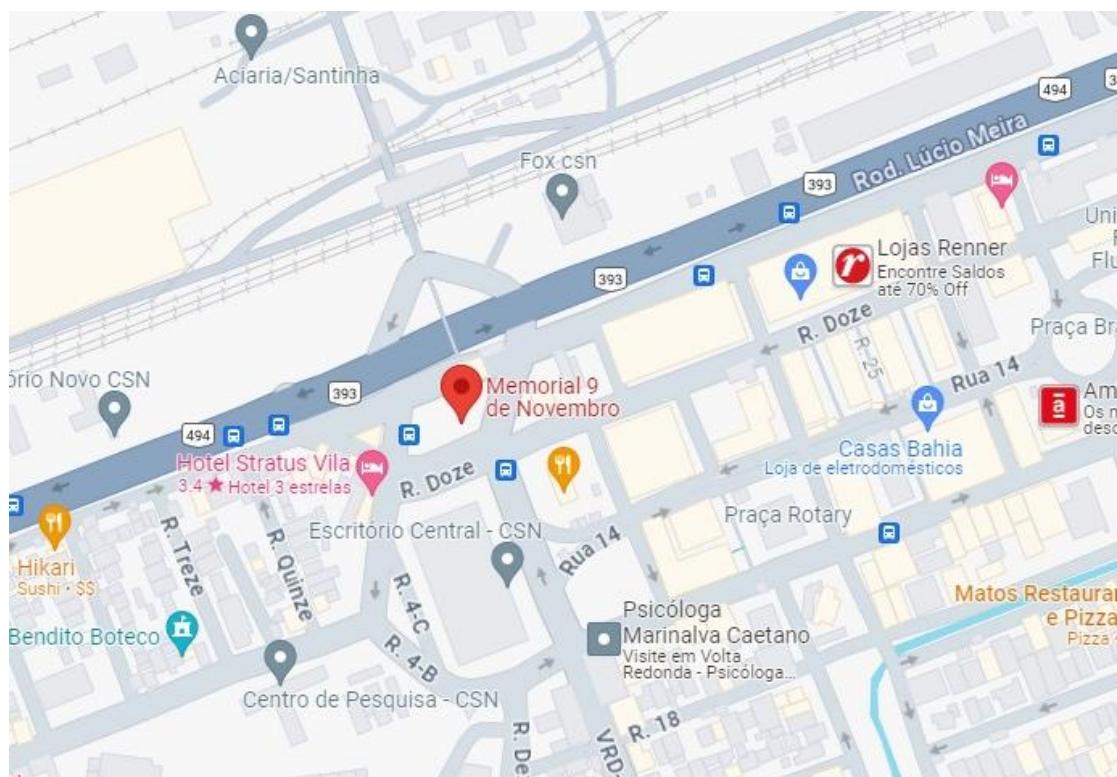


Figura 1: Mapa da localização do Memorial 9 de Novembro, Praça Juarez Antunes: Volta Redonda, 2023. Google Maps.

1.3. A memória e o patrimônio urbano cultural como fonte de resistência

A ideia fundamental é que as experiências e memórias se misturem e se unam em um espaço híbrido, aproximando a população e enriquecendo o patrimônio cultural do lugar. A

cidade possui diferentes características e representações culturais que podem ser lidas de diversas formas. Sua fixação na memória muda constantemente, considerando as mudanças que ocorrem no espaço e na sociedade. Nessa perspectiva, o patrimônio aproxima o universo sensível do ambiente urbano, tornando a arquitetura e a paisagem um conjunto de mnemônicos.

O Memorial 9 de novembro (Figura 2, 3 e 4), localizado em Volta Redonda (RJ) – nosso objeto de estudo no fomento deste trabalho e que será abordado de forma mais aprofundada no decorrer de nossa pesquisa, é visto como um local de respeito pela comunidade da cidade, principalmente pela classe operária, e pode ser acessado a qualquer momento, possibilitando que sua memória seja sempre atualizada.



Figura 2: Inauguração do Memorial 9 de novembro, 1989. Fonte: metalurgicos.org



Figura 3: Memorial 9 de Novembro atualmente (frente), 2023. Arquivo pessoal.



Figura 4: Memorial 9 de Novembro atualmente (posterior). Arquivo pessoal, 2023.

As diferentes características e manifestações culturais criam um sentimento de pertencimento e identidade. A memória é um fato construído que estabelece uma ligação com

a história por meio da preservação e da retenção de tempo, fomentando o saber histórico. Desta forma, podemos buscar na história recursos para reaver a identidade como grupo social (maneira de viver, subsistir e morrer). Ela guarda, reúne, exclui e recorda, sendo um importante instrumento para compreender diferentes épocas, ideias e atitudes.

Segundo o historiador francês Le Goff, “a memória, na qual cresce a história, que no que lhe concerne a alimenta, busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Necessitamos trabalhar para que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão” (Le Goff, 1994, p. 471). A cidade de Volta Redonda, símbolo do progresso nacional, carrega em sua história marcas importantes que vão além do processo de industrialização, como a luta política e de classe. A cidade, que manteve status de área de segurança nacional até 1985, foi palco da maior mobilização operária do país em 1988, dando início a uma onda de paralisações sindicais pelo país nos anos seguintes.

Nas últimas décadas, a expansão do conceito de patrimônio cultural e a participação de diferentes agentes sociais nas ações preservacionistas contribuíram para que a patrimonialização assumisse um importante papel como instrumento de resistência e de afirmação identitária.

Na sequência deste processo, ações e debates recentes no campo do patrimônio cultural têm configurado uma das frentes de reivindicação do direito à memória a grupos sociais silenciados pelos discursos hegemônicos, abrindo caminho para a evidenciação de bens materiais e imateriais associados a processos históricos e manifestações culturais até então negligenciados pela historiografia tradicional e, consequentemente, pouco representados pelas políticas de tutela dos bens culturais. Nesta disputa pela representatividade patrimonial, a arquitetura e a cidade têm assumido particular protagonismo, tornando-se, portanto, o centro do debate.

Quando se pensa em patrimônio histórico e cultural de uma cidade localizada na região do Vale do Paraíba como Volta Redonda, é bem provável que despontem na memória – e no resultado de buscadores na internet – locais como a CSN, o Escritório Central (Figura 5), Praça Brasil, todos localizados na Vila Santa Cecília, considerado como um dos primeiros bairros históricos da cidade. Pode-se pensar em patrimônios arquitetônicos, como a Sede da Fazenda Santa Cecília, obras como a Estátua de Getúlio Vargas (Figura 6) e até espaços de turismo e lazer, como o Clube Recreio dos Trabalhadores – este, desativado oficialmente em 2020 pela CSN/FUNGEMSS e entidades que o administravam, após um grande período de abandono e restrição por parte da empresa para com a comunidade local – ou o Cine 9 de Abril. Além de conhecidos cartões-postais, como a Vista do Hotel Bela Vista (Figura 7) ou a

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta da Cicuta, estes patrimônios foram consagrados como exemplares materiais da história oficial, que parece descolada de narrativas e espaços periféricos.



Figura 5: Escritório Central. Diário do Vale, 2019.

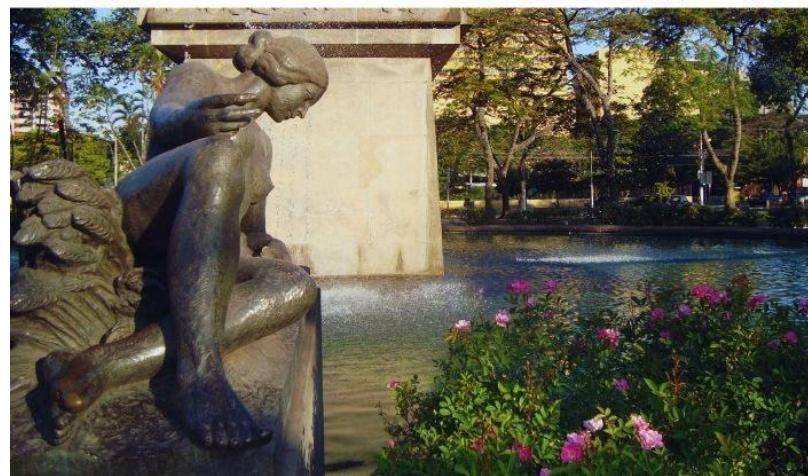
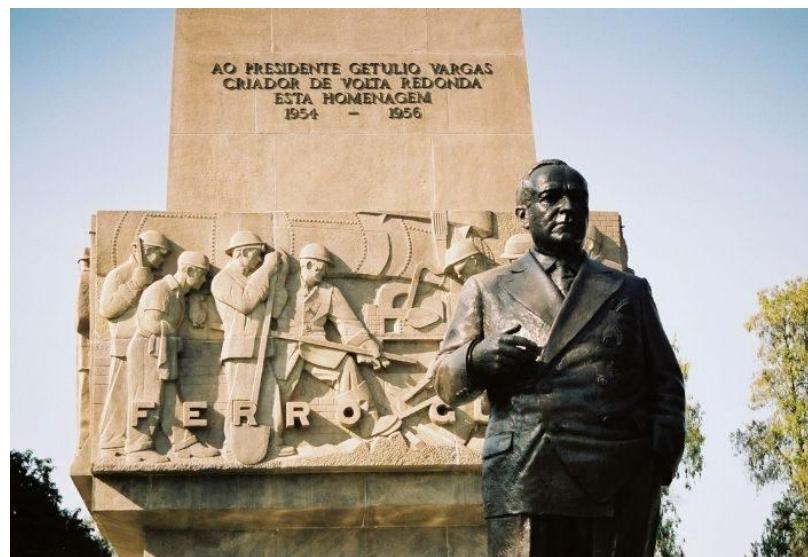




Figura 6: **Hildegardo Leão Velloso.** Monumento Getúlio Vargas, 2023. [Cultura.Voltaredonda.rj.org.br](https://www.cultura.voltaredonda.rj.org.br)



Figura 7: Hotel Bela Vista, 2015. [PodCultura](https://www.podcultura.com.br).

A memória dos lugares históricos é disputada politicamente, o que pode resultar em uma narrativa predominante que se concentre em uma versão específica da história, como é o caso do centro de Volta Redonda. A cidade se torna objeto de conhecimento quando é transformada pelas consequências da revolução industrial, que apresenta um novo modelo em contraste com o antigo.

A noção de patrimônio histórico emergiu como uma oposição à urbanização dominante devido à perda de elementos culturais e arquitetônicos significativos nas áreas urbanas em desenvolvimento. Surgiram movimentos de preservação para proteger bairros históricos ameaçados de demolição e integrar monumentos e edifícios históricos em projetos de revitalização urbana. Essa abordagem busca preservar a identidade cultural, a memória coletiva e enriquecer a experiência urbana (Lefebvre, 1972).

As memórias coletivas e históricas são interdependentes e se influenciam mutuamente. A consciência individual se forma em comunicação com outros indivíduos, a partir das condições que os socializam. A memória individual é construída pela coexistência em tensão e nem sempre causada por várias memórias em constante transformação, em virtude da mudança incessante do presente para o passado e da alteração resultante no campo das representações do pretérito.

Segundo a perspectiva de Ricoeur (2007), o passado não é algo que exista em si mesmo, mas sim como uma construção, uma representação que só pode ser acessada no presente. Para compreendermos o passado, precisamos reconhecer seus rastros, que podem ser encontrados na memória. Porém, mesmo a lembrança é um ato seletivo, que escolhe o que deve ser recordado e o que deve ser esquecido.

O esquecimento, nesse sentido, pode ser visto como um processo dialógico e necessário. Se não houvesse esquecimento, não seria possível trazer elementos do passado para a realidade imaginária e relembrá-los. O esquecimento, portanto, é uma parte essencial do processo de construção da memória. Embora possa gerar medo e ansiedade, o esquecimento também pode trazer alegria e felicidade quando algo do passado é recuperado e trazido de volta à consciência. Como afirma Ricoeur, “recebemos com uma pequena felicidade o regresso de um fragmento do passado arrancado, como dizem, ao esquecimento” (Ricoeur, 2007, p. 427).

Essas duas leituras - medo e felicidade - continuam a coexistir ao longo de nossas vidas, com a permissão do cérebro. Para Ricoeur, o passado é uma construção, sendo a memória e o esquecimento os dois lados dessa construção. Ambos são necessários para a nossa compreensão do mundo e para a nossa construção de identidade, uma vez que é através da memória que nos tornamos conscientes de nós mesmos como seres históricos e sociais.

A culpa, como um sentimento que emerge após um longo período de esquecimento, é um fenômeno que se manifesta de maneira evidente não apenas na sociedade contemporânea,

como em outras sociedades ao longo do tempo. Viver em uma sociedade com passado colonial e eurocêntrico, por exemplo, nos priva enquanto cidadãos, de entender a história de nosso povo por uma perspectiva que não a do colonizador, caminhando para uma sociedade menos consciente de suas mazelas. Logo, se não temos acesso a esse lado da história, não estamos perdendo nada.

A memória apresenta relação direta com a identidade individual e sua formação, bem como com relação aos valores da sociedade e dos grupos em que o indivíduo está inserido. Além disso, explorar como a seleção de eventos passados e a construção de elementos novos, tais como os patrimônios culturais, podem estar envolvidos no processo psicológico do esquecimento, nos ajudam a compreender o silenciamento e a exclusão de narrativas.

A experiência humana é permeada pela interação simultânea do indivíduo com o ambiente externo, e é nesse contexto que a identidade individual é moldada. A memória desempenha um papel crucial nesse processo, pois é através dela que o indivíduo se conecta com o passado e constrói sua narrativa pessoal. No entanto, a memória não é um processo isolado e individual, mas sim relacional, ou seja, ela está intrinsecamente ligada aos valores da sociedade e dos grupos em que o indivíduo está inserido, onde o desejo de alcançar o verossímil, parte também da recordação e das referências do outro.

Ao recordar eventos passados, o indivíduo evoca não apenas suas próprias memórias, mas também a memória de outras pessoas que estiveram envolvidas nesses eventos. Nesse sentido, a busca pela verossimilhança é uma forma de utilizar a lembrança do outro para relembrar eventos históricos. A seleção de vestígios urbanos, como edifícios e monumentos, pode ser uma forma de “relembrar” ou “comemorar” eventos históricos específicos, e esses vestígios permitem a leitura de como a memória é articulada com os valores da época.

No entanto, a seleção do passado e a construção de elementos novos nunca são processos objetivos e neutros. Dar forma às predisposições que condicionam os indivíduos a selecionarem o passado e sobre ele construir elementos novos e anacrônicos. Nessa operação, os bens culturais podem conter níveis de identificação, distinção e da interiorização da norma, mas também estão envolvidos no processo psicológico do esquecimento, do silenciamento e da exclusão, o que significa que os indivíduos podem escolher seletivamente quais eventos históricos devem ser lembrados e quais devem ser esquecidos. Portanto, a seleção do passado e a construção de elementos novos não são apenas processos psicológicos, mas também sociais e culturais que refletem os valores e as crenças de uma sociedade ou de um grupo específico que se reconhecem dentro das totalidades que, vindas do passado, pretendem se projetar para ao futuro.

Segundo Maurice Halbwachs (2004), a imagem está intimamente ligada ao espaço, ou seja, o espaço é responsável por ancorar as memórias do que foi vivido. Para o autor, “a memória coletiva é baseada na permanência do espaço, ou pelo menos na permanência da atitude adotada pelo grupo em relação a essa porção do espaço” (Halbwachs, 2004, p. 172). Ele também destaca que “quando um grupo humano vive por muito tempo em um lugar adaptado aos seus hábitos, seus pensamentos e movimentos são regulados pela sucessão de imagens materiais que os objetos externos representam para eles” (Halbwachs, 2004, p. 163). Além disso, Halbwachs (2004, p. 159-160) explica o papel crucial que as imagens espaciais desempenham na memória coletiva, pois as imagens dos espaços são elementos essenciais para a compreensão da memória coletiva.

Ao ocupar um espaço, um grupo social imprime sua marca nele, mas também se adapta às características materiais que lhe resistem. O grupo se fecha em torno do contexto que construiu, tendo em vista que a imagem do ambiente externo e as relações que estabelece com ele são fundamentais para sua concepção de si mesmo. De acordo com Halbwachs (2004), cada aspecto e detalhe do espaço ocupado pelo grupo possui um significado que só é compreensível para seus membros, uma vez que todas as partes do espaço correspondem a diferentes aspectos da estrutura e da vida da sociedade, pelo menos aqueles que eram mais estáveis.

Halbwachs argumenta que as transformações no espaço têm efeitos sobre os processos sociais de construção da memória, uma vez que a permanência das formas de vida se manifesta no vínculo entre a sociedade e seus espaços de memória. Para o autor, “os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite compreender melhor até que ponto, nesse tipo de grupo, a memória coletiva é sustentada por imagens espaciais” (Halbwachs, 2004, p. 162). Assim, temos estudiosos e especialistas que argumentam que a intervenção no espaço urbano é crucial para evitar mudanças despropositadas nos ciclos históricos, como a urbanista e ativista Jane Jacobs em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades* (2000).

Os bens que compõem a paisagem desses espaços possuem características de resistência, não apenas em si mesmos, mas também na memória da comunidade que lhes atribui valores e significados. De acordo com Bosi (1994), não se pode ignorar que “as memórias são sustentadas pelas pedras da cidade” (Bosi, 1994, p. 439), sendo que essas “pedras” são contextualizadas na história e na vida urbana, estabelecendo seus próprios usos.

1.4. Monumentos e Luta: A violência como traço distintivo das poucas representações da classe trabalhadora nos patrimônios brasileiros

A memória de um indivíduo precisa de palavras e ideias como ferramentas, ambas construídas em um ambiente social. Em outras palavras, no caso da memória pessoal, se é o indivíduo quem, em última instância, realiza o ato de memória, por outro lado é o grupo social que determina o que é lembrado e como. Assim, se faz necessário pensar na Memória como instância criativa, como uma forma de produção simbólica, como dimensão fundamental que institui identidades e com isto assegura a permanência de grupos.

A disputa política em torno da memória operária e seus lugares históricos resultaram na prevalência da narrativa do trabalhador através da ótica do “patrão”, deixando de lado as histórias contadas pelas bordas, pelos próprios trabalhadores.

O “esquecimento”, o “dito” e o “não dito” e o eco entre o celebrado e o esquecido mostram que a escolha é determinante na construção da memória. Socialmente, percebemos que nem tudo que é lembrado pode ser expresso, logo, a memória é política e pode-se atribuir diferentes valores a ela. Como consequência do desfecho trágico da greve dos trabalhadores de 1988, foi erguido o Memorial 9 de novembro, um bem cultural que acomoda valores de identidade, ação e memória do homem em sociedade, do povo brasileiro e, em esfera local, dos cidadãos volta-redondenses. Uma das muitas histórias contadas pelo público a partir do uso social do patrimônio.

A memória hoje não pode mais ser associada metaforicamente ao “espaço inerte” em que está abrigada, mas deve ser entendida como um “território”, um espaço vivo, político e simbólico em que o processamento pode ocorrer. Uma forma dinâmica e criativa de recriar a cada momento a memória e o esquecimento da existência social³.

De qualquer forma, tendo em vista que a composição da memória social é um campo de conhecimento novo que visa refletir cientificamente sobre fenômenos e práticas relacionados à memória individual e coletiva, torna-se necessário pensar na memória como um processo que não permite precisão, uma vez que envolve esquecimentos, distorções, reconstruções, omissões, parcialidades, hesitações.

Há ainda hoje uma significação vulgar que remete à memória, uma categoria estática relacionada à imagem de depósito de dados, surgindo então, como mera atualização mecânica de vestígios. A conclusão óbvia é que, nesse sentido, o patrimônio será uma memória, não a

³ Le Goff cita um longo trecho em seu verbete “Memória” (Encyclopédia Einaudi, 1984, p. 46), que parece espacializá-la, oscilando entre a ideia do “Depósito”, da “região a ser explorada” e do “território” a ser constituído por aquele que lembra.

memória. Além dos aspectos comemorativos do patrimônio, seu amplo valor de uso e o próprio “direito de lembrar” podem ser princípios para o exercício da cidadania e a realização de outros direitos sociedade de grupos sociais.

Sabemos que o trabalho de interpretação de fatos ou acontecimentos históricos é um campo muito delicado, pois a história é um conjunto de momentos, experiências e diferentes perspectivas, verdades, omissões, ideologias, dominações e interesses que se constroem a partir do querer construir. As experiências e narrativas de pessoas comuns esquecidas ou silenciadas pelas elites também devem ser consideradas ao iniciar uma investigação sobre o que pode ter acontecido (Thompson, 1988).

Em 2 de maio de 1989, um carro-bomba carregado com explosivos plásticos foi detonado na Praça Juarez Antunes em Volta Redonda, Rio de Janeiro. O objetivo do ataque era derrubar a lâmina de concreto do Memorial 9 de novembro, um monumento projetado pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer em homenagem aos três operários que foram mortos durante uma greve na CSN, no ano anterior. Embora nenhuma pessoa tenha sido ferida na ocasião, o atentado foi bem-sucedido em sua intenção, resultando na derrubada parcial do monumento (Figura 8).



Figura 8: Explosão do Memorial 9 de novembro, 1989. LHMT.

Sete anos após este atentado, outro monumento projetado por Oscar Niemeyer, o Monumento Eldorado Memória (Figura 9), foi destruído. Este projeto, com 4 metros de altura,

foi doado ao Movimento dos Sem-terra (MST) em solidariedade aos trabalhadores rurais mortos em conflitos de terra no estado do Pará. A destruição deste monumento foi um duro golpe para a mensagem de paz e solidariedade que Niemeyer pretendia transmitir com sua obra.



Figura 9: Oscar Niemeyer ao lado dos trabalhadores do MST com a obra criada por ele, Monumento Eldorado Memória, 1996. O Globo.

Ambos os ataques revelaram a fragilidade dos monumentos públicos, sobretudo os que homenageiam os trabalhadores e lançam luz sobre a discussão referente à consciência de classe, o que ressalta a importância da segurança de tais estruturas. Além disso, destacaram a importância dos patrimônios como um meio de transmitir mensagens políticas e sociais significativas para o público em geral.

No ano de 1996, trabalhadores rurais do MST foram atacados por cerca de 300 policiais militares (PM) no município de Eldorado dos Carajás, no sudeste do Pará. Cerca de 1.500 lavradores haviam acampado na Fazenda Macaxeira, em Curionópolis (PA), na rodovia PA-150, há três meses, exigindo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a desapropriação das terras ocupadas. O objetivo era chegar a Belém, capital do estado, para pressionar o governo local.

Após uma marcha de sete dias rumo a Belém, os trabalhadores foram atacados pela Polícia Militar. O confronto entre os acampados e os policiais militares, que estavam armados com escopetas, metralhadoras, fuzis e revólveres, resultou na morte brutal de 19 trabalhadores rurais e mais de 50 pessoas feridas (Figura 10).

Uma perícia realizada pelo legista Nelson Massini, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, revelou que dez vítimas morreram com balas na cabeça, em tiros de precisão a curta distância na nuca, nos olhos e na cabeça, demonstrando modo similar a execuções sumárias. Outros sem-terra tiveram seus corpos retalhados a golpes de foice e estavam estraçalhados, com esmagamento de crânio, costas abertas, braços quebrados, mutilações. De acordo com o legista, as vítimas já estavam dominadas, sem condições para se defender ou reagir, desarmadas, quando foram atacadas com golpes cortantes. (Cambreia, 2012, p. 2)

Os acampados resistiram com paus e pedras durante duas horas de confrontamento. O episódio, que ganhou grande notoriedade internacional ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, município do sudoeste do Pará onde ocorreu a matança. Durante o inquérito que apurou as responsabilidades pelo episódio, o gerente da Fazenda Macaxeira denunciou que fazendeiros da região haviam ordenado o massacre. Além disso, acampados informaram que o coronel Pantoja, mandante do ataque da Polícia Militar, esteve na fazenda dias antes do confronto. No entanto, nenhum fazendeiro foi indiciado pelo ocorrido.



Figura 10: Corpos dos trabalhadores rurais mortos pela polícia do Pará em uma sala do Instituto Médico Legal (IML) de Marabá. Ana Araújo/Editora Abril.

Após a cerimônia de inauguração, proprietários de grandes extensões de terra e setores ultraconservadores da região local expressaram sua oposição ao Monumento Eldorado Memória e fizeram ameaças de vandalismo tanto contra o monumento quanto contra as entidades patrocinadoras. Na madrugada de 22 de setembro de 1996, um grupo de indivíduos se reuniram em torno do monumento, portando picaretas e marretas, e o vandalizaram.

Notavelmente, a polícia local não tomou nenhuma medida para conter os vândalos, apesar da proximidade do quartel do 4º Batalhão da Polícia Militar, localizado a cerca de 2 km do local. Desde então, a prefeitura de Marabá e outras entidades governamentais se recusaram a reconstruir o monumento.

Em face da destruição do Monumento Eldorado Memória, que havia sido recém-inaugurado, trabalhadores rurais da região iniciaram uma mobilização para conceber um novo memorial em homenagem ao massacre de Eldorado do Carajás. Em 1999, três anos após o massacre de Eldorado do Carajás, lideranças do MST do sul do estado do Pará decidiram convidar o dramaturgo anglo-brasileiro Dan Baron Cohen para conceber um novo monumento a ser construído em Eldorado, no local do massacre. Cohen, por sua vez, elaborou um projeto que foi construído em 2000 e ficou conhecido como Monumento das Castanheiras Mortas (Figura 11).



Figura 11: Monumento das Castanheiras Mortas, Eldorado dos Carajás, 2016. Brasil de Fato.

A ideia de Cohen foi baseada em uma consulta aos trabalhadores rurais do Assentamento 17 de Abril, criado após o massacre. Esses colonos sugeriram a utilização de

uma castanheira, árvore típica da região e em risco de extinção devido à pressão da agropecuária de latifúndio local. Cohen então propôs a criação de uma árvore gigante de metal, revestida de cerâmica quebrada, para que se assemelhasse à casca de uma castanheira. A árvore teria galhos e raízes retorcidos e quebrados, simbolizando a violência e as marcas deixadas pelo massacre.

Para a construção do monumento, foi realizada uma assembleia geral com todos os trabalhadores rurais, que formaram um “tribunal” para definir o conceito do monumento. Foi decidido que o monumento seria uma “paisagem de castanheiras queimadas e mutiladas, violadas e cheias de cicatrizes”, que representava a luta dos trabalhadores rurais pela terra e pelo direito à dignidade humana. Nos dias que antecederam as manifestações pelos três anos do massacre, 19 árvores mortas foram encontradas e dispostas em forma do mapa do Brasil, uma para cada vítima do massacre. Esse ato foi realizado como uma forma de lembrar as vítimas e protestar contra a impunidade dos responsáveis pela tragédia.

O Monumento das Castanheiras Mortas é considerado um importante símbolo da luta e resistência dos trabalhadores rurais pela terra e pelo direito à vida. Ele se tornou um local de peregrinação para aqueles que buscam manter viva a memória do massacre de Eldorado do Carajás e de todos os outros conflitos que ocorreram na região. Em 17 de abril de 2019, o monumento e a curva do S da BR-155 foram declarados Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará, após a aprovação da proposta do deputado Dirceu Ten Caten.

O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer projetou, ao longo de sua carreira, entre quatro e cinco monumentos em homenagem ou solidariedade aos trabalhadores oprimidos. Infelizmente, essas obras enfrentaram inúmeros desafios, sendo algumas delas boicotadas e destruídas por militares, fazendeiros e jagunços. Há pouco tempo, uma dessas obras, o Monumento Antônio Tavares, em Campo Largo, Paraná, também estava ameaçada.

A discussão sobre monumentos no Brasil tem sido pautada por questões relacionadas à demolição, depredação ou remoção de monumentos dedicados aos bandeirantes paulistas, considerados ídolos pelos fascistas nacionais. Nesse contexto, as obras de Niemeyer foram alvo de ataques e destruições, enquanto seus autores permaneceram impunes. Por outro lado, o trabalhador Paulo Galo, que assumiu a autoria de um ataque simbólico recente a uma estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo, foi preso imediatamente após se apresentar voluntariamente à polícia.

O pesquisador Roberto Lobato Corrêa (2005), afirma que os materiais referentes ao patrimônio não são apenas objetos estéticos, mas de certa forma, intencionalmente dotados de sentido político. Como “representações materiais de acontecimentos traspassados” (Corrêa,

2005, p. 10), carregam emblemas que vão além das molduras de concreto e metal de que são feitos e neles são reunidos significados que comunicam interpretações da realidade do ponto de vista temporal.

Pierre Nora (1993) propõe que os rituais sociais realizados em “Lugares de Memória”⁴ atendem à necessidade contemporânea de identidade pessoal, proporcionando uma conexão com a história compartilhada e um sentido de pertencimento. Portanto, o conceito de monumento histórico está relacionado à formação da ciência histórica e, do ponto de vista de Nora, esses locais históricos serão memórias relacionadas com a nação.

Na década de 1980, Nora percebeu que as condições propícias para a manutenção de um determinado tipo de produção social de memória estavam desaparecendo. Essa memória era comumente associada a comunidades consideradas “primitivas ou arcaicas”, que compartilhavam experiências, ideias e valores ao longo das gerações, através da interação direta entre seus membros, de pessoa para pessoa, cara a cara. De acordo com o que o autor observou, uma vez que os “meios de memória” desapareceram, o que permanece são os lugares vinculados a essas memórias. Como indicado no mesmo texto, ele afirmou: “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de atribuir lugares a ela” (Nora, 1993, p. 7-8).

A crise da memória apresenta cinco dimensões principais: epistemológica, técnica, existencial, política e socioeconômica. A dimensão técnica, entre essas, talvez seja a mais evidente e consensual. É amplamente reconhecido que as formas de “externalização da memória” se multiplicaram, especialmente com o advento da revolução microeletrônica e da cibercultura. No entanto, diante da imensidão de dados, surge a questão de como podemos qualificar um “juízo crítico e sensibilidade política” (Meneses, 1999, p. 15). Como indivíduos e cidadãos, de que maneiras podemos evitar a desmemória?

Por meio de sua espetacularização, guiada pela lógica comercial, os meios de comunicação de massa e as técnicas de propaganda adquirem um poder significativo que leva à amnésia e alienação (Meneses, 1999, p. 19). Em sociedades moldadas por essas características, as informações, as demandas de memória e o patrimônio cultural não têm existência fora desses circuitos, sendo todos tratados como mercadorias. Nessa condição, a produção, circulação e apropriação desses elementos tendem a acontecer de maneira desigual

⁴ De acordo com Nora, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas ações não são naturais” (Nora, 1993, p. 13).

(Meneses, 1999, p. 21). Diante dessas considerações, torna-se claro o valor de políticas de memória orientadas pelos princípios democráticos de gestão.

Meneses aborda a crise considerando dimensões epistemológicas e existenciais, relacionadas à forma como nos conectamos com o passado. Ele destaca que, nos dias atuais, o envolvimento em celebrações pode paradoxalmente indicar uma falta de comprometimento das pessoas na tarefa de lembrar, podendo resultar em um “sentimento de consumação, de página virada” (Meneses, 1999, p. 17).

Essa perspectiva de Meneses amplia a discussão ao sugerir que a aparente dedicação às comemorações pode, na realidade, refletir uma superficialidade no engajamento individual com o ato de lembrar. Isso contribui para a compreensão da crise da memória como algo não apenas relacionado a mudanças nas formas de registro e transmissão, mas também à atitude das pessoas em relação ao passado. O paradoxo mencionado destaca a aparente contradição entre celebrar eventos do passado e, ao mesmo tempo, sentir um distanciamento emocional ou falta de envolvimento real na atividade de recordar.

É necessário destacar a importância de ir além da superficialidade na relação com o passado. Visualizar os lugares de memória, principalmente como uma mistura de história e memória, momentos híbridos, não se sustentando mais somente como memória, mas também evidenciando a necessidade de identificar uma origem, algo que não relegue a memória ao passado, no que concerne à importância de reconhecer as raízes e fundamentos que sustentam a memória coletiva. Embora a memória esteja intrinsecamente relacionada ao passado, essa ideia ressalta que a memória não deve ser vista apenas como algo que pertence ao passado, mas também como algo que tem conexões e influências no presente e no futuro.

Diferenças raciais e de classe, muitas vezes apresentadas unidas, geraram ao longo da história humana inúmeras oposições e conflitos. A separação de moradias é uma manifestação social e espacial desse conflito e, muitas vezes, a base do conflito. Os monumentos e sua localização dão visibilidade a essas oposições e conflitos, seja porque marcam posição de supremacia racial e/ou social, seja porque traduzem contestação por parte de um grupo face a outro.

Atualmente, temos outro patrimônio projetado por Niemeyer em risco, o Monumento Antônio Tavares (Figura 12). No dia 2 de maio de 2000, um comboio de mais de 1,5 mil trabalhadores do MST estava a caminho de Curitiba, Paraná, para participar de uma Marcha pela Reforma Agrária na capital. No entanto, a cinco quilômetros do destino, em Campo

Largo, o comboio foi interceptado pela Polícia Militar do estado, que obrigou os trabalhadores a descerem e se deitarem na beira da estrada. A reação dos trabalhadores foi duramente reprimida com tiros e bombas de gás, inclusive contra mulheres e crianças, resultando em cerca de 180 feridos. Alguns dos feridos foram ameaçados de morte por policiais mesmo no hospital. Além disso, um grupo de 30 sem-terra que tentou fugir foi perseguido a tiros por dois quilômetros, resultando na morte a tiros do militante do MST Antônio Tavares Pereira, de 38 anos, que deixou cinco filhos órfãos.



Figura 12: Monumento Antônio Tavares, 2019, MST.

Este episódio foi apenas um entre muitos atos de brutal repressão aos movimentos de luta durante o mandato do então governador Jaime Lerner, do Partido da Frente Liberal (PFL-PR). Lerner ganhou reconhecimento internacional por suas soluções de planejamento urbano e transporte público desde a década de 1960, quando esteve à frente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Ele também foi prefeito da capital paranaense em três mandatos e governador do estado por dois mandatos (1995-2003).

Em sua carreira política, o ex-governador Jaime Lerner oscilou entre o Arena, partido da ditadura militar, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido da Frente Liberal (PFL, atual DEM). Contudo, sua gestão ficou marcada por ações violentas contra movimentos sociais, o que lhe rendeu o título de “Arquiteto da violência”. Esse apelido foi dado após a produção de um minidocumentário intitulado “Arquiteto da Violência”, lançado em 2000 pelo MST e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Conforme relatado no documentário,

Lerner teria ordenado à Polícia Militar 115 despejos, além de repressão brutal a ocupações e atos políticos, resultando em 454 trabalhadores presos, 322 feridos, cinco casos de tortura, 31 tentativas de assassinato e 16 mortos.

Em homenagem a Antônio Tavares, o MST construiu um monumento no local do ataque policial. Assim, foi erguido um monumento em forma de lâmina de concreto vazada com a silhueta de um trabalhador segurando uma foice. A obra inclui a poesia de Pedro Tierra: “O que pode o grito se não perpetua? Aqui o grito se põe em pedra para que a memória não se cale, e as areias do tempo e do silêncio não dissolvem a voz dos que cantam para acordar o dia da justiça” (Matoso, 2021).

Após vinte anos, o monumento encontra-se ameaçado pela Postepar Indústria de Artefatos de Concreto Paraná Ltda., proprietária do terreno onde a obra está localizada e que havia cedido o espaço em comodato para sua construção. Em 2016, a empresa manifestou interesse em removê-lo para ampliar o estacionamento de caminhões no pátio da indústria, alegando que o monumento “é apenas um pedaço de concreto no meio do mato”. (Matoso, 2021).

O MST, juntamente com o Terra de Direitos e a Justiça Global, mobilizaram-se contra a remoção do monumento, acionando a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Após análise, verificou-se que as três medidas fundamentais para a proteção provisória do bem foram cumpridas: a defesa da obra é urgente, tendo em vista o risco de danos com a possível remoção do monumento; a ameaça ao monumento e à memória de luta é grave; e uma possível danificação da obra configura-se como dano irreparável. Em 24 de junho, a Corte determinou que o Estado brasileiro proteja o monumento, ensejando a abertura de processo de tombamento da obra, que foi iniciado apenas pela prefeitura de Campo Largo.

Os lugares onde a memória se ancora, sejam de natureza topográfica (arquivos, bibliotecas e museus), monumental (memoriais, cemitérios ou arquiteturas), simbólica (comemorações, peregrinações ou aniversários), ou funcional (manuais, testamentos ou autobiografias), são assim constituídos porque os instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo se investem de uma aura simbólica. Estes lugares e práticas produziram um novo tipo de memória, seguindo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa. Em geral, a história se apegava a acontecimentos assim como a memória se apegava a

lugares. Nessa relação, reforçando a ideia de Nora, é a memória que dita o que a história deve reter.

A recente discussão em torno dos monumentos não é fortuita e está relacionada à escalada dos ataques a organizações e lideranças de trabalhadores, especialmente aquelas que lutam por terra, moradia, melhores condições de trabalho e de vida no geral – principalmente após o impeachment de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro. Com o aumento das mortes de trabalhadores, particularmente as de lideranças, a defesa do monumento e da memória de sua luta torna-se ainda mais importante e urgente. De fato, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos publicou um relatório em fevereiro de 2021 sobre o ataque à caravana do MST em 2000, demonstrando que o Estado brasileiro ainda não resolveu adequadamente o caso, uma vez que os policiais envolvidos não foram punidos.

Nesse contexto, o Memorial 9 de novembro, assim como os demais monumentos aqui apresentados, representa não apenas uma homenagem à luta dos trabalhadores, mas também um alerta contínuo sobre a impunidade dos torturadores e assassinos fascistas. Aqueles que lideraram a ditadura empresarial-militar que governou o país por 21 anos e que permaneceram impunes até suas mortes naturais, e as empresas que apoiaram aquele regime, incluindo os principais conglomerados de mídia, ainda hoje são símbolos da elite nacional. Os sobreviventes do regime ditatorial inspiraram e apoiaram o governo genocida do ex-presidente Jair Bolsonaro, formando o núcleo central do bolsonarismo. Lembrar seus crimes é lembrar também de sua impunidade, uma questão ainda mais urgente em tempos como estes.

A diferença de tratamento dispensado aos autores dos ataques a monumentos reflete as diferenças de classe social representadas por cada obra. Enquanto os monumentos dedicados aos trabalhadores oprimidos são alvo de ataques e negligência, aqueles que homenageiam figuras históricas que representam o opressor são protegidos e mantidos em locais de destaque. Essa realidade evidencia a necessidade de se repensar o papel dos monumentos na sociedade e de se promover um debate amplo e inclusivo sobre a representação histórica e cultural em espaços públicos.

Capítulo 2. A Cidade e a Memória: Uma relação de mutualidade

2.1. Memória Coletiva e o Coração da Cidade de Volta Redonda

A memória social desempenha seu papel quando atualiza lembranças dos cantos mais profundos de seu ser, vindo em auxílio do presente e transformando o que parecia estar estável. Esse auxílio ocorre porque o presente dá significado ao que já passou e, por um momento, traz de volta sua relevância nas ações de indivíduos e grupos que seguem adiante na trama do tempo real, buscando a ajuda de um passado para trazê-lo novamente à luz.

As recordações que evocam lágrimas ou causam desconforto no silêncio são experiências traumáticas ou ainda não resolvidas, que impulsionam ou impedem ações. O movimento ou a inatividade que se seguem são diferentes faces de uma memória social penosa para aqueles que a vivenciam. A dor que imobiliza é um resultado das vivências repletas de interações humanas, permeadas por instituições onde se busca a realização da vida de forma humana.

Por vezes, esquecer pode ser uma escolha temporária que persiste por toda uma vida. A faceta mais triste do silêncio é quando ele é imposto deliberadamente, ordenando “não lembre” ou “lembre-se”, pois o risco ou o custo podem ser excessivamente elevados. O silêncio resultante da “obsolescência espontânea” faz com que a memória social pareça tão ultrapassada que lembrar se torna um preço a ser pago, um sentimento de vergonha, ridículo, desnecessário, já que o tempo avançou e as memórias disponíveis não fazem mais sentido, principalmente no contexto das diferentes gerações.

Assim, podemos concluir que a memória social, composta por experiências que moldaram e continuam moldando o tecido da vida, carrega consigo dores, traumas, alegrias, angústias, sofrimentos, e assim por diante.

Ao mesmo tempo, o corpo da cidade é compreendido como linguagem em si, um discurso que adquire uma forma material e se entrelaça com sua própria história. Nesse sentido, a cidade e a noção de patrimônio englobam tanto a diversidade do presente quanto a simultaneidade de tempos passados. Essa interação entre a produção da memória e o esquecimento, por meio de edificações, instituições e outros elementos de patrimônio, expressa as relações que pessoas e grupos sociais estabelecem com eles, bem como os significados que essas relações geram.

É nessa dinâmica que a memória social se torna evidente, encontrando-se entrelaçada com o corpo da linguagem, as experiências da cidade e a preservação do patrimônio, criando uma teia complexa de significados que moldam a experiência humana. Segundo o autor Robert Ezra Park “a cidade não se resume a ser apenas uma composição perceptível e uma criação artificial. Ela está intrinsecamente conectada aos processos vitais das pessoas que a habitam; é um resultado da natureza, especialmente da natureza humana” (Park, 1976, p. 25).

A memória coletiva de Volta Redonda encontra suas raízes profundamente entrelaçadas com sua rica história industrial. A cidade teve sua origem como parte do ambicioso projeto da CSN, uma das maiores siderúrgicas do Brasil. A construção da CSN atraiu um grande contingente de trabalhadores de diversas regiões do país para a localidade, forjando uma comunidade diversificada em seu seio. A resistência dos trabalhadores em busca de melhores condições laborais e direitos trabalhistas, bem como os notáveis movimentos grevistas, deixaram uma marca inapagável na memória coletiva da cidade.

As memórias coletivas e históricas estão intrinsecamente entrelaçadas e dependentes uma da outra. A formação da memória de cada indivíduo ocorre em constante diálogo com o contexto social em que está inserido. Essa construção da memória individual é influenciada pela coexistência muitas vezes conflituosa de várias memórias, que estão constantemente em evolução devido à transformação contínua do presente em passado.

A experiência individual se desdobra dentro de um espaço em que a identidade de cada um se molda na interação constante com o ambiente externo. Desta forma, é importante destacar que a relação com o passado e o ato de recordar envolvem não apenas o sujeito que evoca a memória, mas também a participação do outro, uma vez que a busca pela verossimilhança muitas vezes requer o uso das lembranças de diferentes indivíduos. Essa dinâmica complexa destaca a natureza interconectada e social da memória, onde a construção do passado compartilhado é uma atividade coletiva e colaborativa.

Pode-se argumentar que a memória é um processo intrinsecamente relacionado à sociedade, e, como resultado, a formação da identidade de cada indivíduo está intrinsecamente ligada à forma como ele se relaciona com os valores sociais e dos grupos em que está inserido, e à maneira como, à luz de sua história pessoal, traça seu próprio caminho. Esse conceito pode ser aplicado à escolha de elementos urbanos como meio de “relembrar” ou “comemorar” eventos históricos específicos. O edifício, por exemplo, representa um vestígio, uma ponte por meio da qual podemos entender como a memória se relaciona com os valores de sua época.

A construção da história de Volta Redonda foi gerada pela memória de pessoas vindas de diversas partes do país e até mesmo do exterior, fomentando a sua própria identidade. Junto à cidade usina, também foi forjada a identidade coletiva local, concretizada pelo trabalho que trazia pertencimento através da construção da siderúrgica na esfera cotidiana, e ao mesmo tempo, à importância da cidade para o crescimento de todo o país.

Se considerarmos que a personalidade se desenvolve dentro dos “quadros sociais de memória”, conforme Halbwachs (2004), que fornecem o contexto para a apropriação da herança cultural e suas representações, podemos concluir que a comunicação, transmissão e revitalização do passado podem ser sujeitas à rejeição ou esquecimento. Isso é particularmente evidente nas sociedades contemporâneas, que são mais complexas e individualizadas.

Todos os indícios sugerem que a memória é um processo seletivo, conforme descrito por Fernando Catroga, que a define como a “retenção afetiva do passado realizada no contexto da tensão tridimensional do tempo” (Catroga, 2001, p. 20). No contexto do patrimônio construído, essa retenção assume a responsabilidade de incorporar valores contemporâneos como justificação para sua preservação. Isso implica que a construção de edifícios é uma escolha que une o valor atual à necessidade de preservar a alteridade, que se caracteriza por preencher as lacunas da amnésia, das descontinuidades do passado e da domesticação do acaso.

Se, ao lembrar, história e ficção se entrelaçam, e o próprio evocador escolhe os pontos de partida e chegada desse processo, o patrimônio se transforma não apenas em vestígios que carregam a aura de sua época de construção, mas também revela os valores de outra era que foram convocados como base para sua preservação.

Os monumentos, como vestígios do passado, possuem a capacidade de ressuscitar memórias, desde que sua interpretação transcendia a abordagem puramente intelectual e impessoal. O segredo para reviver essas memórias está em incorporar a afetividade e compartilhar experiências com a comunidade. Os monumentos não são meros símbolos de recordação, mas sim elementos integrados na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas, cujas palavras conferem significado tanto aos indivíduos quanto aos grupos aos quais pertencem.

As cidades, sua arquitetura e lugares constituem paisagens simbólicas que evocam narrativas mnemônicas, portanto, o modo com que cada pessoa interpreta suas experiências

no lugar é o que produz significado ao espaço físico. Com o passar do tempo, um conjunto de significados e experiência dão origem à memória coletiva e passam a fazer parte da herança cultural do lugar.

A historiadora brasileira Sandra Pesavento (2007, p.14) observava que a leitura da cidade proporciona uma compreensão das emoções, sentimentos e experiências do cotidiano urbano, além de servir como expressão de utopias, esperanças, desejos e temores, tanto a nível individual quanto coletivo. Pesavento (2007) também acrescenta que:

Por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória; que passamos a considerar uma cidade como metrópole, realidade urbana que, desde o seu surgimento, causou uma revolução na vida, no tempo e no espaço; que criamos as categorias de cidadão e de excluído para expressar as diferenças visíveis e perceptíveis no contexto urbano fazendo com que se criem novas identidades a partir do gesto, do olhar e da palavra que qualifica; que falamos de progresso ou de atraso, que distinguimos o velho do antigo; que construímos a noção de patrimônio e instauramos ações de preservação, ou, em nome do moderno, que redesenhamos uma cidade, destruindo para renovar.(Pesavento, 2007, p. 15)

Nesse contexto, a memória da cidade, que abriga uma riqueza de recordações e narrativas, encontra sua ressonância em locais específicos que, quando explorados, contribuem para a compreensão do conjunto como um todo. Esses lugares assumem um caráter simbólico significativo, sendo capazes de evocar sentimentos afetivos em seus habitantes e de representar suas histórias.

No entanto, é vital lembrar que esses monumentos/locais também podem deliberadamente omitir ou esconder aspectos do passado. Nesse contexto, os rituais criados para a anamnese, ou seja, o ato de recordar ou “trazer de volta” a memória, frequentemente desempenham um papel crucial na socialização, como observado por Bourdieu (2001), mas também podem tornar a memória que se vincula ao bem cultural um instrumento de manipulação.

2.2. Memória e Identidade através da perspectiva coletiva

De acordo com Halbwachs (2004), a memória é intrinsecamente coletiva. Ele argumenta que é impossível considerar a evocação e a lembrança sem levar em conta os contextos sociais reais que servem como pontos de referência na construção do que chamamos de memória. Quando recordamos eventos, frequentemente buscamos testemunhos para fortalecer, enfraquecer ou até mesmo complementar o que já sabemos parcialmente sobre eles. Assim, a memória individual para Halbwachs, não pode ser concebida de maneira

estritamente isolada, pois está inevitavelmente influenciada pela coletividade. Em sua teoria, ele enfatiza a impossibilidade de uma memória individual pura, ou seja, uma memória que não seja permeada pela coletividade. Ao especular sobre a memória individual, Halbwachs escreve:

Ela (memória individual) não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (Halbwachs, 2004, p. 36)

Muitos autores, particularmente os geógrafos da escola francesa, destacaram a “alma da cidade” como o elo estrutural central da vida urbana. Essa essência misteriosa da cidade, que se manifesta na concretização dos fenômenos urbanos, é reconhecida, mas sua natureza exata continua sendo um desafio para esses autores. Na perspectiva de Rossi (2001), a memória desempenha um papel fundamental na compreensão da natureza da alma da cidade. Para ele, “a alma da cidade se converte em história, um símbolo ligado às paredes dos municípios, um traço distintivo e, ao mesmo tempo, uma memória duradoura” (Rossi, 2001, p. 198).

Rossi argumenta que “a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o ‘locus’ da memória coletiva” (Rossi, 2001, p. 198?). Nessa perspectiva, a memória se torna o elemento unificador de toda a complexa estrutura urbana. Assim como a memória molda a vida de um indivíduo, a conexão entre passado e presente está intrinsecamente enraizada na própria concepção de cidade, que evolui ao longo do tempo. Para se concretizar, a cidade não apenas molda a realidade ao seu redor, mas também é moldada por essa realidade (Rossi, 2001, p. 200).

Nesse sentido, a concepção de cidade, essa “alma da cidade” que evolui ao longo do tempo e une passado e presente, é essencialmente uma expressão da memória coletiva. É importante destacar que a memória coletiva sempre está vinculada a um grupo ou a vários grupos simultaneamente. No contexto urbano, a memória coletiva está intrinsecamente ligada ao que Halbwachs descreve como o “grupo urbano”. Isso levanta a questão de como ocorre essa relação entre o grupo urbano e a cidade a partir da perspectiva da memória coletiva.

Halbwachs (2004, p. 94) argumenta que é nas cidades menores e em locais onde as tradições locais são mais estáveis que o grupo urbano se revela de forma mais evidente como um corpo social que, dentro de suas divisões e estrutura, reflete a configuração material da cidade na qual está inserido. Embora seja um fato que as cidades passam por transformações

ao longo do tempo, essas mudanças frequentemente resultam do surgimento ou da alteração de funções e costumes sociais, e, em termos de sua estrutura física, tendem a ocorrer com relativa lentidão na maioria das vezes. Portanto, em comunidades onde as tradições são fortemente enraizadas, as mudanças nos grupos sociais e no espaço físico tendem a ocorrer de maneira sincronizada e gradual.

Nas grandes cidades, contudo, as forças e interesses envolvidos na transformação urbana são notoriamente complexos. As mudanças no espaço frequentemente ocorrem em um ritmo acelerado e, em muitos casos, são motivadas por grupos dominantes de alcance limitado, que não representam a diversidade do grupo urbano como um todo. Nessas circunstâncias, os costumes e tradições locais muitas vezes resistem às influências que buscam alterá-los. Essa resistência destaca o papel contínuo da memória coletiva dentro do grupo urbano, ancorada nas representações do espaço (Halbwachs, 2004).

Nas pequenas cidades, a memória coletiva é mais forte do que nas grandes cidades. Isso ocorre porque, nas pequenas cidades, o ritmo de vida é mais lento, as relações sociais são mais próximas e familiares, e há um maior senso de comunidade. O ritmo de vida mais lento nas pequenas cidades permite que as pessoas se conheçam melhor e criem laços de afeto duradouros. As relações sociais mais próximas e familiares facilitam a troca de experiências e a construção de uma memória coletiva comum. Além disso, o senso de comunidade nas pequenas cidades incentiva as pessoas a se envolverem com a vida da cidade e a preservar sua história.

É justamente a partir dessa atenuação do peso da memória que Pierre Nora (1993) acaba destacando a necessidade de lugares de memória. Nesse contexto, Bosi (2003) enfatiza a relevância da coletividade como suporte para a memória ao compreender a cidade em que vivemos. Segundo ela, quando as vozes das testemunhas se ausentam, perdemos o guia para navegar pelos caminhos de nossa história mais recente.

Os grupos urbanos que conseguem se manter unidos e coesos são mais propensos a preservar a memória coletiva. Isso ocorre porque as relações sociais próximas e familiares favorecem a construção de uma memória coletiva comum.

Quando os membros de um grupo estão dispersos e não encontram nada, em seu novo ambiente material, que lhes lembra a casa e os quartos que deixaram, se permanecerem unidos através do espaço, é porque pensam nesta casa e nestes quartos. (Halbwachs, 2004, p. 92)

A memória coletiva é um fenômeno social que se refere ao conjunto de lembranças e tradições compartilhadas por um grupo de pessoas. Ela é transmitida de geração em geração, através de histórias, rituais, símbolos e outros elementos culturais. O espaço físico pode desempenhar um papel importante na preservação da memória coletiva, especialmente em grupos migrantes. Esses grupos costumam se concentrar em determinados bairros ou regiões das cidades, onde podem manter suas tradições e cultura.

Um exemplo disso são as *chinatowns*, presentes em várias cidades do mundo. Essas comunidades são formadas por pessoas de origem chinesa que migraram para outros países. Elas costumam ser caracterizadas pela presença de restaurantes, lojas e outros estabelecimentos que refletem a cultura chinesa. A concentração espacial em bairros como as *chinatowns* permite que os grupos migrantes mantenham suas tradições e cultura. Isso ocorre porque o espaço físico pode servir como um traço de identidade e como um lugar para a memória ser compartilhada.

Como escreveu o sociólogo francês Maurice Halbwachs, os grupos migrantes “transformam o espaço à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeitam e se adaptam às coisas materiais que a ele resistem” (Halbwachs, 2004, p. 92). Essa união no espaço mantém o grupo coeso e a memória coletiva viva.

O processo de identificação, por meio do que projetamos em nossas identidades culturais, passou a ser mais provisório e variável. Esse processo resulta na concepção do sujeito pós-moderno, cuja identidade tende a se tornar uma “celebração móvel”, constantemente formada e transformada em relação às maneiras pelas quais é representada nos sistemas culturais ao seu redor. A identidade não é determinada biologicamente, mas sim historicamente, com o sujeito assumindo identidades distintas em momentos diferentes, que não são necessariamente unificadas em torno de um eu coerente (Hall, 2006).

Em uma perspectiva coletiva, Stuart Hall aborda as identidades culturais, ou seja, “aqueles aspectos de nossas identidades que emergem do nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais” (Hall, 2006, p. 8). Ele dedica especial atenção às identidades nacionais e à ideia de nação. Essas reflexões também podem ser aplicadas à identidade coletiva de grupos menores. Como Hall lembra por meio de Timothy Brennan, a palavra “nação” refere-se “tanto ao moderno Estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso - a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (Brennan, 1990, p. 45, *apud* Hall, 2006, p. 58).

O conceito de identidade cultural, conforme Hall, abrange uma região, localidade ou, especificamente para nossos interesses, uma cidade. Para ele, as culturas nacionais em que nascemos representam uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, frequentemente declaramos nossa nacionalidade, como brasileiros, ingleses, portugueses ou italianos. No entanto, dentro de um contexto nacional mais específico, também podemos nos identificar como cearenses, pernambucanos, baianos, mineiros, ou até mesmo associar nossa identidade às cidades de nascimento, como fortalezenses, recifenses, cariocas e paulistanos.

No entanto, é importante observar que essa autodefinição é sempre metafórica. Essas identidades não estão expressas literalmente em nossos genes, mas nós as concebemos de maneira efetiva como se fossem componentes de nossa natureza essencial, como se definissem objetivamente nossa identidade. Essas identidades culturais não têm uma origem metafísica ou biológica, mas, conforme destaca Hall, são “formadas e transformadas no interior da representação” (Hall, 2006, p. 48).

A condição humana exige que o indivíduo, mesmo existindo e agindo como um ser autônomo, o faça consciente de sua identificação com algo mais amplo. Ele reconhece a si mesmo como membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, ou de algum arranjo ao qual pode até não atribuir um nome, mas que intuitivamente reconhece como seu lar. (Scruton, 1986, *apud* Hall p. 48)²

Esses símbolos e representações desempenham um papel crucial na construção de significados que moldam e organizam tanto nossas ações quanto a nosso auto concepção. No contexto das culturas nacionais, ocorre a produção de significados em torno da ideia de “nação”. Esses significados são os quais podemos nos identificar, resultando na construção de identidades. Esses sentidos estão presentes nas narrativas compartilhadas, nas memórias que conectam o presente ao passado e nas imagens que emergem dessas histórias (Hall, 2006).

A relação entre memória e identidade não apenas remonta a tempos antigos, mas é também uma conexão frequente. Na verdade, atualmente, há um consenso significativo entre os pesquisadores das ciências humanas de que memória e identidade estão intrinsecamente entrelaçadas. Conforme afirmado por Le Goff, “a memória é um elemento essencial do que comumente chamamos de identidade, seja individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais tanto para os indivíduos quanto para as sociedades contemporâneas, na euforia e na angústia” (Le Goff, 1990, p. 476). Bosi complementa essa visão ao afirmar que “da conexão com o passado extrai-se a força para a formação da identidade” (Bosi, 2003, p. 16).

Candau destaca que a memória, ao mesmo tempo em que nos molda, é também moldada por nós, evidenciando a dialética entre memória e identidade. Essas duas dimensões “se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (Candau, 2019, p. 16). Essa complexa dialética tem sido objeto de numerosos estudos nas Ciências Humanas e Sociais, que não apenas ressaltam os laços fundamentais entre memória e identidade, mas também enfatizam a memória como a faculdade primordial que alimenta a identidade (Candau, 2019, p. 16).

Para Pollak, a relação entre memória e o sentimento de identidade, especialmente no que diz respeito à memória herdada, é fundamental, sendo esta última referente à memória familiar transmitida por pais e antepassados (Pollak, 1992, p. 204).

Segundo Pollak, na construção do sentimento de identidade, três elementos essenciais desempenham um papel crucial. Em primeiro lugar, destaca-se a unidade física, que se refere ao sentimento de ter fronteiras físicas, seja na percepção dos limites do próprio corpo no caso individual, seja nas fronteiras de pertencimento a um grupo no caso coletivo. Em segundo lugar, ressalta a “continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico” (Pollak, 1992, p. 204). Por fim, menciona o sentimento de coerência, ou seja, a percepção de que os diferentes elementos que compõem o sujeito no caso individual, e o grupo no caso coletivo, estão efetivamente unificados.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992, p. 204)

A memória desempenha um papel ativo ao conectar o passado ao presente, estruturando uma narrativa pessoal do eu. Ao conferir ao eu um sentimento de continuidade e coerência, a memória, por ser atualizável e passível de reconstrução, nunca se torna obsoleta. Ela se renova e se recria à medida que o próprio sujeito avança e se transforma em seu processo constante de identificação.

De maneira análoga, na memória coletiva, ocorre um processo similar em relação à identidade atribuída ao grupo. Essa memória coletiva conecta o presente ao passado, construindo uma narrativa coesa e contínua dentro do grupo. Ela atua na produção de significados sobre o grupo, criando sentidos com os quais os membros do grupo podem se identificar. Assim, a memória coletiva desempenha um papel ativo na construção da identidade de um grupo.

É quase banal constatar que, no quadro de estratégias identitárias os indivíduos (e grupos) operam escolhas sempre no interior de um repertório flexível e aberto a diferentes meios: representações, “mito-histórias”, crenças, ritos, saberes, heranças etc., ou seja, no interior de um registro memorial. (Candau, 2019, p. 18)

É importante salientar que, ao assimilarmos a identidade à imagem de si, tanto para o sujeito quanto para os outros, há um elemento que inevitavelmente escapa ao controle do indivíduo e, em uma perspectiva coletiva, do grupo. Esse elemento é, sem dúvida, o Outro. “Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (Pollak, 1992, p. 204). A construção da identidade sempre ocorre em referência aos outros, considerando critérios de aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade e distinção. Essa construção “ocorre por meio da negociação direta com outros” (Pollak, 1992, p. 204). Assim, podemos afirmar que memória e identidade “podem ser perfeitamente negociadas” (Pollak, 1992, p. 204) e, como já destacado, não são fenômenos que devem ser entendidos como essências inatas de uma pessoa ou grupo.

2.3. Memória e Esquecimento: A anistia e a memória controlada no processo de reconhecimento de patrimônios de valor político social

No livro Memória, História e Esquecimento (2007) do filósofo francês Paul Ricoeur, temos dois conceitos utilizados que são cruciais: o conceito de esquecimento e perdão. No entanto, é apontado que o termo perdoar não será o objetivo especificado neste trabalho.

O autor nos apresenta a memória como práxis, devendo ser exercitada. As pessoas não devem apenas se lembrar de algo que passou, mas fazer algo sobre essa memória.

Destaca-se que existe uma memória artificial (ligada a *ars memorie*) e uma memória natural. Contudo, Ricoeur se aprofundará nessa segunda memória.

Lembrar não é esquecer, porém, é preciso ter em mente que o mau uso da memória se torna o mau uso do esquecimento. Neste contexto, Ricoeur destaca o esquecimento, o que nos leva a alguns prejuízos na confiabilidade da memória. Além disso, como é impossível lembrar de tudo, é interessante notar que também será impossível narrar tudo. Portanto, são os meios seletivos da narrativa que moldam a memória de um povo, uma vez que, essa seleção narrativa pode ser feita por meio da ideologia. Nesse cenário, Ricoeur alerta para o perigo da história oficial, pois quase sempre ela se torna detentora de narrativas ideológicas.

No Brasil, há algumas histórias com narrativas ideológicas, como o caso ditadura civil militar, que alguns até ratificam não ter existido no país. É importante notar que no Brasil, na década de 1970, foi promulgada a lei de Anistia Política (Lei nº 6.683/79). Esta lei assente anistia a um grupo distinto que não deveria ser elegido pela população.

Baseado na premissa de que a anistia encobre os males escarnecedos do povo, pode ser consagrado como o abuso do esquecimento, uma forma de camuflar o que deveria estar bem claro socialmente. Logo, ao adotarmos nesta dissertação os conceitos e ideias de Ricoeur como fundamentação teórica, podemos esclarecer que o objetivo deste trabalho é, portanto, observar através de um bem cultural relacionado a operários metalúrgicos, o trajeto da memória e do esquecimento comandado, controlado, relacionados a anistia.

2.3.1. Memória exercitada: A atuação do patrimônio na formação do discurso identitário social

No livro *A memória, a história, o esquecimento* (2007), o primeiro capítulo intitulado *Da Memória e da Reminiscência*, possuí três tópicos. O segundo tópico *A Memória Exercitada: Uso e Abuso* é dividido em duas partes: I. Os abusos da memória artificial: as proezas da memorização; II. Os abusos da memória natural: memória impedida, memória manipulada, memória comandada de modo abusivo; possuindo três níveis: Nível patológico-terapêutico; Nível prático e o Nível ético-político.

No subcapítulo *A memória exercitada* no qual Ricoeur discute os usos e abusos da memória, estabelecendo três níveis de análise para uma memória exercitada: o nível patológico-terapêutico, ou a memória impedida; o prático, ou a memória manipulada; e o ético-político, ou a memória obrigada.

O termo “memória exercitada” designa uma das formas de apresentação da memória: a forma pragmática. Denota ação, uso, efeito prático para um conceito abstrato/cognitivo ao qual a memória é relacionada diversas vezes. Assim, segundo Ricoeur, a noção de exercício da memória se refere não apenas ao ato de receber, mas também ao de buscar operadores da recordação/rememoração. Desta forma, é enquanto exercida que a memória se faz memória social/coletiva, sendo a raiz ou a base da historiografia. Por isso, o destaque dado ao exercício da memória em seu estudo.

Para Paul Ricoeur, o verbo “lembra” está sempre associado ao substantivo “lembraça”, pois o autor apresenta a memória como pragmática, significando que ela deve ser exercitada, isto é, “lembra-se não é somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la, ‘fazer’ alguma coisa” (Ricouer, 2007, p. 71).

Aqui, então, a memória está presente tanto no aspecto cognitivo quanto no pragmático. Porque na fase cognitiva encontramos o conhecimento que “coroa a busca bem-sucedida” (Ricouer, 2007, p. 71), e na fase pragmática encontramos o esforço e o trabalho. Conforme o autor, o ato de lembrar se inscreve no rol dos poderes, habilidades que dependem da categoria “eu posso” (Ricouer, 2007, p. 71).

No entanto, destaca-se que “o exercício da memória é o seu uso, que em algumas vezes abriga a possibilidade de abuso. Entre o uso e o abuso espreita o espectro da falsa ‘imitação’. É o viés do abuso que ameaça massivamente o verdadeiro objetivo da lembrança” (Ricouer, 2007, p. 72). Ou seja, o uso da memória pode mover um homem hábil a abusar dela, ameaçando assim a memória.

Considerando a espacialidade e contexto de origem do Memorial 9 de novembro, vemos que, a siderúrgica e seus trabalhadores constituem o espaço social de Volta Redonda e este espaço influencia o processo do fazer-se entender através das manifestações do crescimento da cidade. Durante a expansão, muitos monumentos/documentos públicos importantes para a construção da história da cidade retrataram e registraram a relação entre a cidade e os trabalhadores metalúrgicos.

Na cidade temos dois patrimônios que representam a classe trabalhadora, mas de formas distintas. A primeira representação, é a estátua do Operário da Praça Brasil, construída na década de 1950 e nos apresenta a imagem do escarifador metalúrgico⁵ apoiado sobre sua ferramenta de trabalho diante do Obelisco e de outras figuras importantes que nos possibilitam vislumbrar a relevância da mão-de-obra operária para o desenvolvimento da região. Enquanto isso, o Memorial, construído em 1989 em memória aos três trabalhadores assassinados pelas Forças Armadas durante a Greve Geral de 1988, apresenta uma imagem crua, sem muitos detalhes e menos romântica do trabalhador. As silhuetas estampadas no monumento em concreto bruto são simples e não apresentam rostos, consequentemente,

⁵ Um escarifador metalúrgico é um profissional especializado na área da metalurgia. Sua principal função é trabalhar com os materiais metálicos, como ferro, aço, alumínio, cobre e outros, para criar produtos e estruturas metálicas de acordo com as especificações e necessidades técnicas.

podem não representar somente os operários mortos durante a paralisação, mas todos os trabalhadores vítimas de violência.

Na construção de representações públicas, como os citados acima, se faz preciso considerar a historicidade dos sujeitos representados e as relações que eles possuem com a informação culturalmente estabelecida, por isso, é preciso contextualizar a informação incorporada às representações simbólicas e aos fenômenos sociais, levando em conta as tensões existentes entre grupos, classes e disputas sobre hegemonia dos processos sociais, estruturais e institucionais.

A noção de representação a que nos referimos aqui revela-se como uma construção social e simbólica da realidade, constituída por sujeitos que se situam histórica e socialmente, se encontrando em permanente processo de interação social. A partir dessa abordagem, a professora Alcenir Reis entende a representação não como algo neutro, mas como:

Produto das relações humanas, no contexto de uma sociedade de classes e na qual interesses divergentes estão presentes na arena social. Objetivamente, a informação é fruto de uma produção social em que os diferentes atores, na arena política, aparecem com interesses divergentes, buscando concretizar os resultados que materializem seus objetivos. (Reis; Cabral, 2007, p. 26)

O resultado dos processos de formação de identidade também discutidos pelo sociólogo Stuart Hall, é igualmente uma construção social e concede ao “sujeito pós-moderno” uma identidade que não é fixa ou permanente, pois pode ser elaborada e reelaborada em diferentes situações da vida social. O sujeito, imerso em diferentes contextos sociais, passa a se orientar e se organizar em torno das necessidades ligadas à produção de discursos identitários mobilizados por diferentes grupos.

Portanto, ao invés de falar em “identidade”, o autor sugere que pensemos em processos de identificação, já que somos interpelados por uma infinidade de representações possíveis de identidade com as quais podemos ou não nos identificar. Nas palavras do pensador multicultural:

Como a identidade muda de acordo com a maneira como o sujeito é abordado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser conquistada ou perdida. Tornou-se politizado. Esse processo às vezes é descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (classe) para uma política de diferença. (Hall, 2003, p. 21)

Podemos destacar também que, para Thompson (1987-1988), os indivíduos não absorvem passivamente as formas simbólicas: eles produzem significados durante os processos de recepção e interpretação, agem criativamente e constituem significados de

acordo com as condições que possuem e a posição que ocupam em um determinado contexto social. Desta forma, a dinâmica da informação está ligada ao poder de fundamentar a realidade, na medida em que a apropriação e a produção da informação articulam significados e modulam a maneira como as formas simbólicas são recebidas, os significados atribuídos e os novos significados adquiridos.

Por este motivo, destacamos que a informação é definida pelas representações como um recurso contestado, principalmente quando se trata de atribuir valor às formas simbólicas. Ambas as representações simbólicas relacionadas aos operários de Volta Redonda, apesar de dividirem a mesma figura central, foram produzidas por grupos sociais divergentes, ancorando discursos de diferentes perspectivas sobre a figura do trabalhador.

Não é à toa que a avaliação simbólica é um processo que envolve vários tipos de conflito. “Vários graus de valor simbólico podem ser atribuídos a formas simbólicas pelas pessoas que as produzem e recebem, de modo que um objeto valorizado por alguns pode ser condenado ou desprezado por outros” (Thompson, 1987-1988, p. 204) – Estado semelhante aos processos de produção, objetivação e ancoragem de representações sociais e a elaboração, negociação ou negação de certos discursos identitários.

Voltando às questões relacionadas à memória trazidas por Ricoeur, o conceito de memória coletiva, apesar de suas dificuldades epistemológicas, é um elemento fundamental para a compreensão do fenômeno da memória. De fato, como demonstra Halbwachs (2004), nossas memórias são reforçadas por narrativas coletivas, que por sua vez são reforçadas pela representação simbólica pública e também pela comemoração pública de eventos que moldaram a história coletiva.

Aliás, Paul Ricoeur distingue entre “lembraça” (parte de um processo de elaboração individual) e comemoração (trabalho para construir uma memória coletiva). Segundo o autor, a mediação entre memória individual e coletiva passaria pela tendência de uma identidade narrativa inscrita no tempo e na ação.

Ricoeur também é cuidadoso ao distinguir memorização de rememoração. Para o autor, a memorização é um “ato de fazer memória que se dá como prática por excelência” (Ricouer, 2007, p. 73), ou seja, seu traço pragmático, técnico, que objetiva o aprendizado de saberes e habilidades, não havendo um novo aprendizado para acessar tal informação. Ricoeur considera a memorização uma memória-hábito. Por sua vez, a rememoração é constituída por uma dupla forma de recuperação, na medida em que há uma evocação simples

da lembrança, mas também há um reconhecimento do acontecimento, para, assim, concluir o processo de rememoração.

2.3.2. O Uso e abuso da memória

Ao distinguir a memória como sendo artificial e natural, Ricoeur detém-se mais na segunda. São apresentados três planos da memória natural, a saber: o patológico-terapêutico, o propriamente prático e o ético-político.

No plano patológico-terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória. (Ricoeur, 2007, p.72)

Para estabelecer os três níveis de análise da memória exercitada, Ricoeur segue na direção trilhada por Nietzsche em “Segunda consideração intempestiva”, abordando de forma complexa um tipo de combinação entre sintomas e patologias médicas e a filologia na busca pela compreensão da memória social/coletiva enquanto base para a historiografia. No primeiro nível, o patológico-terapêutico, Ricoeur aborda patologias discutidas principalmente no âmbito da psicanálise, problematizando-as na esfera da memória da coletiva.

O autor a considera uma memória impedida, pois há questões de uma psiquê coletiva que impedem determinados grupos de explorar suas memórias, seja por qualquer sintoma apresentado pelo grupo. Cabe ao grupo (neste caso entendido como paciente) encarar sua doença “como um adversário digno de estima, como parte de si mesmo” (Ricoeur, 2007, p. 84).

Essa transposição o leva a pensar em uma “fenomenologia da memória ferida” (Ricoeur, 2007, p. 92-93), já que poderíamos realizar a análise de uma espécie de traumatismo da identidade coletiva, a partir do que Freud entende por identidade pessoal e identidade comunitária. Assim, as perdas que marcam as condutas de luto também podem ser sofridas no âmbito do Estado ou de um grupo específico.

Partindo dos abusos da memória artificial, como mencionado mais acima, destaca-se que memorizar – um dos atos de fazer memória – é diferente de rememorar. A primeira consiste em modos de aprender que contêm saberes, habilidades, dotados de um poder-fazer, de tal forma que são fixos, e que permanecem disponíveis para efetivação (Ricoeur, 2007).

Com esse viés, a memorização é uma espécie de hábito da memória, onde não há esforço para reter informações novas, mas existe apenas a lição aprendida de cor. Certamente, a memorização para um processo de dominação e manipulação é uma excelente forma de “aprendizado” em que acontecem os excessos gerados pelas ideologias.

Em termos de rememoração, trata-se de um acontecimento que já ocorreu antes do momento que é revelado, portanto, o signo temporal previamente constitui o signo distintivo da memória sob a dupla forma de simplesmente evocar e reconhecer que completa o processo de recordar. Ao evocar o abuso da memória natural, evidencia-se a vulnerabilidade fundamental da memória resultante da relação entre a ausência do que é lembrado e a sua presença na forma de representação (Ricoeur, 2007).

O trabalho de rememoração torna-se, assim, uma tarefa árdua, pois, o jogo entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (abuso de memória ou abuso do esquecimento) está inserido na luta pelo dever de memória que, segundo o autor [Freud], é marcada por reinterpretações das categorias de resistência, assim como pela compulsão por repetição. Desta forma, O excesso de memória lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem no lugar da lembrança. Pode-se até falar, caso queira, em memória-repetição a respeito dessas celebrações fúnebres, mas apenas para acrescentar que essa memória-repetição resiste à crítica e que a memória lembrança é fundamentalmente uma memória crítica. (Ricoeur, 2007, p. 92-93)

Ao nível da memória natural, que afeta a memória impedida (patológico terapêutico), é aí que se encontram as cicatrizes, as feridas, os traumas, para que se possa falar sobre a memória ferida. Quando se trata do coletivo, Ricoeur confirma o pensamento de Hobbes, afirmando que “a filosofia política nasce de uma situação originária na qual o temor da morte violenta impele o homem do ‘estado de natureza’ aos vínculos de um pacto contratual que garantirá inicialmente sua segurança” (Ricoeur, 2007, p. 92).

Todavia, tal pacto não elimina o fato de que toda comunidade histórica foi fundada com requintes de atos de violência que foram posteriormente legitimados por um Estado constitucional precário, e que a humilhação de alguns foi para outros a glória. Memórias feridas, no entanto, são sempre forçadas ao confronto de perdas.

Por outro lado, no nível prático da memória natural, a chamada memória manipulada, nos apresenta questões sobre o mau uso da memória, seja pelo abuso das lembranças ou abuso do esquecimento por grupos que estão na posição de construtores de memórias oficiais. O foco dado pelo autor, é o que ele chama de memória instrumentalizada, abordando a relação entre memória, identidade e ideologia, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

Segundo Ricoeur, a memória enquanto busca ou reivindicação por identidade gera dois sintomas casualmente interpretados como individual, mas que podem ser percebidos no âmbito da memória coletiva: o excesso de memória ocasiona um abuso de memória, assim como a insuficiência de memória causa um abuso de esquecimento.

Estas manipulações “devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reinvindicação de identidade e as expressões públicas da memória” (Ricoeur, 2007, p. 95). Sobretudo são nos costumes das sociedades tradicionais que existe uma coerção silenciosa na memória do povo.

2.3.3. A anistia como esquecimento ordenado: O Memorial 9 de novembro e a política da memória traumática

Quando Ricoeur menciona o terceiro nível de abuso da memória, ele está se referindo à memória obrigada, que por sua vez, se refere ao esquecimento comandado. Anistia é um termo que significa “esquecido” (*amnestía*) em grego, neste sentido tem a mesma origem da palavra amnésia. Também tem o significado de “perdão” (*amnestia*) em latim. Assim a etimologia da palavra nos remete aos verbos esquecer e perdoar. Tais noções, porém, levam o homem ao esquecimento, manipulado por classes com interesses camuflados.

O paradigma contemporâneo da anistia se insere no nível prático da racionalidade instrumental, que manipula a memória como fim e não como valor. De acordo com esse modelo, embora o perdão institucional apareça na esfera pública como medida adotada por Estados democráticos com o objetivo de reconciliação e pacificação nacional diante de conflitos e crimes do passado, ao mesmo tempo em que institucionaliza o esquecimento, a anistia efetua um controle da memória e da justiça que atende a interesses precisos do presente. (Queiroz, 2014, p. 112)

Segundo o filósofo francês, a anistia é uma prática de esquecimento por imposição executada pelo estado que visa estancar conflitos, esquecer crimes de grandes proporções com intuito da paz social, ela atua como uma forma de perdão que é pertinente para o campo jurídico e político. Entretanto, prejudica a verdade e a justiça, o que não está no nível do político, mas no nível do cidadão.

Como dito anteriormente, durante a paralisação na CSN, três trabalhadores foram assassinados pelas Forças Armadas durante uma tentativa de invasão das áreas tomadas pelos grevistas. Com a posse de Juarez Antunes – líder sindicalista e uma das figuras centrais do episódio – como prefeito da cidade em janeiro de 1989, foi viabilizada a construção de um monumento em homenagem a estes trabalhadores, alçados ao *status* de mártires da greve.

O monumento, assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi inaugurado no dia 1º de março de 1989, no bairro Vila Santa Cecília e destruído menos de 48 horas após a sua inauguração por um atentado a bomba. Mais tarde, em entrevista ao Jornal do Brasil, o ex-capitão Dalton de Melo Franco denunciaria como mandante da explosão o general Álvaro de Souza Pinheiro, que, assim como os responsáveis pela ação militar contra os grevistas, jamais foi punido.

Niemeyer foi consultado a respeito da reconstrução do memorial destruído, porém, propôs que o monumento fosse reerguido mantendo os vestígios do atentado, acrescentando a inscrição: “Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e liberdade” (Niemeyer, 1998, p. 210). Assim, o Memorial foi reinaugurado no dia 15 de agosto de 1989.

O general da reserva Carlos Eduardo Jansen liderou, ainda como coronel, o grupo de 700 militares que executou a ordem de invasão do general Lopes da Silva. Para ele, os sindicalistas provocaram o confronto para influenciar nas eleições e ambicionavam impor uma derrota ao Exército, que ainda tutelava o governo de José Sarney. Em relatos reunidos pela Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV/VR), o então advogado trabalhista que estava à frente da direção de base do sindicato na época, Vanderlei Barcelos, contou que além dos mortos, cerca de cem feridos completou o saldo da operação militar contra os grevistas.

Anos mais tarde, o ex-capitão do Exército Dalton Roberto de Melo (figura 13) denunciou o general Álvaro de Souza Pinheiro como mandante do atentado ao monumento. Segundo o ex-capitão Dalton, o Exército considerou o Monumento uma afronta contra os militares e que a população estaria criando mártires do movimento sindical. “A destruição do Monumento foi obra de uma missão de um comando do Batalhão das Forças Especiais”, afirma o documento, que tem 589 páginas. Pinheiro, assim como os responsáveis pela ação militar contra os grevistas, jamais foi punido.



Imagen 13: O ex-capitão Dalton (direita) revelou que o general Álvaro de Souza Pinheiro (esquerda) deu a ordem de explodir o Memorial 9 de novembro. O Globo.

A anistia, portanto, “funciona como uma espécie de provisão seletiva e pontual, excluindo de seu escopo certas categorias de infratores” (Ricoeur, 2007, p. 460). Nesse sentido, trata-se de um descuido institucional e como tal toca nas raízes da política e, portanto, na relação mais profunda e oculta com um passado declarado proibido. Partindo da premissa de que a anistia encobre as mazelas de sofrimento do povo, ela pode ser santificada como o abuso do esquecimento, como forma de obscurecer o que deveria estar evidenciado.

O problema de não lembrar dos males é a tendência de repeti-los, além da sensação de impunidade. Além disso, se considerarmos apenas o que estabelece a justiça brasileira, ficamos com o duplo esquecimento no sentido de Ricoeur: não lembrar dos males e é proibido lembrar dos males (Queiroz, 2014). Portanto, a anistia é uma ferramenta eficaz para bloquear a narrativa pública das vítimas na arena judicial.

Em 28 de agosto de 1979, o presidente João Figueiredo promulgou a Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia Política⁶. Esta lei assegura anistia a todas as pessoas que tenham cometido crimes políticos ou conexos, infrações eleitorais, pessoas privadas de seus

⁶ Importante enfatizar que há um Projeto de Lei tramitando no Senado brasileiro desde 2013 (PLS 237/2013) com o objetivo de rever a Lei da Anistia. A discussão desse PL voltou à tona após a divulgação de documentos da CIA sobre a ditadura civil militar no Brasil. Vide <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2018/05/revisao-da-lei-de-anistia-volta-a-serdiscutida-aposrevelacoes-sobre-ditadura>

direitos políticos, bem como funcionários da administração direta e indireta, de fundações vinculadas ao poder público, com poderes legislativo e judiciário, militares e dirigentes e dirigentes sindicais, que são punidos com base em leis institucionais e complementares.

No caso brasileiro, os sentidos produzidos pelo esquecimento da anistia se associam ainda com outros abusos de memória e esquecimento (...). Pensamos, por exemplo, nos nomes de ruas que após quase trinta anos do retorno da democracia seguem homenageando os “heróis” da ditadura ou nas comemorações anualmente realizadas por militares da reserva e por civis para lembrar a “Revolução de 1964”. (Queiroz, 2014, p. 115)

A realidade é que as vítimas continuam a ser privadas do efeito calmante do relatório, continuam a ser reconhecidas como seres mudos, sem palavras, legalmente e de certo modo como memoráveis (Queiroz, 2014). É importante ressaltar que isso acontece devido ao bloqueio narrativo.

[Ora], a narrativa pública da vítima é tida sempre como impossibilidade de escuta e compreensão, sempre como uma parcela que não se inclui na comunidade narrativa ampla e compartilhada dos possíveis ou dos contáveis do direito. Assim, embora a vítima seja reconhecida como merecedora de reparação, ela permanece refém da vitimização, pois é somente por compaixão e boa vontade com relação a um sofrimento que é só seu que ela é contada. Somente por sua condição de vítima (Queiroz, 2014, p. 135)

Sem desconsiderar a primazia atribuída às vítimas, conduzimos uma reflexão sobre o processamento do trauma a partir do Memorial, entendendo-o como um ato de reconhecimento e participação em um passado compartilhado. Nesse contexto, a natureza fatídica do não dito transcende a legitimidade da violência estatal contemporânea, estabelecendo uma ponte entre as experiências individuais e a memória coletiva. Essa interconexão será aprofundada no próximo tópico, 3.1. A formação do conceito e valores dos monumentos, explorando como pesquisadores desde a Antiguidade Clássica contribuíram para a compreensão evolutiva dessas estruturas simbólicas ao longo dos séculos.

Capítulo 3. Formas espaciais: Os Monumentos e seu entorno

3.1. A formação do conceito e valores dos monumentos

A partir do conhecimento acumulado sobre patrimônio desde a Antiguidade Clássica, pesquisadores europeus iniciaram, no final do século XVII, o processo de conceituação e diferenciação de monumentos e monumentos históricos, visando a expansão do entendimento. Ao longo dos últimos séculos, essa evolução foi caracterizada por uma redefinição do valor de uso, em grande parte influenciada pelo interesse em explorar marcos e vestígios de épocas passadas, conectando-se aos princípios de história e arte. Novos significados foram atribuídos, e as conversas sobre conservação e preservação ampliaram a compreensão desses objetos.

A gestão do patrimônio foi desenvolvida nos séculos XIX e XX, e atualmente desempenha um papel crucial em debates teóricos e práticos, especialmente diante das constantes transformações nos espaços que ocupam, resultado das mudanças urbanísticas nas cidades. Este é um momento propício para iniciar uma pesquisa sobre essa problemática, uma vez que esses elementos, percebidos como símbolos para as gerações futuras, enfrentam, na contemporaneidade, uma transição de sua origem eterna para uma condição efêmera.

O interesse em compreender a trajetória dos monumentos remonta a tempos distantes, assumindo diversas formas ao longo da evolução da história arquitetônica e artística dos espaços urbanos. A discussão sobre a importância desses monumentos como guardiões do passado de uma nação tornou-se imperativa para compreender sua conceituação, sua inserção nas cidades e os métodos de preservação, proteção e gestão. O objetivo principal das futuras discussões é promover um diálogo sobre a estruturação do conceito, proporcionando condições para análises variadas da condição atual desses símbolos urbanos.

Para alcançar uma conceituação precisa, é essencial realizar uma discussão prévia sobre as diferentes conotações da palavra patrimônio. Muitos autores não fazem essa distinção, pois os conceitos compartilham semelhanças entre si. Pretende-se, especialmente, destacar as considerações fundamentais apresentadas por Choay (2000) e Riegl (2014) em seus estudos sobre a origem das palavras patrimônio e monumento, buscando assim esclarecer a distinção entre esses dois conceitos frequentemente utilizados como sinônimos. Uma análise etimológica das duas palavras permite identificar aspectos que diferenciam essas duas categorias. Em primeiro lugar, será abordada a conceituação de patrimônio nas línguas românicas, que derivam do termo em latim *patrimonium*.

A própria ideia de patrimônio, juntamente com a noção de monumento e preservação, começa a ser desenvolvida quando se passa a estudar e conservar um edifício devido ao seu papel como testemunho histórico e/ou obra de arte, conforme observado por Fonseca (1990). O que denominamos de patrimônio só adquire uma forma efetiva como conjunto de bens a serem cultuados, preservados e legados à coletividade em virtude de valores laicos, como os históricos e artísticos, e como referências a uma identidade nacional (Fonseca, 1990, p. 55).

Conforme destacado no primeiro capítulo deste trabalho, de acordo com Choay (2000), a palavra patrimônio estava originalmente vinculada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade. Com o passar do tempo, essa concepção foi requalificada e recebeu diversos adjetivos, tais como genético, natural e histórico. A presença dos adjetivos edificado, arquitetônico, histórico e cultural nas reflexões de vários autores também evidencia a relação complexa e multifacetada do patrimônio, que se estende para além dos campos da arquitetura e da história, abrangendo áreas como sociologia, turismo e antropologia. O patrimônio, portanto, pode ser compreendido como vestígio, marco, obra e herança de uma época, transmitindo no espaço e no tempo o legado deixado pelo passado para reflexão no presente.

Ao remontar à origem em latim, Choay (2000) destaca que *monere* significa recordar ou lembrar; *menini*, lembrar-se; e *mementum*, a lembrança ou recordação. *Monumentum* é definido como sinal do passado, algo que perpetua a memória. Vale ressaltar a descrição de Choay (2000), na qual *monumentum* deriva de *monere*, significando aquilo que evoca lembranças e possui a capacidade de provocar emoções, sendo uma memória viva. Esse sentido é semelhante à explicação de Silvestri (2001), que define monumento como “fijar algo en la atención, reparar, prevenir” (Silvestri, 2001, p. 1).

Os textos de Graciela Silvestri (2001) e Choay (2000) apresentam pontos convergentes no que diz respeito ao conceito e à função do monumento. Segundo Silvestri (2001), sua função é didática e pública, advertindo as gerações futuras sobre o que não deve ser esquecido. Por sua vez, Choay (2000) argumenta que sua função é antropológica, destacando a relação intrínseca com o tempo e a memória. Dependendo do caso, o monumento recusa ou acolhe inscrições, acumulando novas funções ao longo do tempo. Choay (2000) ainda afirma que tudo aquilo que for edificado por uma comunidade em prol da rememoração de fatos será denominado monumento, dada sua influência na atuação sobre a memória.

Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (...) O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (Choay, 2006, p. 18)

Outra definição relevante a ser enfatizada é a apresentada por Riegl (2014), que concebe o sentido primitivo do monumento como uma “obra realizada pela mão humana e criada com o objetivo específico de manter sempre presente e viva na consciência das gerações futuras uma ação ou um destino individual (ou um conjunto desses)” (Riegl, 2014, p. 23).

Le Goff (1984), conhecido por suas obras sobre a memória, destaca nos monumentos a característica de evocar o passado, visto que, como herança das sociedades, eles possuem o poder de perpetuação, seja de forma voluntária ou involuntária. Esses objetos representam e revelam valores de uma sociedade, testemunhando uma cultura específica e atuando como instrumentos de distribuição de significados e símbolos. A capacidade narrativa dos monumentos transcende a vida de seus criadores, marcando a memória de maneiras variadas, desde o nascimento até a destruição e, por vezes, o renascimento. Como destaca Cristina Freire (1997), “o monumento, no sentido tradicional, remete ao ausente, a um fluxo de tempo passado que a peça, através de seus símbolos, pretende rememorar, eternizar” (Freire, 1997, p. 58).

O termo ganhou proeminência na Europa, especialmente na França, e a partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se progressivamente. A essa expansão, soma-se uma mudança no caráter original do monumento, em que, conforme observa Choay (2000), “o papel do monumento, entendido em seu sentido original, foi perdendo progressivamente sua importância nas sociedades ocidentais, tendendo a se empanar” (Choay, 2000, p. 18 e 19), ao passo que o termo em si adquiria novos significados.

A partir das transformações ocorridas em sua conceituação, os monumentos podem ser reativados e reconsiderados no caos urbano, sob novas perspectivas e interpretações. A relação entre os monumentos, seu entorno e as pessoas que por ali transitam sustenta a interação entre o transeunte e os símbolos da cidade. “O patrimônio cultural edificado pode ser pensado como suporte da memória social (...); como um estímulo externo que ajuda a

reativar e reavivar certos traços da memória coletiva em uma formação sócio territorial” (Mesentier, 2003, p. 3).

O debate suscitado sobre o legado a ser transmitido às gerações futuras ganha força com a introdução do novo conceito de monumento histórico, especialmente no que diz respeito à memória ligada à nação e a seus heróis. Anteriormente constituídos sem uma premissa específica a priori, esses monumentos passam a ser construídos com um propósito definido. Esse processo contribuiu para a consolidação de um Estado Nacional, atendendo à necessidade de preservar um passado que estava se dissipando rapidamente após a Revolução Francesa.

É crucial destacar algumas diferenças neste estudo, utilizando as reflexões de Riegl (2014), onde o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*)⁷ enquanto o monumento histórico não é inicialmente desejado (*ungewollte*) e é moldado pelos olhares daqueles que o selecionam. “Inversamente, é importante lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido com uma função memorial. Quanto ao prazer proporcionado pela arte, tampouco é exclusivo do monumento” (Choay, 2000, p. 25 e 26).

A contribuição de Riegl foi fundamental para a formação do entendimento dessas distinções. Em relação a essa diferenciação, Choay (2000) destaca que o monumento faz reviver o passado, enquanto o histórico se relaciona de forma diferente com a memória viva e a duração. Importante ressaltar que, segundo Riegl (2014), não existe um valor artístico ou histórico absoluto, mas sim um valor relativo que é atribuído de acordo com o estilo de cada época, sendo constantemente alterado e substituído conforme entendimentos deliberados. Para apreciar os diferentes padrões estéticos produzidos pela sociedade ao longo de sua história, Schorske (1981) invoca o conceito de Riegl conhecido como *Kunstwollen*: a intenção, o propósito da arte em várias culturas, que gera uma eterna transformação.

A abordagem de Riegl inclui uma observação sobre as formas de percepção conforme a temporalidade e o contexto social, distinguindo os monumentos intencionais dos não-intencionais. Riegl afirma que “a criação e a conservação de tais monumentos

⁷ A primeira forma do valor de rememoração a surgir historicamente foi o valor de rememoração intencional (*gewollte Erinnerungswert*), que levara à criação de monumentos “intencionais” (*Denkmale gewollten*), constituídos com clara finalidade rememorativa. O desenvolvimento da consciência histórica levou ao reconhecimento da importância histórica de vestígios do passado que não tinham intenção rememorativa na sua origem: era o valor histórico (*historischen Wert*), que assim estabelecia os “monumentos não-intencionais” (*Denkmale ungewollten*). Depois viria, mais abrangente e atual, o valor de antiguidade (*Alterswert*), dado pela percepção visível da passagem do tempo, da dissolução da matéria e do retorno dos produtos humanos à Natureza, apontando para o *Stimmung*, a “atmosfera”. (Riegl, 2014, p.43)

‘intencionais’, dos quais se encontram traços até nas épocas mais antigas da cultura humana, não cessaram até os nossos dias...” (Riegl, 2014, p. 23).

No entanto, é importante notar que a sociedade moderna não se refere nesses termos a esse tipo de objeto ao utilizar o termo monumento, mas sim aos monumentos artísticos e históricos, ou seja, aos não intencionais, aos quais foi atribuído “um valor subjetivo, inventado pelo sujeito moderno que o contempla, que o cria e o modifica a seu prazer...” (Riegl, 2014, p. 26).

O monumento histórico, conforme definido por Riegl (2014), é uma criação da sociedade moderna, uma construção no tempo e no espaço. Riegl destaca que são “não intencionais” em oposição aos “intencionais”. No entanto, desde o início, fica claro que todos os monumentos intencionais também podem ser, ao mesmo tempo, não intencionais, representando apenas uma pequena parte dos não intencionais (Riegl, 2014, p. 28). Essa ressignificação afasta o termo de seu valor original, vinculado à memória. Agora, o valor do monumento histórico é orientado pelos atributos históricos, artísticos e estéticos. A contribuição do historiador da arte sobre os valores atribuídos aos monumentos tem sido fundamental para o entendimento e a aplicação de melhores práticas de proteção e conservação.

Com base nesses conceitos e na formação dos valores dos monumentos, podemos traçar uma breve trajetória de alguns monumentos na cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

3.1.1 Trajetória dos monumentos em Volta Redonda

Volta Redonda foi concebida como a cidade que romperia com o antigo modelo econômico da época baseado na agro exportação. O ímpeto de modernidade que acompanhava o desenvolvimento industrial fez da cidade uma vitrine para o novo modelo de produção. Sua arquitetura e urbanismo foram concebidos para ressaltar toda uma ideologia política que perseverava à época. Com isso, a cidade tornou-se a unidade não só nacional, mas global desse pensamento. Os elementos que compuseram, a princípio, o espaço urbano volta-redondense, precisavam estar alinhados a esse raciocínio de cidade moderna, grandiosa, funcional e organizada, sendo, então, implantados, passando a compor o cenário imaginado.

A relação entre os elementos urbanos e o progresso precisava ficar explícita no centro da cidade. Dentro da constituição desse espaço, os monumentos ganharam várias funções, sendo uma delas a de construção de uma identidade. Era preciso dedicar esforços para criar uma identidade para a cidade, que despontava em um regime político diferente e conturbado. Além disso, esses objetos deveriam representar os marcos históricos e os acontecimentos mais relevantes do período. Com as constantes transformações urbanas, novos elementos urbanísticos foram instaurados, seguindo, inclusive, novas orientações funcionais.

A cidade do sul fluminense conta com bustos, esculturas, estátuas, murais, painéis e obeliscos, espalhados pelo território municipal. Alguns fazem referência aos principais acontecimentos históricos e sociais ocorridos na região, configurando-se como marcos representativos no espaço da cidade. Hoje, podemos encontrar no cotidiano as obras que foram implementadas como ornamentação, obra de arte, ou até mesmo como forma de reforçar discursos políticos da época.

Explorar a história deste município inevitavelmente nos leva a uma narrativa entrelaçada com figuras proeminentes como Getúlio Vargas, os Arigós e a CSN. Esses nomes não são apenas entidades tangíveis, mas também permeiam diferentes espaços, objetos e períodos temporais. Conforme observado por Kevin Lynch (1960, p. 11), cada habitante urbano carrega consigo uma rede complexa de relações com sua cidade, onde a imagem da Rua 14 (Figura 14) emerge como um componente essencial desse panorama.



Figura 14: Parte da Praça Brasil vista de Cima. IPPU – VR, 2022.

Segundo Gomes (2013, p. 282), independentemente de sua configuração, seja ela uma via retilínea ou curva, uma rua é um convite intrínseco ao movimento, estimulando o progresso. A rua, como aponta o urbanista Lynch (1960, p. 58), serve como um meio através do qual as pessoas não apenas se deslocam, mas também observam a cidade, enquanto os diversos elementos urbanos se organizam e se relacionam ao longo dessas vias.

Na área próxima ao antigo Escritório Central da CSN, datado de 1966 (Instituto, 2022), ao caminhar pela calçada, passando pela escultura Desenvolvimento, de Haroldo Barroso, até chegar diante do busto do General Edmundo de Macedo Soares e Silva, a escultura *O Arigó* (figura 15) alinhada ao mesmo Escritório Central, torna-se evidente a coexistência da vida social e simbólica ao longo da Rua 14. Essa experiência revela a significativa importância histórica desse espaço, indicando que a “organização do olhar no espaço (...) nos indicam como os espaços são pensados e as relações que têm com a organização social e do poder naquele momento” (Gomes, 2013, p. 175).



Figura 15: Bruno Giorgi. *O Arigó*. Arquivo Pessoal, 2023.

A dinâmica de organização e poder se manifesta de maneira marcante ao considerarmos o papel do General, destacado na época como diretor técnico da CSN. Ele

desempenhou um papel crucial ao indicar a localização ideal para o monumento em homenagem a Getúlio Vargas nos anos 1950 (figura 16), argumentando que “para a consecução de seu objetivo simbólico, junto à população, era necessário que o monumento tivesse visibilidade” (Fernandes, 2001, p. 83). No entanto, ironicamente, ele não poderia prever que, em algum momento, seu próprio busto estaria situado em um local cuja visibilidade não sustenta a mesma premissa.



Figura 16: Estátua Getúlio Vargas, Praça Brasil. arquivo pessoal, 2022.

Ao explorar mais a fundo os elementos marcantes ao longo da Rua 14, emerge a presença imponente de O Arigó. Esta escultura, forjada em aço corten proveniente da própria CSN, encontra-se posicionada em frente ao antigo Escritório Central, destacando-se em um canteiro localizado alguns metros adiante. Criada na década de 1990 para celebrar o cinquentenário da empresa, conforme registrado na publicação *Monumentos, Obras de Arte e Fontes no espaço público* (Instituto, 2022, p. 44), a escultura representa os brasileiros que migraram de diversos estados do país para a região Sul Fluminense em busca de novas oportunidades, simbolizando assim o prenúncio da “vida moderna”.

A escultura O Arigó, concebida por Bruno Giorgi, ocupa um espaço que proporciona uma experiência estética enriquecedora, especialmente quando consideramos o alinhamento

arquitetônico com o antigo Escritório Central. Giorgi, ao criar sua obra, buscava deliberadamente estabelecer uma conexão entre escultura e arquitetura moderna (Giorgi, 2022). A análise desses dois elementos integrados revela, portanto, um encontro significativo entre a técnica artística, o corpo humano e as esperanças daqueles que foram os construtores desta cidade. É importante reconhecer que o aço que compõe essa escultura também carrega consigo as histórias e as aspirações de muitos arigós, simbolizando a força vital daqueles que contribuíram para dar forma a esse ambiente urbano.

Nesse contexto, surge a oportunidade para o observador reunir os alicerces históricos presentes na Rua 14, tecendo narrativas que conectam esses elementos. Essa abordagem cria um extenso campo imagético que se destaca principalmente no âmbito simbólico, manifestando-se “[...] simultaneamente por imagens e por palavras” (Pillar, 2014, p. 106). Conforme observado por Analice Dutra Pillar (2014, p. 106), as formas de conhecimento que emergem desse encontro entre esculturas, arquitetura e história possibilitam uma compreensão mais profunda, onde o pensamento visual, quando entrelaçado ao contexto social, torna-se uma questão de visibilidade. Esse tipo de conhecimento revela percepções sobre a construtividade cultural, as dimensões afetivas e os vínculos que permeiam o ambiente urbano.

O aspecto simbólico estabelece uma ligação afetiva entre a cidade e o observador, enraizando-os em um vínculo com o lugar onde vivem. Essa proximidade é, como destaca Pillar (2014), uma “questão de visibilidade” Pillar (2014, p. 103), pois as ideias ganham significado quando podem ser representadas em imagens comprehensíveis, permitindo ao observador interagir de maneira mais significativa com o mundo ao seu redor. A capacidade de expressar conceitos por meio de imagens tangíveis proporciona uma base para a construção de uma relação mais profunda e pessoal entre o indivíduo e o ambiente urbano, tornando o espaço físico não apenas um local de existência, mas também de significado e conexão emocional.

Esse mundo se revela através de alguns monumentos dispostos nos espaços urbanos de Volta Redonda, espaço urbano é caracterizado por uma “vida pública intensa e variada, ritmada pela continuidade dos fluxos e pelos diferentes personagens e tramas narrativas que os conduzem” (Gomes, 2013, p. 228). Nesse contexto, os objetos presentes ao longo não só da Rua 14 mas de toda a Cidade do Aço possuem histórias que se tornam visíveis e contínuas quando são retirados desses fluxos cotidianos. Esses elementos ganham destaque

ao serem separados do movimento constante do ambiente urbano, permitindo uma apreciação mais aprofundada e uma compreensão mais rica de suas narrativas.

3.2. Monumentos-catástrofes: significado cultural e narrativas

Ao desvendar as narrativas entrelaçadas nos objetos urbanos de Volta Redonda, encontramos não apenas testemunhos do cotidiano, mas também monumentos que transcendem a normalidade, marcados por eventos catastróficos. Esses monumentos catástrofes não são apenas vestígios físicos de tragédias passadas, mas carregam consigo um profundo significado cultural que permeia a identidade da Cidade do Aço.

Assim como as camadas de história se acumulam nas ruas movimentadas e nos espaços públicos, os monumentos catástrofes contam uma história singular de superação e resiliência. Seja um memorial erguido em homenagem a uma tragédia natural ou uma escultura que testemunhou eventos históricos impactantes, esses monumentos se tornam marcos imortais que refletem a força da comunidade em face da adversidade.

Ao separar esses elementos do fluxo constante do ambiente urbano, proporcionamos uma oportunidade única de apreciar a profundidade das narrativas por trás desses monumentos. Cada cicatriz esculpida na pedra ou cada detalhe meticoloso da arte urbana conta uma história que vai além do que é aparente à superfície. É através dessa apreciação mais aprofundada que podemos compreender o papel crucial desses monumentos na construção da memória coletiva e na preservação da cultura local.

Os monumentos catástrofes podem ser vistos como uma forma de representação dessas histórias. Eles podem ser usados para transmitir a memória de eventos trágicos, homenagear as vítimas e promover a reflexão sobre as causas dessas tragédias.

Uma variedade de composições estéticas está associada ao tema da catástrofe, destacando-se o “cinema-catástrofe” e a “literatura-catástrofe”. No entanto, no que diz respeito ao campo do “monumento-catástrofe”, observa-se uma lacuna nos estudos. Os monumentos desempenham um papel crucial como depósitos de representações coletivas de uma sociedade, configurando-se como locais de memória, conforme destacado por Pierre Nora, sobre os lugares de memória. Além disso, eles assumem o papel de símbolos que catalisam a esperança e representam a capacidade de superar o sofrimento.

Enquanto os monumentos evocam o passado, sua intencionalidade é direcionada para o futuro, conforme salientado por Riegl (2014):

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino (ou a combinação de ambos). (Riegl, 2014, p. 43)

Essas estruturas monumentais não apenas encapsulam eventos passados, mas também projetam uma visão aspiracional para adiante, tornando-se testemunhas tangíveis da resiliência humana. Essa dualidade temporal dos monumentos-catástrofe os posiciona como elementos que não apenas preservam a história, mas também inspiram a construção de um futuro resiliente e esperançoso.

Os monumentos-catástrofes surgem como uma expressão estético-cultural específica da modernidade, marcando uma distinção clara dos monumentos tradicionais cujo propósito é homenagear o sagrado, como o célebre Cristo Redentor, celebrar eventos históricos notáveis, a exemplo do Arco do Triunfo, ou enaltecer a excepcionalidade de líderes políticos através de inúmeros bustos de personalidades.

O monumento-catástrofe, por sua vez, é erguido como resposta a uma tragédia, buscando eternizar na memória o momento de dor e sofrimento. Sua função pode ser tanto a de alertar para que tais situações nunca mais ocorram quanto a de fazer uma denúncia social. Esses monumentos estão inseridos no contexto da compulsão moderna de recordar tudo. Em contraste com a visão aristocrática dos antigos, que preferiam lembrar apenas vitórias militares, grandes heróis e deuses poderosos, evitando mencionar derrotas e sofrimentos, os monumentos-catástrofes desafiam essa tradição.

Um exemplo histórico é a reação do povo de Atenas diante da representação da tragédia *Captura de Mileto* pelo autor de tragédias Frínico. O desastre retratado era um episódio que os atenienses desejavam esquecer, levando à multa de Frínico e provocando lágrimas em toda a plateia teatral (Félix, 2004, p. 47). Enquanto a tragédia grega antiga limitava seu sentido catalisador e pedagógico ao mundo fictício, os monumentos-catástrofes modernos se destacam ao confrontar a realidade, desafiando-nos a lembrar e aprender com os momentos mais sombrios da história.

Os monumentos catástrofes desempenham o papel de contar histórias trágicas, sendo ferramentas essenciais para a narrativa de eventos traumáticos. As catástrofes só podem ser entendidas através de narrativas, contudo, como qualquer texto ou enunciado, apresentam camadas de significado adicionais que podem ser exploradas para compreensão mais profunda. E, mesmo para aqueles que as experimentaram pessoalmente, é necessário

transformá-las em uma narrativa para facilitar a compreensão. Para as vítimas sobreviventes, criar uma narrativa de uma catástrofe não é uma tarefa simples, uma vez que um dos princípios bem conhecidos da psicanálise sugere que a capacidade de expressar verbalmente o trauma é um passo crucial em direção à sua superação. Esse fenômeno foi observado em muitos ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial.

Segundo Walter Benjamin (1994), “ao término da guerra, os combatentes retornavam do campo de batalha não mais enriquecidos, mas sim mais empobrecidos em experiências comunicáveis” (Benjamin, 1994, p. 198). Compartilhar vivências é intrínseco à nossa humanidade, entretanto, a catástrofe desafia os limites de nossa capacidade de expressão narrativa. Contudo, algumas pessoas conseguiram transformar tais experiências trágicas em narrativas, explorando diversas formas. Além da literatura, existem várias formas de manifestação sequencial que abordam a catástrofes: o relato histórico, exemplificado pela descrição da peste em Atenas por Tucídides; a música, como *What's Going On* de Marvin Gaye, que trata dos conflitos sociais e da violência urbana; a arte plástica, como o quadro Os Fuzilamentos de 3 de Maio de Francisco Goya, representando execuções durante a Guerra Peninsular; o cinema, como o filme *A Vida é Bela* de Roberto Benigni, que aborda a tragédia do Holocausto de uma maneira única; e claro, os monumentos.

Os monumentos catástrofes, embora possuam recursos narrativos mais restritos em comparação com outras formas de expressão, oferecem durabilidade e visibilidade singulares. Mesmo sem a mesma riqueza descritiva e expressiva da literatura, história, cinema e artes plásticas, sua presença física e duradoura os destaca. Iniciados frequentemente por poderes públicos ou grupos sociais organizados, esses monumentos carregam consigo uma legitimidade institucional ou social que pode faltar a outras formas sobre catástrofes.

Assim, diante de um monumento catástrofe, é difícil permanecer indiferente, e muitos tornaram-se pontos turísticos nas cidades. Essas estruturas não só preservam a memória de eventos trágicos, mas também desempenham um papel ativo na transmissão de suas narrativas ao público, promovendo reflexão e lembrança coletiva.

Refletir sobre os monumentos-catástrofes exige uma análise crítica dentro do panorama das produções culturais. Nessa perspectiva, Walter Benjamin (1994), em uma de suas notáveis Teses Sobre a História, propôs que os bens culturais eram, em sua essência, “monumentos da barbárie”.

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinharam os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. (Benjamin, 1994, p. 225)

Os monumentos catástrofes, originados da barbárie, constituem um tipo de memorial intencionalmente criado para converter a catástrofe em uma representação estética. Este fenômeno, característico dos tempos modernos, manifesta-se em centenas, talvez milhares, desses monumentos espalhados pelo mundo, proporcionando uma leitura estética das grandes e pequenas tragédias que assolam a humanidade. Contudo, é imperativo considerar esses monumentos não apenas por suas evidentes qualidades estéticas e memorialísticas, mas também como documentos culturais.

Nessa perspectiva, essas estruturas monumentais atuam como representações culturais, expressando significados, sensibilidades e representações narrativas e imagéticas sobre o mundo contemporâneo. Vão além de serem simples testemunhos visuais de eventos passados, tornando-se fontes ricas que documentam a cultura, refletindo as emoções e interpretações da sociedade em face das adversidades. Assim, os monumentos catástrofes não apenas preservam a estética das tragédias, mas também se revelam como peças fundamentais na construção e interpretação da herança cultural e histórica de uma comunidade.

3.3. Os monumentos-catástrofes e a constituição da memória coletiva

Compreender um monumento requer análise de sua estrutura individual e de sua inserção em um sistema mais amplo e em um ambiente específico. Similarmente a outros elementos culturais, sejam tangíveis ou intangíveis, os monumentos são suscetíveis à influência do contexto e do cenário em que se encontram, integrando-se às relações presentes em determinados espaços. Eles não apenas representam e refletem valores de uma sociedade, mas também atuam como testemunhos de uma cultura específica, servindo como meio de disseminação de significados e símbolos. No entanto, a capacidade narrativa dessas estruturas transcende a vida da sociedade que as originou.

A memória de uma sociedade é influenciada pelo ciclo de vida dos monumentos, desde sua criação até possíveis desaparecimentos, destruições e renascimentos. Essas estruturas, ao longo de sua história e relação com o espaço, indicam transformações urbanas e

culturais. Importa compreendê-las como suportes à memória, representando o que a sociedade quer preservar, lembrar e transmitir ao longo do tempo por meio de sua presença material. Essa relação estreita entre monumentos e memória é essencial para o estudo dos espaços urbanos, incluindo sua formação, as transformações ocorridas e as dinâmicas sociais que moldam tais ambientes. Os monumentos não apenas testemunham mudanças, mas também contribuem para a preservação da história, refletindo a identidade cultural e a evolução da sociedade.

Ao contrário da memória individual, a memória coletiva se expressa, entre outras formas, por meio de monumentos. Segundo Le Goff (1984, p. 95), essas estruturas são “um sinal do passado”, representando tudo que pode evocar e perpetuar a recordação, comparáveis aos atos escritos. Para o historiador, os monumentos integram uma variedade de elementos capazes de transmitir a memória coletiva, concebida como o patrimônio cultural de uma sociedade.

A memória pode também ser transmitida por meio de objetos, que se tornam parte do patrimônio cultural e servem como suporte para a memória. Os testemunhos históricos, ao constituírem o patrimônio cultural de uma sociedade, são elementos essenciais para a reflexão e a rememoração do passado. Nesse contexto, conforme destacado por Carvalho e Almeida (2005), “os monumentos são uma parcela dos elementos que traduzem a memória coletiva e, ao serem consolidados, integram o patrimônio cultural de uma sociedade” (Carvalho; Almeida, 2005, p. 169).

Entender o significado de um monumento que representa uma tragédia requer uma análise da maneira como a sociedade enfrenta catástrofes e tragédias. Surpreendentemente, constata-se que a dimensão da tragédia não está diretamente ligada ao seu impacto simbólico. O temor predominante em situações de catástrofe é, fundamentalmente, a perda de vidas humanas. Seja em uma epidemia, guerra, chacina ou terremoto, o caráter trágico desses eventos está relacionado à sua capacidade mórbida. Partindo dessa constatação, há uma tendência a definir catástrofe como um evento, geralmente repentino, que resulta em mortes. Entretanto, embora essa definição seja útil para a percepção cotidiana de catástrofes, ela não consegue abarcar a complexidade do significado cultural desses eventos.

Os monumentos-catástrofes desempenham um papel crucial na formação da memória coletiva, indo além de sua função estética para se tornarem elementos ativos na preservação e transmissão da história de uma sociedade. Ao examinar a estrutura específica de um

monumento e sua interação com o ambiente ao redor, torna-se evidente que essas obras não são estáticas, mas dinâmicas, refletindo e influenciando os valores culturais ao longo do tempo.

Esses monumentos possibilitam um “assombro filosófico”, instigando a reflexão sobre a insustentabilidade das ideologias perniciosas que deram origem às catástrofes neles tematizadas. Enquanto artefatos modernistas, eles representam uma nova visão de mundo que legitima a aplicação do sublime na análise de tragédias, manifestando compaixão pela perda de vidas comuns. A estética modernista viabiliza uma crítica social intrinsecamente vinculada à crítica estética.

Quando o objetivo é atenuar um trauma coletivo, observa-se a predominância de monumentos que apresentam uma representação figurativa da catástrofe. No entanto, quando a intenção do monumento é uma denúncia mais incisiva, os artistas podem optar por uma representação figurativa que guarda uma relação mais direta com o evento. Um exemplo semelhante ao Memorial 9 de Novembro é o Monumento Tortura Nunca Mais (Figura 17), inaugurado em Recife em 1993. Idealizado pelo arquiteto Demétrio Albuquerque, este monumento marca o primeiro tributo às vítimas do Regime Militar Brasileiro, apresentando uma representação vívida do sofrimento como uma denúncia contundente.



Figura17: Monumento Tortura Nunca Mais, Recife. Memória e Verdade, 2014.

Os monumentos desempenham um papel crucial como potentes instrumentos em guerras narrativas. Além de revelarem discursos, eles funcionam como denúncias das atrocidades cometidas por regimes autoritários no passado. Não esquecer assume o caráter de um ato de resistência, e os monumentos desempenham a função crucial de despertar as centelhas da esperança, contribuindo para evitar que o mal do passado ressurja.

Os espaços urbanos são repositórios ricos em uma diversidade de eventos que moldam significativamente sua evolução. Gradualmente, esses eventos se acumulam, armazenando uma multiplicidade de referências culturais valiosas que compõem a memória da cidade e de sua sociedade, desde sua origem até os dias atuais.

“Não podemos afirmar a existência de lugares desprovidos de memória. A identidade espacial, para além da identidade individual, está intrinsecamente ligada à noção de memória coletiva” (Calvário, 2008, p. 70). A definição da identidade de cada local é fortemente influenciada pela interação entre os habitantes e os símbolos da cidade.

Uma das funções fundamentais da arte na cidade é a de colaborar para que a expressão dessas memórias sob a forma de vestígios, lembranças e forças sejam manifestos. Na cidade deveria-se investir em lugares que tenham capacidades de comunicação e onde haja informação gratuita e itinerários lúdicos. (Calvário, 2008, p. 80)

A compreensão do conceito e da função de um monumento evidencia seu envolvimento no processo histórico, contribuindo para a preservação de sua significância, especialmente como um modelador da memória e da identidade social. Desse modo, a memória surge como um instrumento crucial que legitima eventos e serve de base para a construção da ordem social. São os elementos constituintes da memória que moldam, preservam, desfazem e reconstruem os espaços sociais associados às recordações. Esse traço distintivo dos monumentos é destacado pela seguinte observação de Choay (2006):

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (Choay, 2006, p. 17)

Assim sendo, a função social, não apenas do monumento, mas de todo o patrimônio, é destacar e preservar um legado cultural, cujo significado é transmitido por meio de monumentos tangíveis, intangíveis, materiais e imateriais.

Dentre as expressões artísticas discutidas por Filipa Calvário (2008), incluem-se os monumentos que passam a integrar nossa tradição e cultura. Isso ocorre porque “essas formas de arte influenciam a memória dos cidadãos. A presença física dos monumentos marca visual e simbolicamente a cidade, interferindo nas representações espaciais desta” (Calvário, 2008, p. 24).

As identidades podem ser discernidas no ambiente construído por meio do sentimento de conexão que o indivíduo estabelece com o lugar e o tempo. Desse modo, as tradições e culturas do passado se entrelaçam à vida cotidiana do homem moderno. Portanto, a preservação do patrimônio construído emerge como uma alternativa essencial para atribuir significado à identidade do homem em relação ao seu entorno e ao seu passado. Essa preservação não apenas facilita o desenvolvimento da educação e cidadania, mas também é promovida quando há estímulo tanto por parte da administração pública quanto privada.

Capítulo 4. O Memorial 9 de novembro: A relação da Cidade-Usina com a memória de seus trabalhadores

4.1. A constituição do espaço urbano da Cidade do Aço: Volta Redonda dos anos 1940 e anos 1960

A cidade de Volta Redonda está localizada entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, local que em suas origens, por volta de 1700, era habitado por tribos indígenas Puris, Coroados e Araris, que viviam às margens do rio Paraíba. Os primeiros traços de colonização se deram nesta região através dos bandeirantes, homens que exploravam matas e sertões brasileiros em busca de ouro, prata e pedras preciosas, que atravessavam a região para encurtar o caminho até Minas Gerais.

Por volta de 1727 os nativos depararam-se com chegada dos jesuítas que cruzaram a Serra do Mar almejando a colonização do Médio Vale do Paraíba. Os jesuítas chegaram demarcando as terras de sua fazenda, que recebeu o nome de Baixada de Santa Cruz, e deram início à colonização da área ao redor. No ano seguinte, 1728, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vaia Monteiro, determinou a abertura da estrada que ligaria Rio de Janeiro e São Paulo, a fim de facilitar a comunicação entre as então províncias. Essa estrada resultou na separação das terras entre as Serras, chamada de Sertão Bravio, que teve seu lado oposto a Serra do Mar denominado de Vale Médio do Paraíba. Tal evento marcou o início da marcha da colonização na região.

A origem do nome Volta Redonda, porém, data de 1744 quando teve início o povoado de Campo Alegre da Paraíba Nova, cujas terras eram exploradas por garimpeiros e caçadores. Esses garimpeiros tomaram conhecimento do acidente geográfico da curva do Rio Paraíba, e a chamaram de Volta Redonda.

Foi em 1764 que surgiu a primeira fazenda em Volta Redonda, construída por José Alberto Monteiro, quando recebeu as terras do Vice-rei. Esta fazenda ficou conhecida como Fazenda Santa Cecília, e atualmente encontra-se tombada pelo Município e abriga o Zoológico Municipal de Volta Redonda. A partir deste momento, grandes fazendas se instalaram na região dando início ao ciclo do café e a uma intensa movimentação. Estas fazendas receberam o nome de Três Poços, Santa Cecília, Retiro, Santa Rita e Belmonte, nomes que permanecem até hoje em bairros da cidade.

No ano de 1860, visando aumentar o comércio com os povoados vizinhos, os fazendeiros pleitearam a construção de uma linha ferroviária. A construção de uma linha ferroviária implicou na instalação de uma ponte sobre o Rio Paraíba, a qual facilitava a

comunicação com a estação. Foi nesta fase em que teve início o período de navegação pelo Rio Paraíba do Sul, pelo qual trafegaram cerca de 40 embarcações, algumas com capacidade para até 10 toneladas de carga.

A Estação Ferroviária foi inaugurada em 1871, juntamente com a Agência dos Correios, contando inclusive com a presença da Princesa Isabel. Até este momento, Volta Redonda era apenas um povoado que pertencia à Barra Mansa, e despertou para sua independência em pequenos movimentos populares que permearam os anos de 1874 a 1895. O primeiro movimento popular foi marcado pela insatisfação do povo que alegava ter dificuldades para frequentar a Igreja, uma vez que esta se localizava em Barra Mansa. Unidos, os cidadãos requereram por diversas vezes a criação de uma freguesia, porém esse pedido só foi atendido no ano seguinte, 1875.

Em 26 de dezembro de 1890, os cidadãos conseguiram a instituição do Distrito de Paz de Volta Redonda, o qual constituído das maiores fazendas da região, somou força ao movimento separatista. Ocorreu que essas fazendas eram grandes geradoras de lucro e por este motivo o distrito de Barra Mansa negava-se a conceder a independência à Volta Redonda, impondo exigências e condições como a construção de uma Delegacia de Polícia e um cemitério público.

O povo de Volta Redonda, com o apoio dos grandes fazendeiros, construiu a delegacia em 1893 e em 1895 foi construído o cemitério, conforme as exigências de Barra Mansa. Apesar de todos os esforços Volta Redonda foi transformada em 8º distrito de Barra Mansa no ano de 1926, não alcançando sua independência.

O ano de 1900 marca a virada do século e contínuo crescimento e desenvolvimento da cidade de Volta Redonda. Com a linha ferroviária os produtos, como leite, queijos e engradados, eram comercializados, fazendo com que as fazendas continuassem a prosperar e com que a economia local não parasse de funcionar. O ciclo do café havia acabado há algum tempo, o forte da economia local tornou-se o gado leiteiro, mas em 1901, um homem chamado Doutor José Rodrigues Peixoto, construiu um Engenho de Açúcar e Aguardente e que também contribuiu para o comércio local. Deste Engenho, sobrou apenas uma chaminé, que permanece até os dias de hoje, bem como as fazendas, que por valor histórico, foram tombadas pela Prefeitura Municipal.

Nos próximos anos, outros avanços ocorrem, como: a edição de um almanaque enciclopédico que passou a circular; a instalação de um sistema de circulação de água potável, a iluminação elétrica nas ruas no ano de 1922; a instalação da Fábrica de Produtos Cerâmicos,

demolida para dar lugar à expansão do bairro Aterrado; a fundação do Volta Redonda Futebol Clube em 1926; e em 1931 a inauguração do serviço de telefonia.

Volta Redonda foi escolhida como local para instalação da CSN, em 30 de janeiro de 1941, dando início ao ciclo de industrialização da cidade e ditando as bases para a industrialização nacional. A escolha da cidade como local ideal para a instalação da usina foi fundamentalmente motivada por sua localização geográfica, localizada entre Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, está próxima dos fornecedores do minério de ferro, dos principais mercados e é região de fácil acesso.

A partir de 1930, o Estado, burguês e intervencionista implementou uma série de reformas no país, com o bloco no poder centrado no pacto industrialista assumindo o papel de direção da sociedade. Isso foi realizado por meio da criação de aparelhos de hegemonia complexos, que buscavam incorporar a participação dos movimentos sociais dos trabalhadores urbanos sob controle. Entre esses instrumentos de reforma moral e intelectual, destacam-se a legislação social, o corporativismo sindical e a ideologia do trabalhismo. Esses processos contraditórios visavam articular interesses antagônicos entre o capital e o trabalho, com o objetivo de ampliar a base social do Estado e apresentar um projeto de desenvolvimento para a industrialização nacional.

Portanto, a edificação da cidade do aço foi impregnada desse caráter universalista, representando a busca pela emancipação econômica nacional por meio da indústria siderúrgica de base. A CSN assumiu o *status* de patrimônio nacional dentro da estratégia hegemônica do pacto industrialista brasileiro, exercendo uma influência significativa na dinâmica da luta de classes em Volta Redonda. Essa ideologia moldou as estratégias, concepções e escolhas do movimento operário, orientando-se pelas diversas tradições presentes na região.

Considerando o processo brasileiro de industrialização, dos anos 1930 aos anos 1970, no que concerne à perspectiva de conformação e alteração de modelos de desenvolvimento econômico, podemos destacar como importante marco dessa trajetória, presente em diversas correntes interpretativas, os anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os anos JK foram marcados pela instalação da indústria pesada (tarefa herdada do segundo governo Vargas) e ampliação de mercados internos devido à intensa urbanização. Dentre os objetivos globais do Plano de Metas é possível destacar os projetos das usinas elétricas, da indústria da construção naval, automobilística, de mecânica e material elétrico pesado, as quais constituiriam fundamentalmente os setores de bens intermediários, de capital e de consumo

durável que ampliariam a autonomia nacional de reprodução da acumulação de capital, complementando e modernizando a estrutura produtiva industrial (Cano, 2004).

A construção da CSN iniciou-se em 1942, e com ela surgiram os bairros da cidade. Planejados e urbanizados, os bairros eram habitados pelos trabalhadores da empresa vindos de várias partes do país, principalmente da região nordeste e de Minas Gerais. A industrialização da cidade colaborou com o processo de urbanização. Novos moradores se estabeleciam no local a trabalho. Com o crescimento e desenvolvimento da cidade os moradores locais passaram a ter interesse pela emancipação, motivados, principalmente pelo descaso de Barra Mansa com o distrito.

Motivados pela liberdade político-administrativa, um movimento se inicia em 1950, liderado por Lucas Evangelista de Oliveira Franco, funcionário público, que resgata os ideais de liberdade e organiza reuniões para promover ações em busca da emancipação. No ano seguinte, após uma proposta de votação para decisão de emancipar a cidade, os votos foram apurados, marcando apenas 24 contras à emancipação e 2.809 a favor. Desta maneira, em 17 de julho de 1954, com a Lei 2.185/54, Volta Redonda rompeu com o município-sede, determinou eleições para prefeito e vereadores, vislumbrando o início de um novo ciclo em sua história.

Após a emancipação da cidade e o início do funcionamento fabril em 1946, temos uma empresa estatal cuja construção teve por base um projeto “modernizador” e “civilizatório” que pretendia produzir aço e “um novo tipo de trabalhador”, ou seja, o projeto de sua cidade moderna e industrial e da constituição da siderurgia pesada trazia embutida a proposta de construção de um trabalhador dócil e produtivo. Assim, desde os tempos iniciais de sua implantação, seus gestores sempre almejaram a construção do que Morel (1989) conceituou como “família siderúrgica”. Entre a década de 1950 e início da década de 1960, em especial, o movimento sindical local ganharia grande relevância como canal das reivindicações dos trabalhadores da região. Seria exatamente naquele momento, em que a mística em torno da usina estatal e de sua importância enquanto principal siderúrgica nacional é reapropriada de forma mais ostensiva na luta e defesa de direitos, que teriam iniciado importantes transformações na gestão da fábrica, as quais teriam reflexos internos e externos a ela. O redirecionamento do processo de industrialização brasileira em curso naqueles anos teve reflexos marcantes sobre o setor de siderurgia assim como sobre as empresas estatais.

No ano de 1964 ocorreu o Golpe Militar que instalou a ditadura militar em todo o país. Durante o período de sua duração, de 1964 a 1984, Volta Redonda foi considerada Área de

Segurança Nacional, uma vez que sua localização era favorável à economia e também próxima à Academia Militar das Agulhas Negras. A formação da CSN, mesmo com sua tentativa de “domesticar” o trabalhador, possuía uma forte atuação sindicalista, o que favorecia um regime democrático e ameaçava a autoridade da ditadura. Este momento pode ser resumido nas palavras da autora Alejandra Estevez:

(...) sendo a cidade invadida por tanques do Exército, o Sindicato dos Metalúrgicos invadido e muitos de seus dirigentes presos e torturados, expulsos da CSN, tendo sua documentação apreendida. A partir desse momento assiste-se um esvaziamento do movimento sindical uma vez que atores ligados ao novo regime assumem a direção do sindicato. O sindicalismo perde então seu papel de amortecedor das lutas sociais. Vale lembrar que Volta Redonda, nesse período, torna-se área de segurança nacional, o que dificulta ainda mais a mobilização e articulação do movimento sindical. (Estevez, 2011, p. 4 e 5)

Volta Redonda permaneceu como Área de Segurança Nacional até 15 de novembro de 1985, quando foram restabelecidas a eleições diretas para prefeito. Durante todo o período da Ditadura, Volta Redonda foi motivo de atenção do regime, sofrendo forte repressão, que se compara à dos grandes centros. Porém, os relatos dos acontecimentos são escassos, orais e recolhidos da memória daqueles que viveram. Para resgatar essa história foi criada no ano 2013 a Comissão Municipal da Memória e da Verdade (CMV/VR), cujo objetivo é investigar e fomentar o debate público sobre as graves violações de direitos humanos e trabalhistas ocorridos no período da ditadura.

4.2. As Raízes do Trabalho em Volta Redonda: A Influência do Americanismo e Fordismo na Trajetória da CSN

Para compreendermos melhor a construção do espaço autônomo de atuação política por parte dos trabalhadores do sul fluminense, passaremos de forma sucinta pelo cenário do surgimento do pacto industrialista e a ideologia nacionalista, que acompanhou a construção da cidade do aço, visando principalmente favorecer a classe burguesa e o capital monopolista.

O Brasil, ao buscar seu desenvolvimento industrial, olhou para o fordismo como um paradigma a ser seguido. O modelo fordista envolvia a produção em larga escala, a padronização de peças, a divisão do trabalho e a busca pela eficiência produtiva.

Antônio Gramsci, analisou durante a década de 1930 o fenômeno do fordismo como parte da formação social capitalista americana e sua disseminação global. Gramsci explorou a relação entre o fordismo e o americanismo, examinando as implicações, os limites e as contradições desse modelo de acumulação monopolista de capital.

O fordismo teve sua origem por volta de 1913, na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, na fábrica de automóveis de Henry Ford. Nesse contexto, foi implementado um novo sistema de produção em série destinado a fabricar o famoso modelo Ford-T. Esse sistema, fortemente influenciado pelos princípios do taylorismo, consistia na divisão das tarefas em fragmentos na linha de montagem, resultando em uma produção eficiente e uniforme.

No modelo fordista, as funções de gerência eram claramente hierarquizadas sobre as de execução na linha de produção, levando à desqualificação da mão de obra devido à fragmentação, automação e repetição das tarefas. Esse arranjo aumentava a extração de mais-valia ao intensificar a exploração do trabalho ao longo da linha de montagem.

Além disso, o fordismo exigia uma estrutura empresarial monopolista capaz de assegurar a produção de peças padronizadas, juntamente com a aceitação voluntária dos trabalhadores em relação ao novo sistema produtivo. Henry Ford propôs salários mais altos e benefícios sociais como uma estratégia para atrair os trabalhadores e garantir a adesão ao modelo fordista.

O fenômeno do americanismo representava uma cultura hegemônica que emergia nos Estados Unidos, influenciada pelo fordismo, e buscava reorganizar culturalmente a sociedade para atender às demandas da produção em massa e do consumo em massa. Essa reorganização cultural envolvia tanto estratégias persuasivas, como oferecimento de salários elevados, quanto coercitivas, como a repressão aos movimentos sindicais.

Gramsci interpretou o americanismo como uma estratégia de modernização conservadora destinada a tranquilizar os trabalhadores, mas que também resultava em contradições, como a competição entre monopólios e o surgimento de um novo proletariado de massas.

Entender o americanismo e o fordismo requer considerar suas especificidades históricas e sociais, evitando a aplicação simplista de modelos abstratos em contextos diversos. Esses fenômenos influenciaram profundamente a vida social e o mundo do trabalho, demandando uma análise cuidadosa de suas implicações e contradições em cada cenário específico.

Para compreender o fordismo e o americanismo como seres sociais, numa perspectiva historicista conforme o marxismo gramsciano, e suas possibilidades de generalização no mundo capitalista, é crucial evitar a adoção mecânica do modelo fordista como referência padrão para diferentes realidades sócio-históricas. É preciso considerar as múltiplas

dimensões de universalidade, particularidade e singularidade da totalidade concreta (Lukács, 1979).

No aspecto da singularidade, a experiência fordista limitou-se às inovações no regime de produção da empresa Ford e em sua estratégia de moldar moral e fisicamente a força de trabalho dentro do paradigma do trabalhador coletivo. Isso geralmente envolvia a combinação da “destruição do sindicato artesão” com táticas persuasivas, como “salários elevados, diversos benefícios sociais, propaganda ideológica e habilidade política” (Gramsci, 1980, p. 381).

Gramsci percebeu que os novos métodos de trabalho estavam intrinsecamente ligados a um modo específico de viver, pensar e sentir a vida. Ele também observou que cada empresa, em certa medida, era única, o que levava à formação de uma cultura corporativa distinta entre os trabalhadores de cada empresa. O americanismo, portanto, refletia a particularidade do fordismo dentro do contexto social e histórico dos Estados Unidos durante a transição do capitalismo liberal para o capitalismo monopolista.

Para compreender historicamente a totalidade complexa do mundo do trabalho na CSN, é essencial considerar diversos elementos singulares que moldaram aquela corporação. Isso inclui as políticas do governo Vargas, agências de planejamento, negociações internacionais, escolhas empresariais, plano de construção da CSN, financiamento, gerenciamento, consultoria do governo americano, seleção do local da usina e da Cidade do Aço, construção da usina e da cidade de Volta Redonda, bem como as dinâmicas de capital-trabalho na CSN e a formação profissional (Kosik, 1995 *apud* Silva, 2006).

Superar essa compreensão superficial do mundo do trabalho na CSN requer uma análise das múltiplas determinações históricas daquela realidade, considerando elementos singulares dentro de um contexto mais amplo. Isso envolve o reordenamento do padrão de acumulação mundial de capital, o papel do estado burguês monopolista, políticas industriais intervencionistas, a hegemonia do capitalismo, o impacto do americanismo e a disseminação da racionalização fordista.

Entender a formação histórica do mundo do trabalho na CSN implica examinar as interações entre a acumulação mundial de capital, a reorganização do Estado burguês monopolista, o desenvolvimento do pacto industrialista, as narrativas nacionalistas e trabalhistas, o compromisso com o fordismo e a passivação populista, bem como os

processos de formação da classe operária e suas tradições de organização e intervenção na luta de classes em Volta Redonda.

Em resumo, a criação da CSN foi uma decisão tomada por forças políticas específicas dentro de um contexto histórico que limitava suas opções. Isso incluiu a crise do Estado burguês liberal, o desenvolvimento de novas bases materiais para a acumulação industrial, a crise mundial do capitalismo monopolista, as disputas entre impérios, a expansão hegemônica do capitalismo americano e a disseminação do racionalismo fordista na produção e na vida social do mundo do trabalho, além do reordenamento do Estado burguês monopolista.

A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, como representante do capital industrial monopolista no Brasil, optou por construir uma usina siderúrgica de grande porte. O objetivo era garantir a produção monopolista e atender à futura demanda por aço na cadeia de produção industrial. A usina foi planejada para ter capacidade de produzir 300.000 toneladas de aço por ano, buscando complementar a produção atual.⁸

Para suprir essa grande indústria siderúrgica com toneladas de minérios de ferro, manganês, dolomita e carvão, em sua maioria importados, foi realizado um estudo detalhado da localização dos fornecedores, das redes ferroviárias, dos portos e estradas, e sua interligação com os centros consumidores. O objetivo era garantir a máxima eficiência do investimento de capital e seu retorno em termos de acumulação e reprodução. A escolha de Volta Redonda (Distrito de Barra Mansa) pela Comissão Executiva foi justificada com os seguintes argumentos:

Os estudos mais recentes, feitos por técnicos nacionais, americanos e alemães, localizavam a Usina no Distrito Federal (RJ). Considerações puramente de ordem comercial aconselhavam essa maneira de pensar. A comissão executiva se colocou num ponto de vista mais amplo e examinou outros fatores de grande importância: militares, sociais, climatéricos, etc. Teve a comissão, também, sempre em vista diminuir o capital necessário à implantação da usina (...) Levando em conta poderosas razões de ordem econômica geral, de ordem política, de ordem social e de ordem militar, procuramos afastar a usina o mais possível do porto do Rio, sem prejudicar o ponto de vista comercial, que é essencial; fomos, então, conduzidos, após longo estudo à escolha da região de Barra do Piraí-Barra Mansa.(Silva, 1940, p. 131)⁹

⁸ Memória sobre a organização de uma Usina Siderúrgica no Brasil – Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, julho-1940 (Pesanha; Morel, 1991, p. 31).

⁹ **Parecer sobre a localização da Usina Siderúrgica**, p. 131; Relator Edmundo Macedo Soares e Silva, novembro de 1940.

Entre as razões apresentadas nos documentos a favor da construção em Volta Redonda, incluem-se a proximidade intermediária dos grandes centros consumidores, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a redução dos custos de transporte ferroviário para os minérios e produtos acabados, a proteção natural proporcionada pela Serra do Mar contra possíveis ataques navais durante a Segunda Guerra Mundial, e as características topográficas favoráveis da planície do Vale do Paraíba, juntamente com a abundância de água doce do Rio Paraíba do Sul.

Werner Baer (1970) também destaca os três estados brasileiros mais influentes - Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais - na escolha de Barra Mansa como local para a construção da CSN, devido à sua localização intermediária entre esses três centros. Além disso, Baer menciona a influência do Interventor do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, que era genro do Presidente na época.

Além dos fatores econômicos relacionados ao custo comercial das matérias-primas, distribuição do produto acabado e logística da malha ferroviária, a escolha de Volta Redonda implicava razões implícitas ligadas às transformações materiais, políticas, sociais e culturais que o “pacto industrialista” traria na construção do complexo siderúrgico da CSN.

Essas “poderosas razões”, embora não detalhadas, apontavam para as novas dinâmicas nas relações entre capital e trabalho que seriam inauguradas pelo estabelecimento dessa indústria. Além dos salários mais baixos durante a construção da CSN, a relação entre capital e trabalho envolvia outras considerações significativas relacionadas ao contexto social da luta de classes, especialmente em um ambiente industrial monopolista como uma grande usina siderúrgica, até então inédita no Brasil, que seria capaz de reunir e concentrar uma grande massa operária.

A CSN constituiu-se como patrimônio da nação brasileira, estratégia hegemônica do pacto industrialista nacional, e essa ideologia exerceu forte determinação na luta de classes em Volta Redonda, condicionando as estratégias, concepções e escolhas do movimento operário sob direção de suas diversas tradições. Para entendermos o processo de formação da classe operária de Volta Redonda, é preciso levar em consideração a dinâmica realmente existente da luta de classes a partir das diversas tradições daquele movimento operário e de suas experiências coletivas acerca da “nova configuração da classe trabalhadora” no final da década de 1970 e início da década de 1980.

As dinâmicas estabelecidas na luta de classes, podem ser compreendidas como traços distintivos da vida operária não se apoiando exclusivamente no processo ou mercado de trabalho, mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores. Devido à forte ligação entre a usina e questões do espaço urbano, surge uma intensa movimentação nos anos 1970 instigada pela necessidade de subsídios de existência, conhecida como a Greve dos “Peões”. As condições de vida e trabalho dos trabalhadores (operários da CSN ou não) nos levou a considerar como estas experiências foram elaboradas no plano identitário individual e coletivo de Volta Redonda, com a atuação de organizações políticas em um contexto histórico específico, de forma a possibilitar as ações ainda mais ativas por parte do sindicato durante a década de 1980 (Bedê, 2007).

4.2.1. A formação da classe trabalhadora: movimentação operária nos anos 1946 a 1989 na Cidade do Aço

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende teve sua origem em 1946, seguindo os princípios do sindicalismo corporativista¹⁰ da época. Nos anos 1940 e 1950, os sindicatos eram fortemente influenciados pelos trabalhistas, especialmente ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que buscavam consolidar uma base sindical sólida em apoio a Getúlio Vargas. Em Volta Redonda, o sindicato mantinha uma relação estreita com o governo federal, e suas principais demandas giravam em torno de questões assistencialistas, como alimentação e folga nos finais de semana. Isso indicava que, na prática, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não atendia plenamente às necessidades dos trabalhadores. Até então, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não participava das eleições sindicais, preferindo concentrar seus esforços nas bases operárias (Veiga; Fonseca; 1990, p. 49).

Morel (1989) ressaltou a existência da necessidade de fixação dos trabalhadores da usina em Volta Redonda. Desde os primeiros anos houve uma grande preocupação com a fixação da mão-de-obra. De 1941 a 1946, período de sua construção, a autora demonstrou como o controle sobre a abstinência do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores foi realizado através de uma relação militarizada, com maior uso de mecanismos coercitivos.

¹⁰ São características do Sindicato Corporativista: 1) Unicidade sindical (sindicato único) 2) representação de toda a categoria 3) todos devem contribuir com imposto sindical 4) reconhecimento e controle do sindicato pelo Estado (Ministério do Trabalho). As consequências disso são: 1) burocratização do sindicato 2) assistencialismo 3) atrelamento político 4) carreirismo 5) conciliação de classe. Para saber mais: Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

A metalúrgica possuía sua própria guarda, criada em 1942, constituída por 22 homens, que atuavam no plano interno e externo da usina. Havia prisões por “mau comportamento” e uso da violência com a intenção de garantir um constante estado de mobilização, o que atribuía ao emprego um caráter de “trabalho compulsório”. Porém, após esse primeiro momento, a relação militarizada decresceu, sendo que muitos dos trabalhadores envolvidos na construção da empresa iriam compor o sindicato, e nesse momento se torna ascendente a preocupação com a organização da “família siderúrgica” e sua proposta de assegurar um controle interno e externo à fábrica sobre os trabalhadores, no entanto, com menor uso de coerção aberta.

Nos anos 1950, a CSN enfrentou uma crise causada pela alteração no sistema cambial e pela perda das isenções tributárias das quais usufruía. A partir desse momento, o papel desempenhado pela siderúrgica na expansão da produção brasileira passou por mudanças em sua estrutura organizacional, bem como em aspectos da gestão de sua força de trabalho que objetivavam tornar mais alta possível a relação de matéria prima/trabalho por ano. Por outro lado, as transformações pelas quais passariam a esfera urbana, ao redor daquela indústria, tencionavam o controle por ela exercido no espaço para além da fábrica e corroboravam no sentido da diminuição deste. Se a urbanização da região, que até 1954 era um distrito do Município de Barra Mansa, havia ocorrido inicialmente em função da empresa, mas ao longo dos anos 1950, os interesses e disputas entre diferentes grupos sociais em surgimento fizeram com que o monopólio da usina sobre o espaço urbano fosse quebrado.

Eder Sader, em sua análise sobre a mobilização dos trabalhadores na grande São Paulo na década de 1970, descreveu o surgimento de algo novo na história social do país, cujo significado não era facilmente compreendido naquele momento. Ele se referiu ao movimento que teve início com as greves de 1978 e se manifestou por meio de diversos movimentos sociais e uma forma de luta operária que ficou conhecida como “novo sindicalismo”.

Entre a década de 1960 e 1970, temos à constituição de um novo pensamento político brasileiro, que percebia a necessidade de homogeneização das classes populares mediante uma ação estatal para a formação de uma nação e a criação de um genuíno espaço público de participação (Sader; Paoli, 1986).

Somente em 1962, quando o PCB assumiu a direção do sindicato, liderado por Lima Neto, no contexto das lutas pelas “reformas de base”¹¹ e em associação com setores

¹¹ As chamadas *reformas de base* eram uma bandeira empunhada pelas esquerdas e pelo próprio presidente João Goulart e desde o início de seu governo, ainda sob o regime parlamentarista, em 1961. A volta do

combativos da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), é que o sindicato conquistou uma maior “independência” em relação à direção da CSN e ao governo federal.

Após o golpe civil-militar de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende tentou reagir, unindo-se à rede que defendia o retorno à legalidade. Entretanto, apesar da convocação de uma greve geral pela CGT, a CSN não aderiu à paralisação. Com a instauração da ditadura civil-militar e as intervenções diretas do regime no sindicato, qualquer forma de organização combativa foi sistematicamente aniquilada. Em Volta Redonda, a repressão foi constante e intensa, especialmente contra sindicalistas, familiares e estudantes.

No dia do golpe, em 1º de abril, os ônibus não circularam na cidade, e os operários da Usina foram ao trabalho em veículos cedidos pela própria empresa. Nesse mesmo dia, houve a substituição da guarda na CSN, com os civis sendo substituídos pelos militares. Noventa e dois metalúrgicos foram demitidos, e alguns sindicalistas na sede foram presos, enquanto o interventor Orlando Alvisse assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos (Revista Primeira Página, 1996, p. 07).

Em 1968, com o recrudescimento da repressão através do Ato Institucional nº 5 (AI-5)¹², os dirigentes do sindicato foram presos e submetidos a torturas¹³, sendo posteriormente substituídos por indivíduos amplamente respaldados pelo regime autoritário. Nesse período, a estreita relação entre a direção da CSN e os militares se intensificou, como evidenciado por uma carta enviada por um diretor da siderúrgica ao alto comando do Exército. Nessa correspondência, destaca-se a importância do batalhão do Exército em Barra Mansa para o controle e segurança de Volta Redonda.

presidencialismo – conquistado no plebiscito de 1963, sobretudo após as pressões de diversos setores da sociedade – trouxe um novo ímpeto à luta. Além das reformas agrária, urbana, universitária, bancária, fiscal, administrativa, também se defendia a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, o direito ao voto para os analfabetos e graduados das Forças Armadas (sargentos e subtenentes), a nacionalização de empresas estrangeiras em setores estratégicos da economia, o controle da remessa de lucros ao exterior e a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

¹² Com o AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram fechados e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de oposicionistas, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”.

¹³ Veiga; Fonseca, 1989. Hilton Meira, que fora eleito presidente do sindicato em agosto de 1968, amigo de Jarbas Passarinho, anti-comunista, também chegou a ser preso e torturado com a decretação do AI-5. Em entrevista a uma revista de Volta Redonda em 1996, Meira afirmou que “eles [os militares] queriam que eu criticasse o pessoal da esquerda e elogiasse eles no programa de rádio que o sindicato tinha aos sábados.” **Revista Primeira Página.** ANO1, nº 7 mar/1996, p.10, 11, 12.

A aproximação entre a direção da CSN e os militares após o golpe de 1964 é ainda mais evidente, pois o documento revela um pedido da CSN para que oficiais de alta patente se mudem de Barra Mansa para Volta Redonda. Essa mudança tinha como objetivo proporcionar aos militares um maior conhecimento da cultura e do modo de vida da “família siderúrgica”, visando aprimorar o controle e a segurança das instalações da Usina Presidente Vargas. O documento também sugere a possibilidade de doação de casas no bairro “Vila Santa Cecília”, destinado aos engenheiros e técnicos da CSN¹⁴, para esses militares. Esse cenário revela a estreita colaboração entre a empresa e o poder militar, consolidando um ambiente de controle e vigilância sobre a comunidade e as operações da usina.

Em 1976, Volta Redonda foi palco da Operação 29 de Abril, que resultou na prisão de Rosalice Fernandes, uma destacada militante política e suplente de deputada federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). À época, ela desempenhava um papel político ativo na década de 1980. O Serviço Nacional de Inteligência (SNI) relatou a descoberta de 20 mil panfletos em sua residência, destinados a atividades de “agitação” política (Revista Primeira Página, 1998, p. 09).

Nesse período, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda estava notoriamente desmobilizado, em parte devido à “gestão corporativo-paternalista da empresa [CSN]” (Graciolli, 2009, p. 47). Além disso, diversos estudos sobre o sindicalismo brasileiro¹⁵, destacam que o Ato Institucional nº 5 contribuiu para a burocratização e o assistencialismo nos sindicatos, caracterizando um período de pacificação dos trabalhadores da Usina durante uma fase difícil de arrocho salarial. Esse contexto coincidiu com um significativo crescimento econômico e concentração de renda no país.

Conforme observado por Marcelo Badaró Mattos em sua tese sobre os Novos e Velhos Sindicalismos (1998), esse período foi marcado pelo esvaziamento do número de filiados nos sindicatos, ao passo que houve um aumento nas estruturas burocráticas, tanto em termos de patrimônio quanto de funcionários. Esse cenário reflete as complexas dinâmicas políticas e sociais que moldaram o sindicalismo brasileiro naquele período específico.

¹⁴ Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Caixa 1.

¹⁵ Entre eles citamos: GRACIOLLI, Edílson. 2009, p. 49; MATTOS, Marcelo Badaró, 1998; CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Década Neoliberal e a crise dos Sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003; BOITO JR, Armando. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

(...) o atrelamento ao governo militar aparece, de forma evidente, quando se apresentam reivindicações econômicas como o controle do custo de vida ou resolução dos conflitos no campo via “Estatuto da Terra”. Os termos usados para apresentar essas reivindicações são inequívocos: “colaboração eficiente junto aos poderes governamentais” ou “apoio aos esforços do Sr. Presidente da República”. A vinculação desses dirigentes às entidades do sindicalismo internacional controladas pelos sindicatos norte-americanos fica também explícita nas resoluções que pregam a ação conforme os planos da Aliança para o Progresso e o assessoramento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADSL). (Badaró, 1998, p.133 e 134)

Com a repressão ao regime ditatorial sufocando as resistências e a economia mostrando sinais de que o crescimento robusto do início da década estava diminuindo, a ditadura deu início a uma fase de “abertura política”, com o apoio dos setores conservadores da economia e da política nacional. É nesse contexto histórico que os movimentos sociais começaram a se reorganizar e a lutar, após o enfraquecimento da resistência/ofensiva guerrilheira de 1968 a 1973.¹⁶

Segundo as visões conservadoras, esse espaço de criação levaria necessariamente à proletarização e formação de uma identidade social e política de classe. Segundo a esquerda, hegemonizada pelo PCB, algumas possibilidades sobre esse processo de modernização, orquestrado pelo Estado, pareciam impossíveis devido aos constantes fluxos migratórios e permanente tendência à heterogeneidade dos trabalhadores, o que dificultaria os processos de identificação de classe.

Desta maneira, durante os anos de 1970 e 1980, revelaram-se estudos que reforçavam a preocupação com a percepção da construção de um espaço autônomo de atuação política por parte dos trabalhadores, ao longo de sua história, assim como combatiam as definições econômicas na concepção de classe social, segundo as quais o lugar ocupado na estrutura social se refletiria em uma esfera política e cultural.

Nesse mesmo período, em Volta Redonda, dois eventos cruciais moldaram significativamente o rumo da cidade para as décadas seguintes: a chegada do Bispo D. Waldyr Calheiros e a terceira expansão da Usina Presidente Vargas. A expansão industrial atraiu milhares de famílias do interior do país, que se deslocaram para Volta Redonda em busca de oportunidades. Com o término das obras, essas famílias passaram a ocupar terras nos arredores da cidade.

¹⁶ Mais de quarenta organizações revolucionárias clandestinas atuaram no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Vale destacar que a opção pelas armas por boa parte das esquerdas brasileiras não começou apenas em 1968. Aliás, embora pouco expressivas e fracassadas, as tentativas de desencadear a luta armada no Brasil foram anteriores a 1964 (Veiga; Fonseca. 1989. p. 43).

Paralelamente, a presença e atuação do Bispo D. Waldyr fora marcante, pois ele se destacou como um defensor dedicado da população carente da cidade. Sua postura alinhava-se com os princípios da Teologia da Libertação, tornando-se um signatário importante desse movimento. A chegada do bispo e a expansão industrial não apenas transformaram a paisagem física de Volta Redonda, mas também deixaram um impacto duradouro na dinâmica social e cultural da comunidade local.

Ao chegar na cidade operária, D. Waldyr se deparou com o fato de os principais líderes sindicais da região estarem presos ou refugiados. A partir daí ele dá início a um bispado com uma nova orientação, diferente da de seu antecessor. Cada vez mais alinhado às ideias propagadas no Concílio Vaticano II e animado pelas experiências progressistas que se disseminavam por todo o Brasil no interior da Igreja, o então bispo de Volta Redonda realiza como uma de suas primeiras medidas no novo cargo a descentralização das atividades da diocese e cria 105 pequenas comunidades onde incentivava a discussão de problemas de ordem cotidiana (moradia, escola etc.), embrião das Comunidades Eclesiais de Base. Segundo ele era a postura da nova forma de ser Igreja, a “fé aplicada à vida”, como se refere. (Estevez, 2011. p. 04)

Não apenas em Volta Redonda, mas em várias partes do Brasil, especialmente em áreas altamente industrializadas como o ABC paulista – região metropolitana de São Paulo, que se tornou intensamente industrializada a partir da década de 1950, composta pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, começaram a surgir lideranças que buscavam se distinguir do sindicalismo oficial vinculado ao Estado autoritário. Essas novas lideranças e oposições emergiram de diversas fontes, incluindo universidades e imprensa alternativa, como a Voz Operária do PCB e O Pasquim, que criticavam o sindicalismo populista, reformista e conciliatório que prevalecia até então (Badaró, 1998). Esse movimento refletiu a busca por uma abordagem mais crítica e independente, alinhada aos ideais de autonomia sindical e resistência ao autoritarismo estatal.

Na luta contra o arrocho salarial e a superexploração decorrentes de quase duas décadas de regime autoritário, as oposições ao Sindicalismo de Estado ganharam força no final da década de 1970. Em Volta Redonda, o nível de exploração na siderúrgica era tão significativo que a primeira greve ocorrida dentro da CSN em 1978, liderada pelos trabalhadores da construção civil de empreiteiras contratadas, foi motivada pela melhoria na qualidade da alimentação. Na ocasião, surgiu uma oposição dentro da CSN que questionava o tipo de sindicalismo praticado no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, alterando assim os rumos dos movimentos sociais na cidade.

Simultaneamente, a nível nacional, greves no ABC paulista, a formação do Sindicato dos Professores e congressos da classe trabalhadora, como o CONCLAT, refletiram um movimento crescente de rejeição ao modelo de desenvolvimento econômico.

Esse período marcou uma luta por um tipo de sindicalismo baseado nas comissões de fábrica, que buscavam autonomia em relação ao Ministério do Trabalho. Os grupos mais combativos criticavam a falta de uma atuação “classista” e a falta de organização na base, além da postura considerada apolítica dos dirigentes sindicais da época. Em Volta Redonda, o papel da “empresa-mãe”, vista como responsável pelo “desenvolvimento nacional”, foi identificado por Graciolli (2009), Sandra Mayrik Veiga e Isaque Fonseca (1990) como um dos fatores que retardaram o movimento combativo:

Em Volta Redonda esse processo começa um pouco mais tarde, talvez em função da sua própria história que sempre foi muito marcada pela repressão militar; esta deixou marcas profundas, enraizando o medo. Em 1978 – aglutinando setores da Igreja Católica, operários independentes e algumas lideranças antigas – nasce a oposição sindical. Esta começa a se reunir nas igrejas; mas de imediato não consegue empolgar a categoria.

O presidente do sindicato era Waldemar Lustosa, junto com Sabiá, José Israel, Odir etc. O sindicato estava nas mãos de uma “pelegada” há nove anos. Quem negociava pela empresa era o diretor industrial Hélio Haydt, e a presidência da CSN estava entregue a um militar, general Benjamim Batista. Foi uma época ruim para os trabalhadores, que não tinham para onde correr. Os acordos eram feitos a bel-prazer da empresa, mas de uma forma armada para não deixar o sindicato muito mal. Para se comunicar com o interior da usina o sindicato utilizava a figura do delegado sindical, que exercia o papel de correia de transmissão da política da direção sindical, distribuindo inclusive os cartões de consultas médico-odontológicas e convites para festas. (Veiga; Fonseca. 1990, p. 47 e 48)

No final da década de 1970, a oposição sindical em Volta Redonda, composta por diversas correntes políticas, religiosas e de posseiros, entre outras, se reunia na Igreja do bairro Conforto, com o apoio do então bispo da cidade, Dom Waldyr Calheiros. A Igreja Católica desempenhou um papel crucial em aglutinar e politizar não apenas os operários, mas também uma ampla parcela dos moradores pobres do município. Durante essa década, além da formação das Comunidades Eclesiais de Base, surgiram a Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude e a Comissão de Direitos Humanos, que se envolveu na luta pela anistia e se vinculou à retomada da luta dos metalúrgicos.

Nas eleições sindicais de 1980, a oposição sindical saiu derrotada nas urnas, apesar das denúncias – não comprovadas – de fraude eleitoral. No entanto, como observado por Graciolli, o saldo organizativo construído nessa eleição foi de grande importância para os embates futuros (Graciolli, 2009, p. 67). Durante esse período, a oposição sindical começou a

se fortalecer na cidade e dentro da fábrica, ouvindo as demandas dos operários, que eram numerosas, dada a gestão sindical anterior amplamente favorável aos interesses patronais. Apesar da fragmentação do movimento oposicionista nas eleições sindicais de 1983, a oposição liderada por Juarez Antunes saiu vitoriosa.

Durante as eleições, a união da chapa 4 e chapa 5, que saiu vencedora, promoveu uma grande mudança e uma nova articulação política no sindicato e na cidade. O jornal *A Verdade*, órgão do sindicato, refletiu essas mudanças de forma clara: publicava artigos convocando os metalúrgicos a se filiarem ao sindicato, destacando a importância da filiação e apresentando o sindicato como um instrumento de luta e reivindicações. Além disso, o jornal denunciava as péssimas condições de trabalho em alguns setores da Usina, como a coqueria.¹⁷

O periódico também evidenciava uma nova articulação entre o sindicato e os movimentos sociais da cidade, especialmente nos bairros. Por meio do jornal, o sindicato compartilhava informações de outros sindicatos, como o dos professores – na época ainda chamado de CEP (Centro Estadual dos Professores) – e ressaltava a importância dos metalúrgicos se envolverem nos bairros por meio das associações de moradores. Além disso, buscava promover o papel das mulheres, esposas dos trabalhadores, na construção da luta.

Esses aspectos introduzidos pela vitória da Oposição Sindical foram fundamentais para a construção de uma unidade de ação dentro do município de Volta Redonda, que culminaria em mobilizações extraordinárias poucos anos depois. Como observado por Graciolli (2009):

As transformações decorrentes da vitória da proposta do Novo Sindicalismo, em Volta Redonda, não se restringiam àquela categoria específica de trabalhadores. Seu âmbito incluiu outros movimentos, como o de moradores, fornecendo novos contornos a uma peculiaridade de Volta Redonda, (...) ou seja, a de que o espaço urbano também se colocava como terreno para as reivindicações dos siderúrgicos da CSN. (Graciolli, 2009, p. 73)

No ano de 1983, a Oposição Sindical obteve a mobilização necessária para deflagrar uma greve na Siderúrgica Barbará em Barra Mansa, utilizando carros de som, campanhas de sindicalização promovidas pelos boletins editados três vezes por semana pelo sindicato, e, é claro, o jornal *A Verdade*, publicado mensalmente. Vale ressaltar as péssimas condições de trabalho e renda desses trabalhadores, que contribuíram significativamente para o sucesso da nova política empreendida pelo sindicato (Graciolli, 2009, p. 70 e 71).

¹⁷ Coque é um produto derivado do carvão mineral. O carvão é aquecido em altas temperaturas para perder umidade, gases (muitos deles tóxicos) em local fechado (com passagem para os gases). O resíduo resultante é o coque. A coqueria seria a grande estrutura de fornos para a produção de coque, um produto utilizado para a fabricação de ferro gusa (que dará origem ao aço ou ferro) junto com a carga metálica em altos-fornos.

No mês seguinte à posse da nova diretoria sindical, em setembro de 1983, o sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), definindo seu campo de atuação no Novo Sindicalismo (Graciolli, 2009, p. 70). Nesse período, tanto a CUT quanto o PT (Partido dos Trabalhadores), embora formados por diversas correntes políticas, compartilhavam o horizonte comum do socialismo. Isso foi evidenciado no caderno de teses para o 1º Congresso da CUT em agosto de 1984, onde a CUT aprovou a democracia interna, seu caráter classista, a ação sindical contra a opressão, a organização por ramo, eleições livres, abolição do imposto sindical, ampliação da sindicalização e prioridade na base (Badaró, 2002, p. 68).

Em 1984, ocorreu a primeira greve na CSN em Volta Redonda, demonstrando o aumento da força da organização do movimento que vinha crescendo desde o final da década de 1970. Nesse período e até pouco depois da privatização da empresa em 1993, a CSN era o principal gerador de empregos na cidade, sendo o sustento para o comércio e as escolas particulares, que dependiam dos salários pagos pela empresa. A cidade tinha uma mentalidade de que a CSN era patrimônio da população, dada sua importância histórica e econômica desde a fundação.

O sindicato, em parceria com os setores progressistas da Igreja Católica na cidade, conseguiu se organizar nos bairros por meio das associações de moradores e dos Grupos de Posseiros. Essa abordagem permitiu ao sindicato envolver todo o tecido social na defesa das reivindicações operárias.

A quebra do tabu de que não havia greve na CSN ocorreu com a greve de cinco dias entre 20 e 24 de junho de 1984. Foi uma greve de ocupação, com 22.000 operários dentro da fábrica, demonstrando que o período de passividade havia terminado. Apesar da presença do exército, o principal objetivo era evidenciar para os operários que a CSN poderia ser mantida por eles. Conforme destaca Graciolli (2009, p. 78), o saldo positivo foi a introdução da greve como instrumento de luta. Até 1990, as greves na CSN foram greves de ocupação, exigindo um alto nível de organização, como demonstrado pelos metalúrgicos da CSN nesse período. O historiador Marco Aurélio Gandra aponta os motivos para a ocupação da Usina Presidente Vargas (UPV).

O período de 1984 a 1986 foi tumultuado nacionalmente, com o fracasso do movimento pela eleição direta para presidente, a morte prematura do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves e o fracasso do plano cruzado. Em Volta Redonda, nas eleições municipais de 1985 – as primeiras eleições diretas desde 1972, quando a cidade

foi considerada área de segurança nacional – o Partido dos Trabalhadores escolheu Edson Santana como candidato. Diante disso, Juarez Antunes, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, deixou o PT e filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), favorecendo a vitória do candidato do PDT, Marino Clinger Netto. Isso evidenciou divergências internas sobre a concepção do trabalho do sindicato:

De um lado, um grupo defendia que a ênfase deveria se dar na organização e mobilização dos trabalhadores, priorizando-se a criação de comissões de fábrica; de outra parte, havia um grupo de diretores que se preocupava mais com a dimensão carismática em torno de Juarez, que, inegavelmente, gozava de expressivo apoio junto aos trabalhadores. (Graciolli, 2009, p. 79)

Em 1985, após negociações entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a direção da CSN, foi criada a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), que se mostrou muito útil para as mobilizações e organização dentro da Usina, pois seus membros possuíam estabilidade no emprego. Uma paralisação de um dia em dezembro de 1985 visava melhorar a cesta de Natal dos operários, demonstrando o acúmulo de forças obtido nessa primeira metade da década de 1980. Esse período viu não só o fortalecimento do movimento sindical, com o surgimento do Novo Sindicalismo, mas também o surgimento de novas formas de luta populares, como movimentos feministas e ecológicos, que enfrentavam o Estado Autoritário, ainda que de forma fragmentada.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, aproximadamente 80 Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram em Volta Redonda, formando centenas de militantes populares. Nesse período, foram fundadas cerca de 40 associações de moradores na cidade. Essa efervescência culminou com a formação da CPU (Comissão de Posseiros Urbanos), cuja maioria dos membros provinha das associações de moradores. Dada a dificuldade de urbanização devido à topografia acidentada da cidade, surgiram inúmeros núcleos de posse, liderados primeiramente pelo CPU e, posteriormente, pelo CONAM (Conselho das Associações de Moradores), no final da década de 1980. Todo esse movimento social girava em torno do PT e do PDT, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos.

Sob esse contexto de mobilização popular e aumento da organização da população mais carente da cidade, as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos em setembro de 1986 contaram com 24 mil sindicalizados, em comparação com os 12 mil de 1983. A Chapa 1 obteve expressivos 86,3% dos votos e continuou seu processo de mobilização, com amplo respaldo nas bases. Em outubro de 1986, o Sindicato organizou uma greve dos operários da CSN contra o Plano Cruzado. O Exército interveio e encerrou a greve. Em dezembro daquele

ano, uma greve geral foi deflagrada no país, e novamente o Exército ocupou a usina em Volta Redonda para forçar os metalúrgicos a retornarem ao trabalho. Em agosto de 1987, outra greve geral ocorreu no país, reprimida pelo Exército em Volta Redonda, enquanto teve pouca expressão em outras regiões do Brasil. O historiador Marco Aurélio Gandra (2009) analisa esta greve da seguinte forma:

Na greve geral de 20 de agosto de 1987, que fracassou no país, mas foi forte em Volta Redonda, a repressão foi extrema: escaramuças com soldados, na usina e na cidade, demissão de ativistas e até de “cipeiros”¹⁸ (que tinham estabilidade), proibição de diretores do sindicato entrarem na usina, desmantelamento da greve. Mas o que explicaria, apesar da quebra da organização imposta pela CSN, que um ano depois os trabalhadores fizessem uma greve que, informada pelos acontecimentos nacionais, também ajudou a determinar a conjuntura política brasileira? Lembramos que a demissão de ativistas, cipistas e diretores gerou um efeito colateral (na perspectiva da empresa), que foi a luta pela readmissão. Fortalecida pela determinação aprovada na nova Constituição, tornou-se um dos pontos nevrálgicos para a eclosão da greve de 1988, quando exército invadiu a cidade e a usina e matou três operários. (Gandra, 2009, p. 98)

A greve de 1987 e a repressão desencadeada por ela fortaleceram ainda mais o sentimento de mobilização da categoria metalúrgica e da cidade como um todo contra a política oficial. Isso ocorreu em meio aos sucessivos fracassos dos planos econômicos do governo federal, que impunham constantes perdas salariais. Em 1987, houve novas demissões com o objetivo de enfraquecer o sindicato dentro da Usina. Em maio de 1988, uma paralisação de 100% dos funcionários da UPV foi reprimida pelo Exército, gerando tensão entre operários e militares.

Com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, que estabelecia o turno de 6 horas para os trabalhadores, os operários da CSN passaram a lutar pela implementação da lei, somando-se à luta contra o arrocho salarial e a perseguição das lideranças sindicais. Diante da falta de resposta às suas reivindicações, a categoria decretou uma nova greve em 4 de novembro de 1988, efetivamente iniciada em 7 de novembro. Inicialmente, o Batalhão do Exército de Barra Mansa foi acionado, mas evitou invadir a usina devido a muitos soldados terem parentes lá.

No dia 9 de novembro, um batalhão vindo de Petrópolis ocupou a cidade, aterrorizou a população, invadiu a UPV e resultou na morte de três operários. Esse episódio repercutiu globalmente e influenciou diretamente as eleições para prefeito em todo o Brasil, realizadas

¹⁸ Cipeiro ou Cipista vem de CIPA, sigla da Comissão Interna Para Prevenção de Acidentes. Os membros dessa comissão eram eleitos pelos operários e muitos deles possuíam envolvimento sindical.

em 15 de novembro de 1988. Em Volta Redonda, Juarez Antunes (PDT) venceu com ampla maioria, assim como outros candidatos do PT em diferentes cidades do país.

Entretanto, a greve também deixou sequelas negativas para o movimento social de Volta Redonda, com setores conservadores defendendo abertamente, através da imprensa, a privatização ou o fechamento da CSN. Mesmo com a morte polêmica de Juarez Antunes em fevereiro de 1989, o Sindicato dos Metalúrgicos continuou o projeto de esquerda a partir de sua base. A vitória de Wagner Barcelos em 1989 demonstrou o desejo da base operária de avançar nas reivindicações, na politização e conscientização.

Ao mesmo tempo, a eleição evidenciou as disputas políticas e pessoais internas ao sindicato. Nacionalmente, a vitória de Fernando Collor de Mello em 1989 nas eleições presidenciais, as primeiras diretas desde o fim da ditadura, colocou como prioritária a privatização das estatais, especialmente da CSN, buscando aniquilar o movimento social em Volta Redonda e articular uma alternativa ao sindicalismo combativo.

4.3. Greve de 1988 e O Memorial 9 de Novembro: Um lugar de memória dos trabalhadores

Eder Sader, em sua análise sobre a mobilização dos trabalhadores na grande São Paulo na década de 1970, descreveu o surgimento de algo novo na história social do país, cujo significado não era facilmente compreendido naquele momento. Ele se referiu ao movimento que teve início com as greves de 1978 e se manifestou por meio de diversos movimentos sociais e uma forma de luta operária que ficou conhecida como “novo sindicalismo”.

Entre a década de 1960 e 1970, temos à constituição de um novo pensamento político brasileiro, que percebia a necessidade de homogeneização das classes populares mediante uma ação estatal para a formação de uma nação e a criação de um genuíno espaço público de participação (Sader; Paoli, 1986).

No contexto dos anos 1970 e 1980, os estudos emergentes fortaleciam a preocupação com a autonomia política dos trabalhadores, desafiando as definições econômicas tradicionais de classe social. Essas pesquisas questionavam a ideia de que a posição na estrutura social automaticamente se traduziria em influência política e cultural.

Essa inquietação ganhou vida na forma de uma greve, que começou em 7 de novembro, com reivindicações centrais de aumento salarial e implementação do turno de 6 horas, conforme estabelecido pela Nova Constituição. Simultaneamente, os trabalhadores

buscavam desafiar a gestão autoritária da empresa. Contudo, em menos de 48 horas, a fábrica foi cercada por aproximadamente 2 mil soldados, confrontando um considerável contingente de operários que a ocupavam.

A situação atingiu seu ápice na madrugada do nono dia, quando os trabalhadores se encontraram sob a ameaça direta dos canhões do Exército. No mesmo dia, uma operação militar invadiu a usina, resultando na trágica morte de três operários e vários outros feridos. Este evento dramático destacou a tensão entre a busca por autonomia política dos trabalhadores e a resposta autoritária do Estado à manifestação de suas demandas.

Apesar da severa repressão, os trabalhadores optaram por manter o movimento em assembleias realizadas dentro e fora da fábrica. Entre os dias 10 e 23 de novembro, período que abrangeu toda a greve, destacaram-se os funerais dos operários mortos, as extensas marchas em direção ao cemitério, cerimônias religiosas conduzidas pela ala progressista da Igreja Católica local e o apoio de várias entidades em solidariedade aos trabalhadores. Durante essa fase de mobilização fora das instalações da fábrica, as manifestações contaram com a participação ativa das associações de moradores e da Frente Popular e Sindical de Volta Redonda, que congregava diversos segmentos organizados da cidade.

A última assembleia ocorreu em 23 de novembro, reunindo 30 mil pessoas, entre operários e populares. A decisão de encerrar a greve foi aprovada, condicionada à retirada do Exército do interior da usina. Embora as reivindicações tenham sido parcialmente atendidas, com a saída das tropas militares da CSN, os trabalhadores retornaram ao trabalho. Em Volta Redonda, na década de 1980, após a vitória do grupo de oposição sindical em 1983, o sindicato se afiliou à CUT no mesmo ano, desencadeando uma série de greves na empresa.

De 1984 a 1988, a usina registrou ocorrências de oito greves, todas elas sujeitas a intervenções militares em diferentes graus. Durante esse período, sob a gestão de uma nova diretoria, observamos a atuação do sindicato local dentro do contexto do “novo sindicalismo”. A criação da CUT em 1983 e do PT em 1980 são consideradas extensões desse movimento, que buscava emancipar-se da tutela estatal e conquistar autonomia em relação aos partidos políticos. As ondas grevistas de 1978 e 1979 são reconhecidas como momentos-chave em sua emergência.

A participação popular nestes eventos foi sempre notável. Na greve de 1984, que foi a primeira do ciclo mencionado, a usina foi ocupada por mais de 20 mil homens por cinco dias consecutivos. As famílias que se concentravam em frente à entrada principal forneceram

alimentação, e esse episódio, de acordo com uma liderança significativa da época, “parecia mais uma festa popular” (Veiga; Fonseca; 1990, p. 54).

A greve dos trabalhadores da CSN realizada em novembro de 1988 na cidade de Volta Redonda, pode ser considerada um importante marco das lutas realizadas pelos trabalhadores localmente e nacionalmente no contexto do processo de redemocratização. O ano de 1988 marca a história política do país como o ano da promulgação de uma nova Constituição Federal, quando, em 5 de outubro, a classe trabalhadora recebe os resultados das lutas empreendidas por mais de uma década.

Dispondo como principais reivindicações a cobrança de reajustes salariais com base no índice de inflação divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), jornada de trabalho de 40 horas de trabalho semanais, através da efetivação de uma conquista presente no Art. 7º da Constituição Federal (o turno de 6 horas), readmissão dos demitidos, pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) do plano Bresser, instauração de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), divulgação do sistema de cargos e salários da empresa, além de pressionar por mudanças no perfil autoritário da gestão da empresa e o fim da perseguição à atividade sindical.

A greve se iniciou no dia 7 de novembro e em menos de 48 horas cerca de 2 mil soldados se posicionaram em torno da fábrica, ocupada por um grande número de trabalhadores. Na madrugada do dia nove estes operários permaneceram sob a mira dos canhões do Exército e neste mesmo dia uma operação militar de invasão à usina foi deflagrada.

No dia 9 de novembro, o Exército e a Policia Militar (PM) tutelados pelo governo de José Sarney, começaram a dispersar a população no bairro Vila Santa Cecília, invadindo a empresa com o objetivo de retomá-la. Em meio à ação militar, três operários foram mortos pelas forças de segurança: Carlos Augusto Barroso (19 anos), William Freitas Monteiro (22 anos) e Walmir Fernandes Leite (27 anos). Em relatos reunidos pela Comissão da Verdade de Volta Redonda (CMV/VR), o então advogado trabalhista que estava à frente da direção de base do sindicato na época, Vanderlei Barcelos, contou que além dos mortos, cerca de cem feridos completou o saldo da operação militar contra os grevistas.



Figura 18: Capacete e parte da massa encefálica do operário William Freitas Monteiro, morto com um tiro na cabeça, na torre de refrigeração. CMV/VR 2010-2013.

Após o ocorrido, os grevistas radicalizaram o movimento, decidindo por mantê-lo até o dia 20. Representantes do governo Sarney e do movimento grevista se reuniram sem muito êxito em traçar um acordo, o que levou o então ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, ameaçar o fechamento da empresa.

Em tempos de mobilização fora da fábrica as manifestações contavam com a participação de associações de moradores e da Frente Popular e Sindical de Volta Redonda, a qual unia os seguimentos organizados da cidade. No dia 23 de novembro uma nova assembleia é realizada e os operários decidem pelo fim da greve, após o esgotamento do movimento e da repercussão internacional que ele havia atingido devido à intervenção do Exército.

O período que vai do dia 10 ao término da greve, dia 23 de novembro, é marcado pelo enterro dos operários assassinados, por grandes passeatas até o cemitério, celebrações religiosas presididas pela ala progressista da Igreja Católica local com a presença do bispo emérito Dom Waldir Calheiros e pelo engajamento de outras entidades em defesa dos trabalhadores.

Após a conquista de parte das reivindicações, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e líder grevista Juarez Antunes foi eleito prefeito de Volta Redonda. A greve teve repercussão nacional, sendo os mortos homenageados por sindicatos e militantes de esquerda em todo o país. É apontada como um dos fatores que impulsionaram a eleição de políticos de esquerda ligados ao movimento sindical.

Durante os 51 dias de governo de Juarez Antunes frente à Prefeitura, de Volta Redonda, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPU), foi encarregado de elaborar um projeto paisagístico para a antiga Praça General Edmundo Macedo Soares, localizada em frente passagem superior que é a entrada principal da CSN, com propósito de receber o projeto arquitetônico do Memorial 9 de Novembro. A construção do Monumento foi assumida pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, ao custo de 69 mil Cruzados Novos, convertidos atualmente para 7 mil reais de acordo com o cálculo do Banco Central. Segundo alguns depoimentos presentes na CMV/VR, o pedido e as gestões junto ao arquiteto Oscar Niemeyer, para elaboração do projeto, foram feitos por Jesse Jane.

A praça onde foi instalado o monumento foi rebatizada com o nome do prefeito sindicalista, em substituição ao nome de Edmundo de Macedo Soares, militar e engenheiro responsável pela instalação da CSN, nos anos 1940. Juarez Antunes havia falecido em fevereiro de 1989, dois meses após sua posse, num acidente de carro em circunstâncias até hoje não esclarecidas, causando grande comoção e indignação no meio operário.

Em 1º de maio de 1989 foi inaugurado o Memorial 9 de Novembro. O evento de inauguração do Memorial contou com a presença de milhares de pessoas. Naquele Primeiro de Maio, a CUT definiu que Volta Redonda seria o epicentro das mobilizações e manifestações sindicais. Além de milhares de ativistas de todo o país, o evento contou com a presença de figuras importantes do sindicalismo e da política nacional, como o então presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, e de Luis Carlos Prestes, histórico líder comunista.

O Memorial 9 de Novembro foi projetado por Oscar Niemeyer – que já havia projetado, a pedido do grupo Tortura Nunca Mais (RJ), um Monumento Contra a Tortura, construído em 1989, no largo da Praça do Passeio, na cidade do Rio de Janeiro – em homenagem aos três trabalhadores mortos na greve de 1988.

Em entrevista para repórter Eva Spitz, do Jornal do Brasil (1989), presente no relatório da CMV/VR, Niemeyer faz uma declaração referente ao pedido feito pelo sindicato para projeção do projeto do Memorial:

Foi com o maior empenho que recebi do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a incumbência de projetar esse monumento. Como ocorreu ao desenhar o monumento contra a tortura, procurei caracterizá-lo pela violência. Violência que durante anos pesou sobre o nosso país e, agora se repetia com a morte de três bravos trabalhadores, naquele revoltante episódio de 9 de novembro de 1988. (Calheiros, 2013-2015, p. 551 e 552)

O projeto urbanístico do monumento desenhado por Niemeyer foi realizado sob a responsabilidade da arquiteta Cláudia Virgínia Cabral de Souza, presidente do IPPU, e sua equipe de arquitetos, Guilherme Abreu Toledo e Silvana Sobral Pinto Dias.

O monumento feito em concreto, medindo 2,50 metros de altura, possuía uma placa também em concreto de 3 metros de altura onde se encontram gravados a silhueta de três corpos em baixo relevo, também na vertical, sendo esta placa transpassada por uma lança de concreto de 6,76 metros no ponto central da estrutura, onde um triângulo vermelho sugeria sangue. O monumento ficou sobre um espelho d'água, refletindo seus contornos. Abaixo dos corpos, uma faixa vermelha sinuosa foi exibida. O arquiteto pediu ainda que se colocasse a seguinte frase em uma placa: “Um monumento àqueles que lutam pela Justiça e pela Igualdade” (Calheiros, 2013-2015, p. 553 e 554).

No dia seguinte à inauguração, por volta das três horas da manhã, o local foi parcialmente destruído por um atentado à bomba. Com a explosão, o memorial, composto por um bloco de concreto, tombou para frente, ficando preso apenas pelos vergalhões.

Anos mais tarde, o ex-capitão do Exército Dalton Roberto de Melo denunciou o general Álvaro de Souza Pinheiro como mandante do atentado ao monumento. Segundo o ex-capitão Dalton, o Exército considerou o Monumento uma afronta contra os militares e que a população estaria criando mártires do movimento sindical. “A destruição do Monumento foi obra de uma missão de um comando do Batalhão das Forças Especiais”, afirma o documento, que tem 589 páginas. Pinheiro, assim como os responsáveis pela ação militar contra os grevistas, jamais foi punido.

A CMV/VR concluiu que dois bicheiros cariocas forneceram três explosivos para realizar o atentado no Memorial, desviados das pedreiras e transferidas para o paiol do Batalhão da Força. A investigação do atentado é o último caso entre os 14 escolhidos pela comissão para serem investigados. O relatório, que durou dois anos para ser finalizado, afirma categoricamente que: “Os explosivos eram dinamites de pedreira que foram obtidas através de bicheiros do Rio (Castor de Andrade) e da Baixada Fluminense (Anízio Abraão), pois havia uma aliança com as Forças Especiais dos Exércitos e a Polícia Federal para combater as quadrilhas e organizações de traficantes que ameaçavam a supremacia dos bicheiros” (Calheiros, 2013-2015, p. 564 e 565), afirma o documento, que teve como coordenador de pesquisa o historiador Edgar Bedê.

A reconstrução do monumento foi de responsabilidade do Sindicato, tarefa assumida por Luiz de Oliveira Rodrigues e Albano, pois nenhuma construtora na região se propôs a se associar a uma obra da esquerda política, alegando receber ameaças anônimas. O monumento

foi reerguido com o financiamento de bônus e doações da população. Um grupo com em média 700 pessoas foram se revezando no trabalho entre os dias 8 e 12 de junho de 1989. Luiz Rodrigues e Albano – militantes do sindicato dos trabalhadores, juntos ao um grupo de metalúrgicos ativistas e voluntários, com conhecimento de construção civil, alugaram dois guindastes para reerguer e restaurar o Memorial de 18 toneladas de concreto armado.

Niemeyer foi convidado a projetar a reconstrução do monumento destruído, porém, ao invés da restauração do monumento, o arquiteto propôs que a obra fosse mantida tal como estava, em memória de mais um ato de autoritarismo e repressão do Estado. Assim, a pedido do próprio Niemeyer a obra foi reerguida, mantendo parte de sua destruição, como forma de demonstrar a todos que a arte e a democracia podem parecer frágeis, mas são resistentes e talvez eternas. Complementando a placa inicial que foi destruída no atentado, o arquiteto pediu que a seguinte frase fosse acrescentada ao memorial: “Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e liberdade” (Niemeyer, 1998, p. 209 e 210).

Nas próprias palavras do artista, em uma das suas obras:

A quarta [escultura] foi o monumento pedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos, lembrando os três operários mortos pela reação. E o fiz tão contestador que o explodiram, no mesmo dia da sua inauguração. Era à direita que surgia com suas bombas e seus desesperos, e com tal violência que até as vidraças dos prédios vizinhos ficaram em pedaços. Apesar das ameaças e cartas recebidas, propus que o pusessem de pé outra vez, com as fraturas à mostra e esta frase que redigi: "Nada, nem a bomba que destruiu este monumento, poderá deter os que lutam pela justiça e liberdade". E o monumento lá permanece, depois de guardado durante três dias pelos operários da metalúrgica. (Niemeyer, 1998, p. 209-210).

Desta forma, o memorial foi reinaugurado em 12 de junho de 1989. A lança que atravessava o meio do monumento ficou rente ao chão, como queria o arquiteto. As marcas do Memorial marcam a segunda morte dos operários como cita um trecho da CMV/VR: “A primeira morte foi real por violência bélica de tropas do Exército no dia 9 de novembro de 1988 contra os metalúrgicos na Usina da CSN. A segunda morte foi simbólica com a explosão terrorista do monumento no dia 2 de maio de 1989” (Calheiros, 2013-2015, p. 560).

Pierre Nora, em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* (1993), destaca que as sociedades de hoje, vivendo sob uma espécie de presente contínuo, estão em processo de ruptura com seu passado. Nora observa que as chamadas sociedades-memória, grupos que asseguravam a conservação e transmissão das tradições, como a família, a Igreja, a escola ou o Estado, estão atualmente em crise devido ao fenômeno da mundialização, da democratização, da massificação, da mediatização. Desse modo, a curiosidade pelos lugares onde ela se cristaliza está ligada a um processo de ruptura com o

passado. Existem lugares de memória como extensão de outros meios de memoração, visto que, conservar a nossa memória, é um dos motivos para lhe consagrar lugares.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. (Nora, 1993, p. 7)

De acordo com Francisco das Chagas Júnior, o patrimônio foi incorporado à esfera pública e às humanidades “como forma social de afirmação política de comunidades variadas” (Júnior, 2015, p. 247).

Os "lugares de memória" têm em suas representações materiais uma poderosa capacidade de evocar lembranças e narrativas históricas, conectando o presente com o passado e transmitindo significados culturais e emocionais. O pesquisador Roberto Lobato Corrêa (2005), afirma que esses materiais não são apenas objetos estéticos, mas de certa forma, intencionalmente dotados de sentido político. Como “representações materiais de eventos passados” eles carregam simbologias que vão além do concreto e armações metálicas de que são fabricados, e neles estão concentrados sentidos que comunicam interpretações da realidade, sob um ponto de vista temporal (Corrêa, 2005, p. 10).

Diferenças de classe e raciais, muitas vezes apresentando-se unidas, geraram ao longo da história humana inúmeras oposições e conflitos. A segregação residencial é uma expressão social e espacial dessa oposição e, muitas vezes, base para conflitos. Os monumentos e sua localização dão visibilidade a essas oposições e conflitos, seja porque marcam posição de supremacia racial e/ou social, seja porque traduzem contestação por parte de um grupo face a um outro.

A localização de um monumento no espaço urbano tem um sentido político, suscitando debates sobre a relação do espaço e o monumento. O debate ganha força quando se trata de localizar monumentos de heróis que representam causas conflitantes. Corrêa (2005) ressalta em sua obra, citando Leib (2002), um estudo sobre o monumento em homenagem a Arthur Ashe em Richmond, Virginia, nos Estados Unidos. Leib destaca que o monumento é dedicado a um negro, tenista renomado e defensor dos direitos civis, construído pelo movimento negro. Vale ressaltar que já havia uma escultura inaugurada do general Robert Lee, herói confederado da Guerra de Secessão.

A inauguração da estátua de Ashe na mesma avenida onde se encontrava a estátua de Lee, causou grandes manifestações para a retirada do monumento dedicado a um negro, por

estar localizado próximo a um símbolo dos valores conservadores do Sul. O ocorrido acabou gerando um debate, sobre à interconexão entre práticas de afirmação ou contestação política sobre o diálogo estabelecido entre patrimônios e a cidade (Lieb, 2002, *apud* Corrêa, 2005, p. 12).

Percebe-se que Pierre Nora concebe que monumentos, arquivos, museus, festas, calendários, aniversários ocupam uma posição epistêmica alinhada ao redor do princípio dos lugares de memória, tanto sítios materiais como práticas imateriais que de alguma forma permitiam operações são marcados pela vontade de memória, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental, mas não natural.

Os lugares onde a memória se ancora, sejam de natureza topográfica (arquivos, bibliotecas e museus), monumentais (memoriais, cemitérios ou arquiteturas), simbólicos (comemorações, peregrinações ou aniversários), ou funcionais (manuais, testamentos ou autobiografias), são assim constituídos porque os instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo possuem uma aura simbólica. Estes lugares e práticas produziram um novo tipo de memória, seguindo o princípio de que determinados lugares permitem que o passado seja reencontrado como história reconstituída via rastro e pesquisa. Em geral, a história se apegava a acontecimentos assim como a memória se apegava em lugares. Nessa relação, reforçando a ideia de Nora, é a memória que dita o que a história deve reter.

O Memorial 9 de Novembro possui um aspecto político que se consolida através de seus valores, devendo ser exercidos pela cidade de Volta Redonda, como princípios de cidadania, consciência de classe e da conquista de outros direitos sociais. Aqui, o patrimônio passaria a envolver diversas instituições, convocando inclusive a historiografia na reconstrução da memória social. Le Goff (1993) definiu a memória como um conjunto de funções psíquicas, pelas quais o indivíduo pode atualizar impressões e informações que ele considera como passadas. A memória também pode ser entendida como as reminiscências do passado que afloram no presente, no pensamento de cada indivíduo.

Atualmente, o monumento aos operários mortos permanece como um lugar de memória, na medida em que fornece sentido simbólico à cidade, estabelecendo relações de pertencimentos em diversos níveis sociais – os grupos sociais querem que ele funcione como direito cultural, como aspecto de sua cidadania – protegendo-a do esquecimento e funcionando como documento historicamente construído.

4.4. A representação da história política volta-redondense: O Memorial 9 de novembro como patrimônio não tombado

Atualmente, mesmo que o Memorial fique um pouco perdido em meio à correria de pessoas e edifícios construídos ao redor, a praça permanece viva para os movimentos sociais da região, que costumam fazer desse lugar palco de suas manifestações políticas, atualizando seus sentidos e produzindo novas experiências coletivas, sendo necessária a sua salvaguarda para a manutenção da memória de gerações futuras.

Ainda que amparado pela Constituição, é importante que o município possua legislação própria em matéria de proteção cultural, inclusive tombamento. Assim, se houver desacordo entre formas e métodos de conservação de um patrimônio de interesse local nas esferas federais e estaduais, o município poderá utilizar sua própria lei para protegê-lo (Machado, 2004).

Volta Redonda é uma cidade relativamente nova, porém em seus 69 anos, contados desde sua emancipação, reúne importantes contribuições para a história brasileira. Os registros oficiais dessa história são os bens imóveis tombados. Foi com a Lei municipal nº 2.075 de 06 de novembro de 1985, que foi instituído o tombamento de bens que devem ficar sob a proteção especial do Poder Público Municipal.

Art. 1º - O tombamento dos documentos, das obras e dos locais de valor histórico ou artístico, bem como dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e das jazidas arqueológicas, será feito, no Município de Volta Redonda, com fundamento no artigo 180, Parágrafo único da Constituição do Brasil e de conformidade com as disposições da presente lei e de seu regulamento.

Art.2º - O tombamento a que se refere o artigo anterior compreenderá todas as obras humanas e recantos de natureza que constituam ou relembram fatos notáveis e edificantes do povo volta-redondense. (Volta Redonda, 2019, p. 02)

Com a Lei municipal nº 2.075 (Volta Redonda, 2019, p. 3), de 06 de novembro de 1985, foi instituído o tombamento de bens que devem ficar sob a proteção especial do Poder Público Municipal, como assegura o artigo a seguir:

Art. 8º - O tombamento é um ato administrativo que declara a singularidade e excepcionalidade de um bem considerado individualmente ou em conjunto, seja imóvel, privado ou público, pertencente à pessoa física ou jurídica, em razão do seu valor cultural, histórico, paisagístico, científico, artístico, turístico, arquitetônico ou ambiental, com a instituição de regime jurídico especial de propriedade como forma a garantir preservação e conservação. (Volta Redonda, 2019, p. 04)

Mais tarde, a Lei Municipal 5.662/85 que revoga o decreto 2.075, atualiza seus textos que não possuía leis de fiscalização sobre os patrimônios tombados. No Decreto 5.662/85, temos em seu art. 13º, a autorização da Secretaria Municipal de Cultura a requisitar o pessoal necessário para desenvolver trabalhos de pesquisa na área específica do patrimônio requerido, encaminhando uma avaliação mais precisa no processo de tombamento histórico. Em seu art.

20º, temos a seção referente à fiscalização dos patrimônios tombados, o que assevera, segundo o município, a preservação dos bens tombados da cidade que se encontram dentro das requisições do Decreto 5.662/85, como patrimônio cultural local.

Em 26 de Junho de 1993, foi instituída a Comissão Permanente de Vistoria de Bens Tombados. Com fundamento na legislação municipal e amparada pela Constituição, a prefeitura municipal expediu vários decretos a fim de decretar o tombamento de diversas edificações na cidade, protegendo assim o patrimônio histórico e artístico material local.

Os bens tombados em Volta Redonda são registrados nos livros dos Tombos Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico, Histórico, de Belas-Artes, Artes Aplicadas e Artes Populares. Alguns dos patrimônios da cidade de Volta Redonda inscritos no Livro do Tombo Histórico, sejam eles histórico-culturais, arquitetônicos ou paisagísticos são: Sede da Fazenda Santa Cecília, Cinema Nove de Abril, Sede da Fazenda São João Batista, Sede da Fazenda Três Poços, Igreja Santa Cecília, Memorial Zumbi dos Palmares, Monumento aos Ex-Combatentes - memorial político tombado, voltado a contar sobre a participação dos soldados da cidade e da região que combateram na II Guerra Mundial, abrigando peças, fotografias e o armamento usado pelos combatentes – , Estátuas e Construções na Praça Brasil – a Praça Brasil também é tombada e, possui esculturas em bronze, feitas pelo artista plástico Hildegardo Leão Velloso.

O Caderno de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Volta Redonda (2012) nos apresenta a relação dos bens tombados e dos bens ainda não tombados. O Memorial 9 de Novembro aparece na publicação inserido no grupo histórico-cultural, identificado nas relações de interesse histórico ainda não tombado. O memorial, viabilizado em um momento político propício, se encontra atualmente na lista de processos de elaboração do PDPDU (Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Urbano).

O Memorial aqui apresentado, é um bem cultural que acomoda valores de identidade, ação e memória do homem em sociedade, do povo brasileiro e, em esfera local, dos cidadãos volta-redondenses. À vista disso, o Estado, por meio da CRFB/88, deveria se empenhar em garantir sua preservação, fornecendo os instrumentos legais.

Em julho de 1997, durante o primeiro mandato de Antonio Francisco Neto como prefeito de Volta Redonda, foi aprovada a criação do Museu Municipal do Aço¹⁹ por meio de um projeto de lei apresentado pelo Vereador José Ivo de Souza. Na época, o projeto ganhou destaque na imprensa local, ocorrendo em um contexto marcado pela reestruturação produtiva

¹⁹ Lei nº3340 de 08/7/1997. Projeto 084/97. Fonte: Divisão de Documentação e Arquivo da Câmara Municipal de Volta Redonda.

imposta pela CSN e pela celebração da empresa pela produção de 100 milhões de toneladas de aço. O projeto recebeu apoio da Sociedade Pró-memória de Volta Redonda, fundada em 1989 (com um perfil tradicional e conservador, de natureza filantrópica). O prefeito Neto chegou a sancionar a lei durante a festa de comemoração das 100 milhões de toneladas²⁰. No entanto, apesar desses eventos, o projeto foi posteriormente engavetado.

Para os anos de 2002 a 2005, na seção de Cultura, identificamos mais um projeto voltado para a valorização da memória histórica de Volta Redonda. Denominado “Memória de Volta Redonda e Museu do Aço”, o objetivo desse projeto era:

Criar em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e a Fundação CSN o espaço Memória de Volta Redonda e o museu do aço com a finalidade de localizar, recolher, recuperar, preservar, promover, divulgar e manter sob guarda documentos impressos, escritos, gravados, filmados e fotografados, a fim de que possam ser utilizados como instrumentos de apoio à história, à cultura e ao desenvolvimento do Município (Plano Plurianual de Volta Redonda).

(2002/2005, p. 31)

Assim, o projeto de criação de um museu foi mais uma vez deixado de lado. Outro indício que reforça nossa afirmação sobre o “esquecimento” da memória operária da cidade diz respeito ao relativo abandono e algumas intervenções que descaracterizaram a Praça Juarez Antunes, famosa não só por abrigar o memorial dos três operários assassinados pelo Exército na greve de 1988 e por ter sido palco de inúmeras manifestações na cidade, mas receber também a estátua de Dom Waldyr Calheiros. O bispo, que comandou a diocese de Volta Redonda-Barra do Piraí entre 1966 e 2000, morreu em 2013. De tamanho natural, ela foi colocada lá em 2014, quase um ano depois de sua morte. O local não foi escolhido por acaso, já que era na praça que ele fazia seus discursos em prol das causas sociais.

A primeira intervenção que iniciou a descaracterização da praça ocorreu ainda no governo de Wanildo de Carvalho, em 1992, com a construção de uma passarela ligando a Avenida dos Trabalhadores e a BR-393 (em torno da Praça Juarez Antunes) à entrada principal da Usina Presidente Vargas na Vila Santa Cecília. Essa construção, em estrutura metálica, chama mais atenção do que a própria praça em si.

Durante o governo de Neto, como analisado anteriormente, a prioridade foi a reforma de praças e instalações urbanas em toda a cidade, exceto a Praça Juarez Antunes. Enquanto outras praças eram revitalizadas, modernizadas e novas eram construídas, a Praça Juarez Antunes permaneceu relativamente abandonada. Usamos o termo “relativamente” porque as únicas modificações realizadas nos dois primeiros mandatos de

²⁰ Revista **Primeira Página**. Ano 2, nº 37, Julho/1997, p. 10.

Antonio Francisco Neto foram a instalação de bancos de suporte metálico e assentos de madeira, com uma peculiaridade: os bancos estão voltados de costas para o monumento desenhado por Oscar Niemeyer. Esse detalhe específico persiste até os dias atuais.

No governo de Gothardo Neto (2005-2008), nenhuma melhoria foi realizada na praça até o final de seu mandato. Entretanto, no início de 2008, enquanto disputava com Antonio Francisco Neto a indicação do PMDB para as eleições daquele ano, Gothardo realizou uma reforma na Praça Juarez Antunes. Azulejos foram colocados no fundo do que seria o espelho d'água, já que, desde sua implosão por setores do Exército em 1º de maio de 1990, o espelho d'água estava seco. Além disso, o monumento recebeu uma nova camada de tinta, algo que não ocorria desde o início da década de 1990. Para a reinauguração da praça, o prefeito convidou os sindicatos da cidade, incluindo aqueles representados por militantes do PSOL e do PSTU, claramente oposicionistas ao seu grupo político. Essa iniciativa evidenciou a tentativa de Gothardo em angariar amplo apoio para sua malsucedida tentativa de reeleição municipal em 2008.

No entanto, a principal descaracterização da praça, importante no que diz respeito à memória e história operária da cidade, ocorreu no primeiro ano do terceiro mandato de Antonio Francisco Neto à frente da prefeitura de Volta Redonda. Em 2009, a praça foi cercada por tapumes de madeira e, alguns meses depois, o resultado da obra foi apresentado. O principal entroncamento dos ônibus urbanos da cidade que passam pela Vila Santa Cecília (cerca de 97% dos ônibus em circulação na cidade) começou a atravessar a praça, que passou a contar com um ponto de ônibus, tornando-se um dos mais movimentados da cidade. Esses eventos expressam como a história de Volta Redonda e as lutas que ocorreram na cidade não fazem parte do reconhecimento do poder público, que é dominado desde 1993 pelo mesmo grupo político.



Imagen 19: ponto de ônibus em frente à praça Juarez Antunes. Arquivo Pessoal. 2022.



Imagen 20: Imagem Google Earth Praça Juarez Antunes.

A justificativa para esses eventos parece estar relacionada ao principal motivo de não se encaixarem no projeto de *marketing* que busca extinguir a imagem da cidade como uma localidade operária. Na visão da prefeitura e em suas peças publicitárias, que retratam o município como “moderno”, não há espaço para a valorização da história de lutas dos oprimidos. O poder público, dominado pelo mesmo grupo político desde 1993, parece querer se desvincular dessa imagem, buscando projetar uma cidade moderna, com “alta” qualidade de vida, livre de conflitos, harmoniosa e pronta para receber investimentos.

Apesar de vender uma imagem de governo pluralista e conciliatório, esse grupo político, de acordo com sua gestão, parece governar mais em prol de seus próprios interesses

e para seus pares, do que para atender às demandas e reconhecer a história de lutas dos setores oprimidos da cidade. Essa estratégia de marketing pode contribuir para a tentativa de distanciar a cidade da sua identidade operária e reforçar uma narrativa mais alinhada aos interesses da gestão política em curso.

Mesmo não possuindo tombamento de forma oficial, ele necessita da atenção das esferas públicas da cidade, que têm a competência entre os entes federativos para obter resultados satisfatórios em relação à sua integridade. Todo esse sistema preservacionista que parte também de uma educação patrimonial social é fundamental ao pensarmos que a preservação do patrimônio cultural garante a formação de uma identidade, valoriza as ações humanas e é garantia de que a história não seja esquecida, construindo assim uma memória. A presença desses signos no espaço urbano e o trabalho de educação relacionado a eles, possibilita aos indivíduos desenvolverem uma relação direta entre a sua identidade cultural e a sua condição de membro de um grupo, de uma sociedade.

Destacamos que a informação é definida pelas representações como um recurso contestado, principalmente quando se trata de atribuir valor às formas simbólicas. Todos os patrimônios de valor político e/ou as representações simbólicas relacionadas aos operários de Volta Redonda – exceto o Memorial, apesar de dividirem a mesma figura central ou valores similares, foram produzidas por grupos sociais divergentes, ancorando discursos de diferentes perspectivas sobre a figura do trabalhador, o que deve ser questionado dentro do processo de reconhecimento e legitimação de bens culturais, considerando seu posicionamento e representatividade social.

A proteção do bem patrimonial local é ainda uma forma de exercer cidadania e preservar as características culturais dos indivíduos que compõem aquela sociedade. Embora o tombamento seja um instrumento jurídico utilizado pela União, Estados ou Municípios com a intenção de garantir a preservação de edificações que contenham significativo valor histórico, a CRFB/88 em seu art. 216, incluiu o cidadão, membro da comunidade, como colaborador na promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Neste bojo, é importante destacar que o exercício da cidadania não é unicamente um direito individual, ele permite que o indivíduo participe e interfira na formação de uma sociedade, que deveria ser mais justa e solidária.

Mesmo não sendo um bem cultural local tombado de forma oficial através de um processo de natureza jurídica que envolva o patrimônio, a pedido do arquiteto e idealizador do projeto, Oscar Niemeyer, foi enviado em 2007 uma correspondência ao IPHAN contendo uma relação de obras a serem tombadas motivado pela visita do então Ministro da Cultura,

Gilberto Passos Gil Moreira, ao escritório do arquiteto. Essa visita ocorreu em comemoração ao centenário de vida de Oscar Niemeyer, que completaria 100 anos em 15 de dezembro daquele ano.

Oscar Niemeyer indicou vinte e oito de suas obras que “gostaria de ver tombadas”. Assim, foi protocolado e aberto o Processo nº 1550-T-07. Objetivando a discussão do processo de tombamento de diversas obras do arquiteto, indicando a importância de preservar e proteger esses bens culturais para as futuras gerações, o Processo nº 1550-T-07 refere-se ao conjunto da obra do arquiteto, ressaltando a relevância histórica e artística desses projetos arquitetônicos. Neste processo, são discutidas questões relacionadas ao tombamento de diversas obras projetadas por Niemeyer, com o objetivo de preservar e proteger esses bens culturais de grande relevância histórica e artística.

No decorrer do processo, foram analisadas as características de cada obra, seus valores artísticos e históricos, bem como a viabilidade e importância do tombamento para a conservação do patrimônio arquitetônico de Niemeyer. O processo envolve a identificação das obras exemplares e representativas dos diferentes momentos da carreira do arquiteto, visando garantir sua preservação para as futuras gerações.

Ao longo do documento, são apresentados recomendações e encaminhamentos para o tombamento de algumas obras, assim como a negação do tombamento de outras, com base em critérios estabelecidos para a proteção do patrimônio cultural. O Processo nº 1550-T-07 destaca a importância de reconhecer e salvaguardar o legado arquitetônico de Oscar Niemeyer para a posteridade.

O Monumento 9 de Novembro, não teve seu tombamento aprovado devido à avaliação de que não apresentava valores artísticos ou históricos significativos que o destacassem no conjunto de obras do arquiteto Oscar Niemeyer, não justificando assim um tombamento nacional.

Diante dessa decisão, foi sugerido que a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro encaminhasse uma cópia do Processo nº 1550-T-07 ao Governo Estadual, recomendando alguma forma de acautelamento local. Isso significa que, embora o monumento não tenha sido considerado para um tombamento nacional, ainda se reconhece a importância de sua preservação em âmbito local, sugerindo medidas de proteção e conservação por parte das autoridades estaduais.

Em agosto de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação ao IPHAN no Rio de Janeiro para que inicie um novo processo de tombamento do Memorial Nove de Novembro, localizado na Vila Santa Cecília, em Volta Redonda, em um prazo de 30 dias. Essa medida surge após o MPF entrar com uma ação civil pública contra a União em 2022, solicitando reparação pelos falecimentos de três operários ocorridos nas instalações da CSN, à qual o Memorial está relacionado, em 9 de novembro de 1988.

Na ação que o MPF move contra a União desde 2022, é solicitado que se inclua no Memorial 9 de Novembro, na Praça Juarez Antunes, uma placa indicativa – e em local de destaque – informando o reconhecimento pela União do direito à memória e à verdade de William Fernandes Leite, Valmir de Freitas Monteiro e Carlos Augusto Barroso, mortos pelo Exército Brasileiro em 9 de novembro de 1988.

Além disso, é solicitado à Justiça que a União peça desculpas formais aos familiares dos três metalúrgicos mortos e à sociedade brasileira pelo episódio que ficou marcado como ‘Massacre em Volta Redonda’. Se a solicitação do MPF for aceita, a União terá de publicar o pedido de desculpas em dois jornais de grande circulação no estado do Rio (Diário do Vale, 2023).

O procurador da República Jairo da Silva, responsável pela recomendação, baseou seu pedido nas conclusões de um laudo técnico elaborado por uma perita em arquitetura da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise do MPF, datado de maio de 2023.

Diferentemente da posição adotada pelo Iphan em 2016, quando optou por não tombar o monumento, alegando que este não possuía “valores artísticos ou históricos que o destacassem no conjunto de obras do arquiteto Oscar Niemeyer, de forma a justificar um tombamento nacional”, o laudo técnico do MPF apresentou uma análise detalhada indicando a existência de valor histórico-cultural que justificaria o tombamento em âmbito federal da obra. Segundo o procurador, tais razões não foram consideradas devidamente pelo Iphan durante o processo administrativo que resultou na decisão desfavorável ao tombamento (Folha do Aço, 2023).

“O Memorial Nove de Novembro incorpora uma nova dimensão ao perpetuar tanto o momento do atentado contra os operários quanto a própria história do monumento. Ele representa dois eventos que convergem para uma situação específica em dois momentos distintos: a data de 9 de novembro de 1988 agora se une à data de 2 de maio de 1989” (Folha

do Aço, 2023). Entretanto, a recomendação observa que uma vistoria realizada pelo MPF em setembro de 2022 revelou que o monumento está em péssimas condições de preservação e limpeza, exigindo uma ação imediata do poder público para protegê-lo, sob risco de deterioração.

Conforme a recomendação, o monumento não apenas representa um momento específico, mas também um período significativo da história nacional, sendo importante para a memória social e artística do país, requisitos essenciais para o tombamento. Além disso, segundo o procurador, a perita do MPF concluiu que a análise realizada pelo Iphan foi equivocada, pois limitou-se a classificar o monumento apenas como uma obra de Niemeyer, desconsiderando vários outros atributos de valor inestimável que deveriam ser levados em conta.

Além da instauração do novo procedimento de tombamento, o Iphan recebeu instruções adicionais. No prazo de 90 dias, foi requerido uma vistoria detalhada e outras medidas necessárias para caracterizar o estado de conservação e preservação do bem, enviando os resultados ao MPF. Dentro do mesmo período, o Iphan deverá produzir um parecer técnico detalhado, acompanhado de fotografias, no qual se pronuncie sobre a proposta de tombamento do bem. Se o parecer indicar a pertinência do tombamento, o Iphan deverá estabelecer os limites da área circundante e notificar o proprietário, ativando os efeitos constitutivos do tombamento provisório, também em 90 dias. Por fim, em 180 dias, o Iphan precisou encaminhar todo o procedimento ao Conselho Consultivo para a deliberação final sobre a proteção do bem, finalizando assim o processo. Até o momento de finalização deste trabalho, não temos um resultado para esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido por este trabalho partiu do desafio de compreender múltiplas determinações históricas, a partir da concepção do patrimônio cultural, passando pelo conceito e valores de monumento, pelas relações da memória com o espaço urbano e a identidade social, o mundo do trabalho e as experiências coletivas do operariado da CSN até chegarmos ao Memorial 9 de Novembro.

Para compreender a história de Volta Redonda e suas implicações no espaço urbano, é crucial examinar as movimentações sindicais que influenciaram a identidade social dos habitantes da cidade, destacando a importância da preservação da memória política local por meio do patrimônio cultural, especialmente do Memorial 9 de Novembro. Esta dissertação abordou o direito à memória e sua relação com o reconhecimento de patrimônios não vinculados à classe social dominante. Isso justifica a necessidade contemporânea de discutir as conexões políticas, estéticas e de memória envolvidas na preservação e na destruição de patrimônios culturais. Desde a fundação de uma siderúrgica estatal em Barra Mansa, especificamente no 8º distrito de Santo Antônio da Volta Redonda, as mudanças no espaço urbano refletem as lutas sindicais e suas consequências para a comunidade ao longo do século XX e início do século XXI. Para alcançar essa compreensão, é necessário explorar elementos teóricos que abordam a análise das movimentações sindicais e sua relação com as diferentes fases históricas de Volta Redonda, em vez de focar exclusivamente nas metamorfoses do capitalismo através da usina.

As intervenções urbanísticas no espaço contribuíram para a invisibilidade do Monumento na memória dos volta-redondenses fora do meio operário de diversas formas. A destruição física do monumento após sua inauguração por meio de atos de força e intimidação, através de um atentado a bomba, quase apagou sua presença física no espaço urbano. Graças aos esforços do sindicato e da população foi possível seu levantamento. Além disso, a ausência de defesa do monumento e a omissão quanto à sua memória e simbologia durante as intervenções urbanísticas na praça onde ele estava localizado ajudaram a diminuir sua importância e significado para a comunidade.

A mentalidade tecnocrática na gestão urbana, que enfatizava a desobstrução de vias e a implementação de projetos urbanísticos sem considerar a preservação de elementos simbólicos e históricos, resultou no esquecimento parcial do monumento e na sua posterior

obscuridade na memória coletiva. A falta de preservação, defesa e valorização por parte da gestão pública contribuiu para a gradual perda da memória, especialmente a desvalorização por parte significativa da população em relação ao Monumento e à memória dos operários assassinados.

A escassez de iniciativas públicas em educação patrimonial, particularmente em relação ao Monumento Nove de Novembro, tem impactos significativos na política da memória. A falha em preservar sua memória reflete uma supressão ideológica, onde elementos simbólicos ligados ao trabalho e às lutas dos trabalhadores são apagados da memória coletiva, indicando uma tentativa de moldar a narrativa histórica de acordo com interesses políticos ou ideológicos.

A fragilidade das políticas de memória fica evidente diante da falta de proteção e valorização do Monumento durante as mudanças urbanísticas. A ausência de medidas eficazes para preservar elementos simbólicos e históricos contribui para o esquecimento de memórias importantes. A negligência na preservação do monumento destaca os desafios na construção da história e na preservação da memória política e coletiva do operariado, ressaltando a importância da preservação do patrimônio histórico e cultural na construção de uma narrativa inclusiva e representativa da história local.

Abordar a fragilidade da política de memória em relação ao direito à memória é essencial. Discutir como a destruição do Monumento e a falta de preservação refletem uma supressão ideológica e uma omissão das autoridades políticas e agentes culturais em relação à preservação da memória e da simbologia das lutas de esquerda é crucial. Destaca-se também a importância da preservação da memória coletiva e dos elementos simbólicos ligados ao passado para a construção de uma narrativa inclusiva e representativa da história local.

A falta de atenção à preservação de elementos significativos do passado pode resultar em lacunas na compreensão da história e na valorização de eventos e símbolos importantes para a identidade de uma comunidade. Portanto, é fundamental reconhecer o apagamento silencioso e sistemático e preservar elementos essenciais para a identidade social de uma comunidade, destacando a necessidade de políticas de memória robustas e eficazes para garantir a continuidade e a valorização da história e da cultura locais.

O processo social envolvendo a memória, o esquecimento e o silêncio, conceituado por Michael Pollack (1989), destaca a memória coletiva em disputa, contrastando a memória oficial com a dos silenciados da periferia e marginalizados. Esse conflito revela-se nos embates entre essas memórias concorrentes, onde as memórias coletivas oficiais, legitimadas pela aceitação tácita, são confrontadas pelas memórias subterrâneas de indivíduos ou grupos

sociais, lembranças indesejáveis banidas para a zona do esquecimento, do silêncio e das sombras.

O conceito de “esquecimento institucional” ou “esquecimento obrigatório” de Paul Ricoeur (2007) refere-se à tentativa de ocultar aspectos da memória coletiva por meio de ações institucionais ou políticas para neutralizar a lembrança de eventos, símbolos ou monumentos específicos. No caso da destruição e negligência do Monumento Nove de Novembro em Volta Redonda, a supressão física e a intimidação foram estratégias para promover o esquecimento da obra, moldando a narrativa histórica conforme interesses políticos ou ideológicos específicos.

Essas ações e transformações suprimem a memória de um monumento importante, representando um esforço para impor um esquecimento obrigatório. Isso afeta a maneira como a sociedade percebe e interpreta sua própria história e identidade coletiva, destacando a necessidade de reconhecer e preservar elementos essenciais para a identidade social de uma comunidade. As transformações também são vivenciadas no mundo do trabalho, conforme concebido por Thompson (1987-1988), através da experiência de classe, que medeia entre o ser social e a consciência de classe, construindo uma identidade social compartilhada a partir do passado comum e da resistência contra a outra classe, o capital e suas personificações.

Para encerrar as considerações finais desse trabalho, apontamos para a importância da reconstrução histórica da memória social, ao abordar em sua temática, a construção de uma representação artística e seu contexto, os usos da memória e do passado. Assim, buscou-se compreender de que forma se constrói um senso do passado, como esse passado e a história são apresentados publicamente por meio dos patrimônios e suas representações, e como essas representações são asseguradas e preservadas.

O estudo do Memorial 9 de Novembro, erguido em homenagem a três trabalhadores assassinados pelo exército no município de Volta Redonda e depois derrubado pelo mesmo exército, nos permitiu vislumbrar como uma representação com viés político de esquerda, e como a classe trabalhadora, podem ser esmaecidas enquanto narrativas oficiais, gerando representações homogêneas que destacam uma dimensão unilateral, exclusiva e excludente.

Mesmo havendo outros patrimônios, o Memorial 9 de novembro apresenta a história por outra ótica. Contudo, vemos que a imagem preponderante dos patrimônios culturais mantidos pelas gestões públicas municipais tende a priorizar a representação simbólica de um ideal criado pela classe burguesa e pelos colonizadores, tentando de certa forma silenciar histórias e memórias de luta de um grupo social.

O percurso desta dissertação perpassa por uma compreensão multifacetada das determinações históricas, partindo da concepção do patrimônio cultural até a análise do Memorial 9 de Novembro em Volta Redonda. Exploramos a formação histórica do patrimônio cultural, examinando como sua existência e reconhecimento estão intrinsecamente ligados à produção e fomento da cultura de um povo. Destacamos também a complexidade dos debates em torno dos monumentos que representam causas conflitantes, evidenciando como as manifestações culturais são disputadas e interpretadas por diferentes grupos sociais. Ao abordar a destruição de monumentos em homenagem à classe trabalhadora em diferentes estados brasileiros, examinamos como o país trata manifestações culturais e patrimônios ligados a grupos marginalizados.

Avançamos para examinar a relação entre memória coletiva, espaço urbano e identidade social, utilizando estudos de caso de Volta Redonda para ilustrar como a memória política local influencia a construção da identidade da cidade. Destacamos também a importância dos monumentos como testemunhos materiais da memória e como elementos essenciais na preservação da identidade cultural e histórica de uma comunidade.

Ao concentrarmo-nos nas formas espaciais, analisamos o conceito de monumento como representação material da memória e sua interação com o espaço urbano. A discussão sobre monumentos de catástrofe destaca sua relevância na preservação da memória coletiva e na comunicação de valores sociais, enquanto examinamos sucintamente monumentos localizados no entorno da Praça Juarez Antunes, onde se encontra o objeto de estudo.

Ao abordar o Memorial 9 de Novembro, exploramos não apenas sua relevância como símbolo das lutas trabalhistas e da resistência política, mas também como sua negligência e destruição refletem uma tentativa de supressão ideológica e silenciamento das memórias marginalizadas da cidade. Concluímos ressaltando a importância da preservação da memória coletiva e do patrimônio cultural na construção de narrativas inclusivas e representativas da história local, e enfatizamos a necessidade de políticas de memória robustas e eficazes para garantir a continuidade e valorização da história e cultura de uma comunidade.

Esperamos que este trabalho tenha evidenciado que as transformações em Volta Redonda, na CSN e no Memorial 9 de novembro não foram resultado de inevitabilidades históricas ou destinos naturais, mas sim de processos nos quais indivíduos e grupos atuaram, muitas vezes de maneira divergente, para salvaguardar seus interesses e aspirações. O resultado, parcial e não definitivo, é uma síntese dessas disputas, não apenas a versão dos

“vencedores”. Nesse sentido, almejamos que esta dissertação represente uma contribuição significativa para os estudos sobre a história recente de Volta Redonda.

Referências bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BAER, Werner. **Siderurgia e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- BADARÓ, Marcelo. Classes Sociais e Luta de Classes. In: **História Pensar e Fazer**. Niterói, UFF, 1998.
- _____. **Novos e Velhos Sindicalismos**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.
- BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. **Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional**: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda. 2007. 336 f. (Doutorado em Educação). UFF, Niterói-RJ.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 498 p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/698aa_Constituicao_Federal.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- BRASIL. Lei nº 6.683/79.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm (último acesso em 12/12/2022). CALHEIROS, Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr. Relatório Final. 2013- 2015, Rio de Janeiro: Volta Redonda, pp. 161-209. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 6.683/79.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm (último acesso em 12 dez. 2022).
- CALHEIROS. **Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr**. Relatório Final. 2013-2015, Rio de Janeiro: Volta Redonda, pp. 161-209. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br> Acesso em: 10 dez. 2022.

CALVÁRIO, Filipa Pita Soares da Fonseca. **Sentidos da Arte Pública:** Reflexão sobre os significados da Arte Pública em periferias urbanas: Almada e Parque das Nações. 2008, 186p. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura). Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008. Disponível em: <https://fenix.ist.utl.pt/publico/showDegreeTheses.do>. Acesso em: 13 out. 2011.

CAMBRAIA, Maria Sílvia. **Lugares de memória:** o monumento do massacre de eldorado dos carajás. Disponível em: <https://docplayer.com.br/22772799-Lugares-de-memoria-o-monumento-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas.html>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CANDAU, V. M. DIFERENÇAS, EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DECOLONIALIDADE: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, nº Especial, p. 678–686, 2019.

CARVALHO, Marcelo Dias de; ALMEIDA, Maria Christina de. **Patrimônio do efêmero:** algumas reflexões para a construção de um patrimônio das artes cênicas no Brasil. Em *Questão*, Porto Alegre, v.11, nº 1, p. 167-188, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/emquestao/pdf2005> v11n1/10patrimoniodoefemero.pdf. Acesso em 02 jan. 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quareto, 2001.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **Arigó: o pássaro que vem de longe**. Coleção Trabalhadores em Luta, n.1. Rio de Janeiro, CEDI, 1989.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, Ltda., 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4º. ed. São Paulo: Ática, 2005.

COSGROVE, Dennis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto. Lobato.; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DE OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. A MONUMENTALIZAÇÃO DA DOR: OS MONUMENTOS CATÁSTROFES EM GOIÁS. **ANAIIS - Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do CCSEH – III SEPE ÉTICA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.**, [S. l.], p. 10, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sepe/article/view/8925>. Acesso em: 20 jan 2024

DELGADO, Manuel. Trivialidade e transcendência: Usos sociais e políticos do turismo cultural. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs.). **Habitantes de Babel**: Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 163-185.

ESTEVEZ, Alejandra. Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-18.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: UPF, 2004.

FERNANDES, Marlene. **Volta Redonda**: imaginários, memórias e identidades. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Cristina. **Além dos mapas**: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC – Annablume, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GANDRA, Marco Aurélio. **“Cidade Vermelha” do Aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GIORGI, Bruno. **Enciclopédia Itaú Cultural**: artes visuais. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8920/bruno-giorgi>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GOMES, Paula Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geografia da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____, **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GRACIOLLI, Edilson. **Um caldeirão chamado CSN**: resistência operaria e violência militar na greve de 1988. 2^a ed., Uberlândia (MG): EDUFU, 2009.

_____. Edílson José. **Privatização da CSN**: da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização, 1980.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HALBSWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HAYDEN, Dolores. **The Power of Place**: Urban Landscapes as Public History. Cambrige: MIT Press. 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE VOLTA REDONDA (IPPU-VR). Disponível em: <http://www2.voltaredonda.rj.gov.br/ippu/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1^o. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOKILEHTO, Jukka. **A history of architectural conservation**. Universidade de York, Cidade England. 1986.

JÚNIOR, Francisco das Chagas F. S. **Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: Emergência e Transformação da ‘Problemática dos Lugares’**. Projeto História, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, Jan.- Abr. 2015.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. São Paulo, Paz e Terra, 1995 *In: SILVA, Eduardo Ângelo da. Memória da Greve de 88: percepções e trajetórias operárias frente a uma memória oficial*. Monografia de conclusão do Curso de Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994, p. 462-479

_____. Memória. *In: Enciclopédia Einaudi*, Memória - História (trad.) Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, vol. 1, p. 46.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.

LUKÁCS, Georg. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. *In: Ontologia do Ser Social*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21^a ed., revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros, 2004.

MATOSO, Danilo. Mais um monumento de Niemeyer ameaçado. **O Partisano**, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://opartisano.org/politica/mais-um-monumento-de-niemeyer-ameacado/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. *In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, FAPESP, 1999. p. 11-29.

MESENTIER, Leonardo. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. Cidade: Rio de Janeiro. IPHAN, 2003.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Os Soldados do Trabalho: formação e disciplinamento de trabalhadores na Companhia Siderúrgica Nacional. Volta Redonda, **Revista do Centro de Cultura Popular**. Cidade Rio de Janeiro, n°17, p. 7-28, vol.6, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/40983194/Os_Trabalhadores_da_Cidade_do_A%C3%A7o_e_as_Vis%C3%B5es_de_Grandeza_Nacional_Os_Primeiros_Tempos_e_a_Expans%C3%A3o_Sider%C3%A3o_BArgica_Dos_Anos_70 Acesso: 20 de dez de 2023.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (org.). **Monumentos, Memória e Violência**. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2022.

NIEMEYER, Oscar. **As Curvas do Tempo**. Memórias. Rio de Janeiro: Revan, 1998, 294p, p. 209 e 210.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Cidade, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101> Acesso em: 11 de maio 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. 2007, p.11-23. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26305302> Acesso em: 11 de mar 2024.

PESSANHA, Elina.; MOREL, Regina. Gerações Operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 17, ano 6, p. 68-83, out. 1991. Disponível em: <http://www.cemesf.uff.br/textos/geracoes-operarias-rupturas-e-continuidade-na-experiencia-de-metalurgicos-no-rio-de-janeiro/> Acesso em: 11 de mar 2024.

PILLAR, Analice. Dutra. (org.). **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Plano Plurianual de Volta Redonda (2002/2005) p. 31. Disponível em: <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/planejamento/ppa/dessocial.pdf> Acesso em: 11 de mar de 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. vol.5, n.10, p. 200- 212. 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20caprarao%202.pdf> Acesso em: 11 de mar de 2024.

Plano Plurianual 2018- 2021. Volta Redonda: Prefeitura Municipal, 2002-2005, 191 p. Disponível: <http://www2.voltaredonda.rj.gov.br/planejamento/mod/ppa/> Acesso em 15 fevereiro 2024.

QUEIROZ, Silvia Maria Brandão. **Dialogando com Paul Ricoeur**: a dimensão política da memória traumática. 158 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Guarulhos: 2014.

REIGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Cidade: São Paulo. Ed. Perspectiva, 2014.

REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende. **Informação cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

Robert, Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio-urbano. In: Otávio Guilherme Velho (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

RODRIGUES, Donizette. **Patrimônio cultural, memória social e identidade**: uma abordagem antropológica. Revista Ubimuseum, 2012. Disponível em: <https://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf> Acesso em: 11 de mar 2024.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309 p. (Coleção a). Título original: L'architettura della città.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

_____. PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológicos brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A Aventura Antropológica**. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 41-51.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores e política no Sul Fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980. In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalho e desenvolvimento regional**. Efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad: UFRJ/PPGSA; Brasília, CAPES, 2006. P.160.

SCHORSKE, Karl E. **Fin-de-Siècle Vienna**. Politics and Culture. Nova York: Vintage Books Edition; Alfred Knopf, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, 3vols.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Volta Redonda: Entre o aço e as armas**. Rj: Vozes, 1989.

VOLTA REDONDA, Prefeitura Municipal. **Os bens tombados em Volta Redonda são registrados nos livros dos Tombos Arqueológico, Etnográfico, Paisagístico, Histórico, de Belas-Artes, Artes Aplicadas e Artes Populares**. Lei municipal nº 5.662 (1985). Volta Redonda, RJ: Câmara Municipal. 2019, Art. 8º- 53º.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, Paulo; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz; HALL, Stuart (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-67.

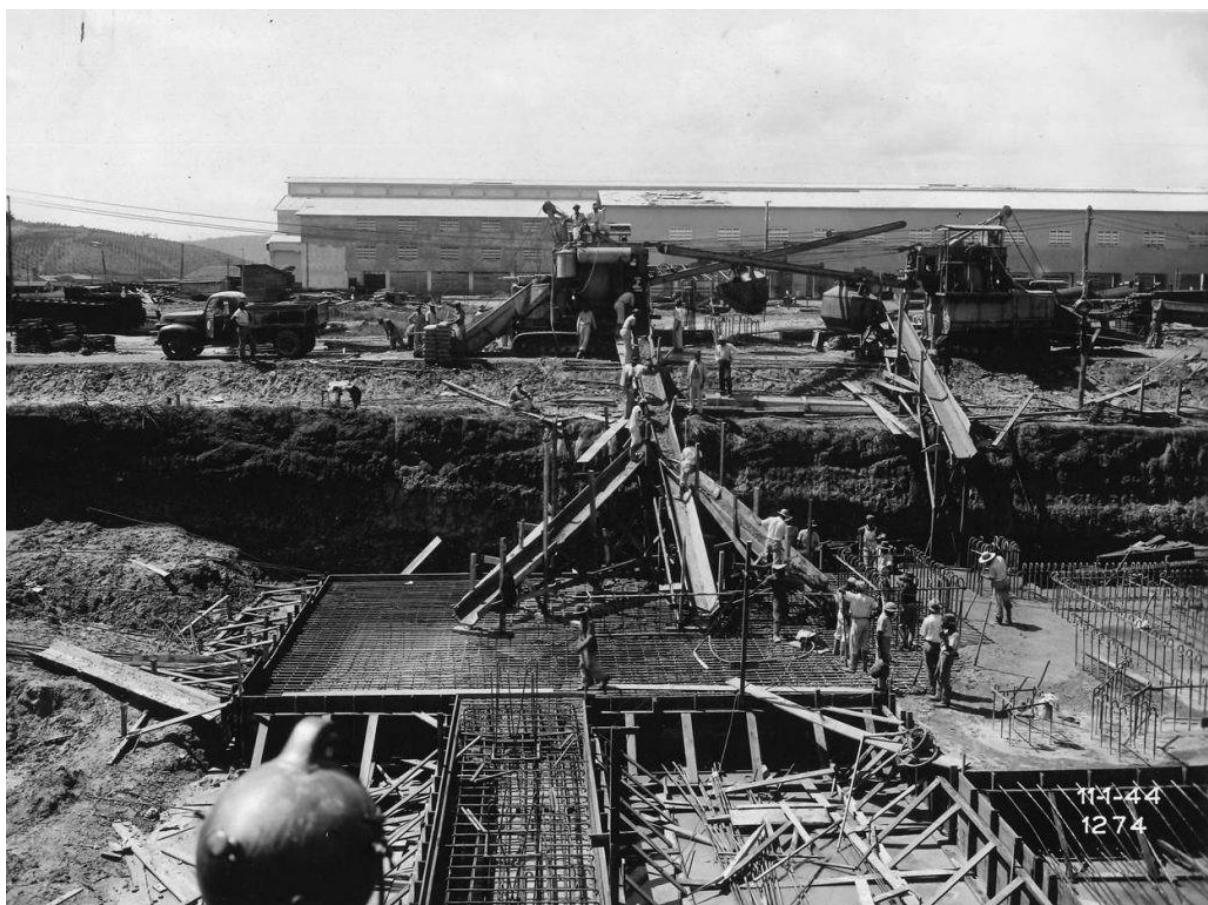
Instituições/ Fundos Documentais

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ)

- Coleção Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) Caixa 1.
- Caixa “Arquivos e Periódicos”;

ANEXOS

ANEXO A – Fotografia 1. Construção da CSN.



Fonte: Centro Cultural Fundação CSN.

ANEXO B – Fotografia 2. Cerimônia de instalação da CSN no Município de Volta Redonda, 1955.



Fonte: Centro Cultural Fundação CSN.

ANEXO C – Fotografia 3. Início da Greve Geral dos Trabalhadores da CSN, 1988.



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos.

ANEXO D – Fotografia 4. Líder sindicalista Juarez Antunes, 1988.



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos

ANEXO E – Fotografia 5. William, Walmir e Barroso, 1988.



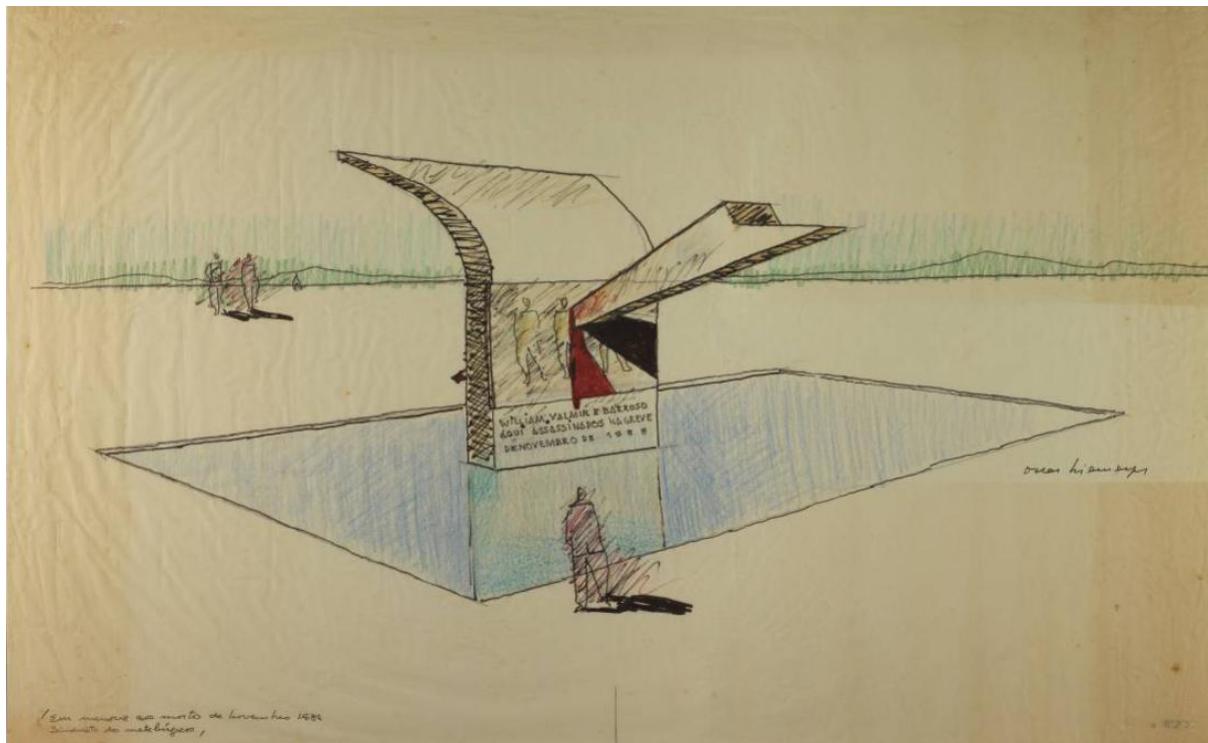
Fonte: Comissão da Verdade, Volta Redonda; CMVR/VR.

ANEXO F – Fotografia 6. Velório dos trabalhadores mortos na greve de 88.



Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos.

ANEXO G – Desenho 1. Projeto por Oscar Niemeyer para construção do Memorial em homenagem aos três trabalhadores mortos na greve.



Fonte: Niemeyer.

ANEXO H – Fotografia 7. Movimentação operária e civil na inauguração do Memorial 9 de Novembro.



Fonte: Niemeyer.

ANEXO I – Fotografia 8. Chegada da tropa do exército nas mediações da CSN, imagem da Tv Rio Sul novembro de 88.



Fonte: Tv Rio Sul.

ANEXO J – Fotografia 9. Manchete do Jornal do Vale sobre a reinauguração do Memorial 9 de novembro em 1989.



Fonte: Jornal do Brasil

ANEXO K – Fotografias 10 e 11. Ato de reinauguração do monumento em homenagem aos trabalhadores assassinados na greve da CSN (1988), promovido pela candidatura “Lula Presidente” (PT) nas eleições de 1989 (Volta Redonda-RJ).



Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda.

ANEXO L – Fotografia 12.
Jorgina Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos em Volta Redonda, lava a estátua do Bispo Dom Waldir Calheiros em julho de 2023.



Fonte: Jornal Diário do Vale.

ANEXO M – Fotografia 14. Exposição do Artista Leandro e Silva, 2023.



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO N – Fotografia 15.

Manutenção da praça Prefeito Juarez Antunes após vistoria do MPF, aniversário da Greve de 1988.



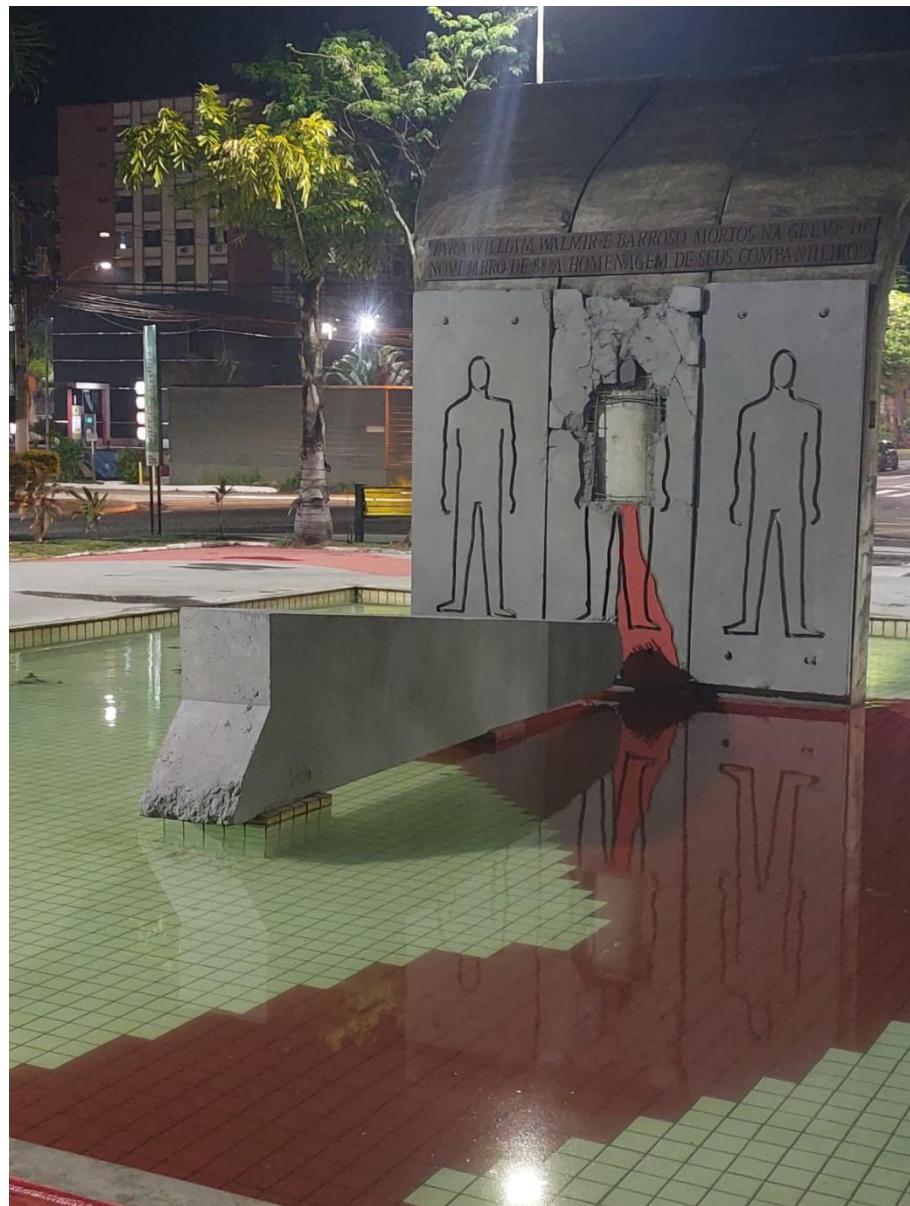
Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO O – Fotografia 16. Aniversário da Greve de 1988



Fonte: Arquivo pessoal

ANEXO P – Fotografia 17. Memorial 9 de novembro, final de 2023.



Fonte: Arquivo pessoal.

ANEXO Q – DOCUMENTO DE VISTORIA DO MEMORIAL 9 DE NOVEMBRO
2022. Fonte: PRM-VTR-RJ



Foto vista de fundo

2. As partes do memorial que remetem especificamente aos operários mortos no dia 9 de novembro de 1988

No que se refere às partes que remetem especificamente aos operários mortos, o que se percebe, inclusive, analisando as fotos, é que a limpeza e a revitalização das cores das estruturas, provavelmente realizariam os mesmos.



Foto vista de frente

Recebido em 09/10/2022 10:00. Para ver E-mail a autorizada acesse
http://sae.tcepr.aracaju.tce.br/epi. Este e-mail é de uso exclusivo.



É o relatório.

Volta Redonda, data da assinatura eletrônica.

Carlos A S Santos
Agente de Segurança Institucional

Guilherme S D Vasconcelos
Agente de Segurança Institucional

ANEXO R - Recorte do processo Nº 5009006-93.2022.4.02.5104. Justificativa do pedido do MPF para novo processo de Tombamento do Memorial 9 de novembro pelo IPHAN.

Fonte MPF.

VII - DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO, DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

A justiça transicional consiste em uma série de respostas, geralmente institucionais, que tem por objetivo reparar, da forma mais ampla e profundamente possível, um legado traumático pós-conflitivo ou pós-autoritário que afeta o desenvolvimento de uma sociedade. Trata-se de um complexo de estratégias jurídicas e sociais que busca atender a dois objetivos básicos: i) promover os direitos humanos violados e ii) fortalecer as instituições e as práticas democráticas.

O primeiro objetivo tem caráter promocional e retrospectivo e liga-se à reparação econômica e simbólica tanto da sociedade, de um modo geral, quanto das vítimas e de seus familiares, em razão das violações já praticadas. O segundo objetivo é mais prospectivo e busca impedir que, no futuro, ocorra a repetição da violação.

Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em linha similar, a justiça de transição é um conjunto de medidas judiciais e extrajudiciais destinadas a enfrentar o legado de graves violações aos direitos humanos perpetradas durante governos autoritários ou períodos de conflito armado. Há cinco conjuntos de medidas a serem adotadas no âmbito da justiça de transição, a saber: 1) a investigação e elucidação das situações de violência ocorridas; 2) a responsabilização dos agentes que praticaram as violações; 3) a reparação dos danos suportados pelas vítimas; 4) a promoção da memória; e 5) a adoção de medidas destinadas a prevenir a repetição das violações no futuro.

Em novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu



Tel 24 3344-8800 / Fax 24 3344-8801 - www.mpf.mp.br
Rua Simão da Cunha Gago, nº 120, Sobreloja, Aterro
Cep 27213-170 - Volta Redonda/RJ

Página 13 de 19

sua decisão no caso Julia Gomes Lund v. Brasil, que trata do desaparecimento forçado de pessoas durante a ditadura militar. Referida decisão impõe ao Estado brasileiro as seguintes obrigações: (i) investigar e sancionar as graves violações aos direitos humanos referentes ao período da ditadura militar; (ii) averiguar o paradeiro das vítimas desaparecidas e identificar e entregar os restos mortais a seus familiares; (iii) adotar todas as ações que garantam o efetivo julgamento e, se for o caso, a punição em relação nos fatos constitutivos de desaparecimento forçado por meio dos mecanismos existentes no direito interno; (iv) continuar desenvolvendo as iniciativas de busca, sistematização e publicação de toda a informação sobre a Guerrilha do Araguaia, assim como da informação relativa a violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

Com relação aos direitos fundamentais relacionados com a justiça de transição, os direitos à memória e à verdade decorrem do princípio constitucional da publicidade (art. 5º, LX) e do direito à informação (artigo 5º, XIV).

A sociedade brasileira e o povo têm o direito de conhecer a verdade e de construir o seu mosaico de memórias (Constituição Federal, arts. 1º, II e III, 5º, XIV, XXXIII e 220), desnaturalizando as narrativas oficiais e combatendo os esquecimentos intencionalmente construídos na elaboração da história. Isto inclui, por óbvio, a revelação da conduta dos órgãos estatais que atuaram ou colaboraram na repressão à dissidência política durante a ditadura militar, mesmo que tardia conforme o caso em tela, a qual violou gravemente direitos fundamentais dos cidadãos.

Com efeito, para o Brasil, o direito à verdade e à memória configura-se como uma necessidade política e ética de construção da memória, da verdade e da justiça social na transição, ainda que tardia, de sua experiência histórica de democratização, fazendo-se urgente a união de esforços para preservação da verdade e da memória do referido período.

O primeiro passo para o estabelecimento da verdade é a declaração judicial da existência dos atos ilícitos apontados neste inicial e de suas respectivas circunstâncias. A declaração de relação jurídica atribuirá certeza aos fatos narrados e estabelecerá a base jurídica da obrigação da demandada de reparar os danos suportados. Não se trata apenas de pedido declaratório sobre a existência de fatos, mas sim de declaração da ilicitude das condutas da demandada e de sua responsabilidade objetiva.

Reconhecida a responsabilidade civil da demandada, surge o dever de reparar os danos causados. Nesse ponto, as medidas a serem requeridas não se limitam ao pagamento de indenização aos parentes das vítimas, podendo abranger, sempre que possível, obrigações de fazer ou não-fazer próprias da pessoa jurídica ora demandada, dentro de suas capacidades institucionais, de modo a permitir a eficácia da reparação em um contexto de



Tel 24 3344-8800 / Fax 24 3344-8801 - www.mpf.mp.br
Rua Simão da Cunha Gago, nº 120, Sobreloja, Aterro
Cep 27213-170 - Volta Redonda/RJ

Página 14 de 19

justiça de transição.

Por fim, esta ação civil pública, ao contribuir para a revelação e a confirmação da verdade sobre as graves violações ocorridas, promove, portanto, o direito à informação, à memória e à verdade, indispensáveis para a plena cidadania. Tudo isso se insere na esfera de direitos difusos e coletivos e é determinante para a construção de uma perspectiva de redução da impunidade. E, em decorrência, a não-repetição dessas violências, conforme já exposto.